Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – Campus Urutaí
Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma análise do estado da arte no período de 2008 a 2024

Walmir Francisco de Melo

Urutaí, julho de 2025.

WAL MIR FRANCISCO DE MELO

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma análise do estado da arte no período de 2008 a 2024

Dissertação apresentada para obtenção do titulo de mestre do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí, como parte das exigências para a obtenção do título de mestre em Ensino para a Educação Básica.

Orientadora: Profa. Dra. Cristiane Maria Ribeiro

Urutaí (GO)
2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema Integrado de Bibliotecas do IF Goiano - SIBi

Francisco de Melo, Walmir
M528 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma análise do estado da arte no período de 2008 a 2024 / Walmir Francisco de Melo. Urutaí 2025.

130f. il.

Orientadora: Profª. Dra. Cristiane Maria Ribeiro. Dissertação (Mestre) - Instituto Federal Goiano, curso de
0133214 - Mestrado Profissional em Ensino para a Educação Básica (Campus Urutaí).

1. Relações étnico-raciais. 2. Institutos Federais. 3. Lei 10.639/2003. 4. Estado da Arte. 5. Educação Profissional e Tecnológica. I. Título.

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO

PARA DISPONIBILIZAR PRODUÇÕES TÉCNICO-CIENTÍFICAS NO REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL DO IF GOIANO

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano a disponibilizar gratuitamente o documento em formato digital no Repositório Institucional do IF Goiano (RIIF Goiano), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IF Goiano.

IDENTIFICAÇÃO DA PRODUÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA

- ☐ Tese (doutorado)
- ☑ Dissertação (mestrado)
- ☐ Monografia (especialização)
- ☐ TCC (graduação)
- ☐ Artigo científico
- ☐ Capítulo de livro
- ☐ Livro
- ☐ Trabalho apresentado em evento
- ☑ Produto técnico e educacional - Tipo: Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação para as Relaçã

Nome completo do autor: Walmir Francisco De Melo

Matrícula: 2023101332140017

Título do trabalho:

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma análise do estado da arte no período de 2008 a 2024

RESTRIÇÕES DE ACESSO AO DOCUMENTO

Documento confidencial: ☑ Não ☐ Sim, justifique:

Informe a data que poderá ser disponibilizado no RIIF Goiano: 14 / 07 / 2025

O documento está sujeito a registro de patente? ☐ Sim ☑ Não

O documento pode vir a ser publicado como livro? ☐ Sim ☑ Não

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O(a) referido(a) autor(a) declara:

• Que o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;

• Que obteve autorização de quaisquer materiais inclusos no documento do qual não detém os direitos de autoria, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;

• Que cumpriu quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano.

Urutai — Local

14 / 07 / 2025 — Data

gov.br Documento assinado digitalmente
WALMIR FRANCISCO DE MELO
Data: 11/07/2025 13:19:51-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do autor e/ou detentor dos direitos autorais

Ciente e de acordo:

gov.br Documento assinado digitalmente
CRISTIANE MARIA RIBEIRO
Data: 12/07/2025 10:32:12-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

Assinatura do(a) orientador(a)

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

FOLHA DE APROVAÇÃO DA DISSERTAÇÃO

Título da dissertação: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma análise do estado da arte no período de 2008 a 2024

Título do produto educacional: Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica

Orientadora: Profª. Dr.ª Cristiane Maria Ribeiro

Autor: Walmir Francisco De Melo

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Avaliadora em 04 de julho de 2025, como parte das exigências para obtenção do Título MESTRE EM ENSINO PARA EDUCAÇÃO BÁSICA, pela Banca Examinadora especificada a seguir:

Profª. Drª. Cristiane Maria Ribeiro (Orientadora)

Profª. Drª. Debora Astoni Moreira (Membra interna)

Prof.ª Dr.ª Sandra A. Ferreira Camargo (Membra externa)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cristiane Maria Ribeiro**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 04/07/2025 20:51:57.
- **Debora Astoni Moreira**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 07/07/2025 14:28:31.
- **Sandra Almeida Ferreira Camargo**, **971.505.331-91 - Usuário Externo**, em 10/07/2025 13:08:58.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/07/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 721709
Código de Autenticação: 3b050ca84f

INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Urutaí
Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2.5, SN, Zona Rural, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000
(64) 3465-1900

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

Ata nº 69/2025 - REPG-URT/DPGPI-UR/CMPURT/IFGOIANO

PRÓ-REITORIA DE PESQUISA, PÓS-GRADUAÇÃO E INOVAÇÃO

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

Aos quatro dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e cinco, às dezenove horas, reuniram-se os componentes da banca examinadora, em sessão solene realizada *online*, para procederem à avaliação da apresentação e defesa de dissertação em nível de mestrado, de autoria de Walmir Francisco de Melo, discente do Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano 3 Campus Urutaí, com o trabalho intitulado "RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma análise do estado da arte no período de 2008 a 2024". A sessão foi aberta pela presidente da banca examinadora, Prof.ª Dr.ª Cristiane Maria Ribeiro, que fez a apresentação formal dos membros da banca. A palavra, a seguir, foi concedida ao autor da dissertação para, em até 40 minutos, proceder à apresentação de seu trabalho. Terminada a apresentação, cada membro da banca arguiu o defendente, tendo-se adotado o sistema de diálogo sequencial. Terminada a fase de arguição, procedeu-se à avaliação da defesa. Tendo-se em vista as normas que regulamentam o Programa de Pós-graduação em Ensino para a Educação Básica, a dissertação foi APROVADA, considerando-se integralmente cumprido este requisito para fins de obtenção do título de MESTRE EM ENSINO PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA, na área de concentração em Ensino para a Educação Básica, pelo Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí. A conclusão do curso dar-se-á após o depósito da versão definitiva da dissertação, mediante incorporação dos apontamentos realizados pelos membros da Banca, ao texto desta versão, no Repositório Institucional do IF Goiano, na plataforma EduCapes e cumprimento dos demais requisitos dispostos no Regulamento do PPGEnEB/IFGoiano. Assim sendo, a defesa perderá a validade se não cumprida essa condição, em até 60 (sessenta) dias da sua ocorrência. A banca examinadora recomendou a publicação dos artigos científicos oriundos dessa dissertação em periódicos qualificados e o depósito do produto educacional em repositório de domínio público, tanto institucional quanto no Repositório EduCapes. Cumpridas as formalidades da pauta, a presidência da mesa encerrou esta sessão de defesa de dissertação de mestrado e, para constar, foi lavrada a presente Ata, que, após lida e achada conforme, assinada eletronicamente pelos membros titulares da banca examinadora.

Membros da Banca Examinadora:

Nome	Instituição	Situação no Programa
Prof.ª Dr.ª Cristiane Maria Ribeiro	IF Goiano – Campus Urutaí	Presidente
Profª. Drª. Debora Astoni Moreira	IF Goiano – Campus Urutaí	Membra Interna
Profª. Drª. Sandra A. Ferreira Camargo	SME - Goiânia	Membra Externa

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cristiane Maria Ribeiro**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 04/07/2025 20:52:57.
- **Debora Astoni Moreira**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 07/07/2025 14:28:53.
- **Sandra Almeida Ferreira Camargo**, **971.505.331-91 - Usuário Externo**, em 10/07/2025 13:40:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 01/07/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 721704
Código de Autenticação: 467bba11f4

INSTITUTO FEDERAL GOIANO
Campus Urutaí
Rodovia Geraldo Silva Nascimento, Km 2.5, SN, Zona Rural, URUTAÍ / GO, CEP 75790-000
(64) 3465-1900

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA GOIANO – CAMPUS URUTAÍ

Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica

FICHA DE AVALIAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL PELA BANCA DE DEFESA

Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí – PPGEnEB

Discente: **Walmir Francisco De Melo**

Título da Dissertação: RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NOS INSTITUTOS FEDERAIS: uma análise do estado da arte no período de 2008 a 2024.

Título do Produto: Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação para Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.

Orientadora: Profª . Drª .Cristiane Maria Ribeiro

FICHA DE VALIDAÇÃO DE PRODUTO/PROCESSO EDUCACIONAL (PE)

Complexidade - compreende-se como uma propriedade do PE relacionada às etapas de elaboração, desenvolvimento e/ou validação do Produto Educacional. ***Mais de um item pode ser marcado.**	(X) O PE é concebido a partir da observação e/ou da prática do profissional e está atrelado à questão de pesquisa da dissertação ou tese. (X) A metodologia apresenta-se clara e objetivamente a forma de aplicação e análise do PE. (X) Há uma reflexão sobre o PE com base nos referenciais teóricos e teórico-metodológicos empregados na respectiva dissertação ou

	tese. ( ) Há apontamentos sobre os limites de utilização do PE.
Impacto – considera-se a forma como o PE foi utilizado e/ou aplicado nos sistemas educacionais, culturais, de saúde ou CT&I. É importante destacar se a demanda foi espontânea ou contratada.	( ) Protótipo/Piloto não utilizado no sistema relacionado à prática profissional do discente. (X) Protótipo/Piloto com aplicação no sistema Educacional relacionado à prática profissional do discente.
Aplicabilidade – relaciona-se ao potencial de facilidade de acesso e compartilhamento que o PE possui, para que seja acessado e utilizado de forma integral e/ou parcial em diferentes sistemas.	( ) PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto, mas não foi aplicado durante a pesquisa. (X) PE tem características de aplicabilidade a partir de protótipo/piloto e foi aplicado durante a pesquisa, exigível para o mestrado. ( ) PE foi aplicado em diferentes ambientes/momentos e tem potencial de replicabilidade face à possibilidade de acesso e descrição.
Acesso – relaciona-se à forma de acesso do PE.	( ) PE sem acesso. ( ) PE com acesso via rede fechada. ( ) PE com acesso público e gratuito.
	( ) PE com acesso público e gratuito pela página do Programa. (X) PE com acesso por Repositório institucional - nacional ou internacional - com acesso público e gratuito.
Aderência – compreende-se como a origem do PE apresenta origens nas atividades oriundas das linhas e projetos de pesquisas do PPG em avaliação.	( ) Sem clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG *stricto sensu* ao qual está filiado. (X) Com clara aderência às linhas de pesquisa ou projetos de pesquisa do PPG *stricto sensu* ao qual está filiado.
Inovação – considera-se que o PE é/foi criado a partir de algo novo ou da reflexão e modificação de algo já existente revisitado de forma inovadora e original.	(x) PE de alto teor inovador (desenvolvimento com base em conhecimento inédito). ( ) PE com médio teor inovador (combinação e/ou compilação de conhecimentos pré-estabelecidos).

	( ) PE com baixo teor inovador (adaptação de conhecimento(s) existente(s)).

Breve relato sobre a abrangência e/ou a replicabilidade do PE: O produto educacional é altamente relevante por trazer estratégias para uma educação antirracista na Educação Profissional e Tecnológica, também ganha em mérito ao ter alto teor de replicabilidade e adaptação para outras instituições educacionais.

Profª. Drª. Cristiane Maria Ribeiro - Presidente

Profª. Drª. Debora Astoni Moreira- Membra interna

Profª. Drª. Sandra A. Ferreira Camargo - Membro externo

Urutaí-GO, 04 de julho de 2025.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Cristiane Maria Ribeiro**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 04/07/2025 20:50:05.
- **Debora Astoni Moreira**, **PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO** , em 07/07/2025 14:28:04.
- **Sandra Almeida Ferreira Camargo**, **971.505.331-91 - Usuário Externo**, em 10/07/2025 13:43:50.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 03/07/2025. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse https://suap.ifgoiano.edu.br/autenticar-documento/ e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 722409
Código de Autenticação: e6d6a41962

"A luta contra o racismo exige uma educação que reconheça a pluralidade cultural do povo brasileiro e que afirme a presença negra na construção da nação."

GOMES (2005)

AGRADECIMENTOS

A conclusão deste mestrado representa a realização de um sonho que não seria possível sem o apoio e a colaboração de muitas pessoas, às quais expresso minha mais sincera gratidão. Em primeiro lugar a Deus, por ter me dado saúde e bênçãos ao longo dessa jornada. Agradeço a minha orientadora Cristiane Maria Ribeiro, por sua orientação, paciência e incentivo ao longo de toda a jornada. Sua experiência e dedicação foram fundamentais para o desenvolvimento deste trabalho e para o meu crescimento acadêmico e pessoal.

Aos demais professores do programa de mestrado, meu profundo agradecimento pelo conhecimento compartilhado, pelas discussões enriquecedoras e pelo estímulo constante ao pensamento crítico e à pesquisa.

Agradeço, também, aos meus colegas de curso, que tornaram essa caminhada mais leve com suas trocas de ideias, apoio mútuo e amizade. Os momentos compartilhados dentro e fora da sala de aula foram essenciais para superar os desafios desse percurso.

À minha família, Esposa Luciene, meus filhos Luan e Stéfane expresso minha imensa gratidão pelo amor incondicional, compreensão e incentivo em todos os momentos. Sem o apoio de vocês, essa conquista não teria sido possível. Um agradecimento especial ao meu irmão Walcir (*In memorian*) pelo suporte emocional e por acreditar em mim mesmo nos momentos mais difíceis.

Aos amigos e demais pessoas que, direta ou indiretamente, contribuíram para a realização deste trabalho, deixo aqui meu muito obrigado. Cada palavra de incentivo e gesto de apoio foi fundamental para que eu pudesse concluir esta etapa.

A todos, meu sincero agradecimento!

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa Em Educação
BDTD	Biblioteca Digital de Teses e Dissertações
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoarmos de Pessoal de Nível Superior
CEFET	Cento Federais de Educação Tecnológica.
CNE	Conselho Nacional de Educação.
EAAS	Escolas Aprendizes e Artificies
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
ERER	Ensino das Relações Étnico Raciais
ENPEC	Encontro Nacional de Pesquisas em Educação em Ciências
ENEBIO	Encontro Nacional em Ensino em Biologia
EEI	Educação Escolar Indígena
IFS	Institutos Federais
LDB	Lei de Diretrizes e Base
MEC	Ministério Educação Cultura
NEABI	Núcleo Estudos e pesquisas e Extensões Afro Brasileiro e Indígenas
NEPRE	Núcleo de Estudos pesquisas Sobre Relações Raciais em Educação
PPGE	Programa de Pós-Graduação em Educação
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino e Emprego
PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática
QNE	Química Nova Escola
RFEPCT	Rede Federal de Educação Profissional Cientifica e Tecnológica
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena Empresa
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural
SENAT	Serviço Nacional do Transporte
SESCOOP	Serviço Nacional de Apoio as Cooperativismo
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial

SESC	Serviço Social do Comercio
SESI	Serviço Social da Indústria
UFMT	Universidade Federal Mato Grosso
UFSCAR	Universidade Federal de São Carlos
UTFPR	Universidade Tecnológica Federal do Pará

LISTADE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição regional das instituições das pesquisas..... 73
Tabela 2 - Universidades/Instituições onde as pesquisas foram desenvolvidas..... 74
Tabela 3 – Programas, cursos e pesquisas sobre educação para as relações étnico-raciais 77

LISTADE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição das pesquisas por nível de pós-graduação 71
Figura 2 - Distribuição das pesquisas por natureza da instituição 72
Figura 3 - Distribuição das pesquisas por estado..... 74
Figura 4 - Distribuição das Pesquisas por Área do Conhecimento..... 76
Figura 5 - Distribuição das Pesquisas por Ano..... 78
Figura 6 – Distribuição das Pesquisas por Ano 79
Figura 7 – Capa do produto 110
Figura 8 – Estrutura do sumário..... 111
Figura 9 – Legislação de Educação Profissional..... 112
Figura 10 – Política de permanência..... 112

LISTADE QUADROS

Quadro 1- Histórico da educação profissional no Brasil 35
Quadro 2 – Público-alvo da educação profissional..... 36

RESUMO

Esta pesquisa analisou produções acadêmicas sobre relações étnico-raciais nos Institutos Federais (IFs) entre 2008 a 2024, visando mapear avanços e propor práticas pedagógicas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Partindo da intersecção entre a Lei 10.639/2003 (ensino da cultura afro-brasileira) e a criação dos IFs (Lei 11.892/2008), o estudo buscou compreender como essas instituições têm trabalhado a temática racial, especialmente com o aumento de estudantes negros após a Lei de Cotas (12.711/2012). Utilizando a metodologia do estado da arte, foram revisadas dissertações e teses em plataformas como Google Acadêmico e Biblioteca Digital da Capes. A análise identificou avanços na produção acadêmica, mas também lacunas significativas na articulação entre relações raciais e EPT. As principais recomendações incluem: formação docente continuada, produção de materiais antirracistas e fortalecimento de ações afirmativas. Os resultados apontam que, embora haja avanços, ainda existe um distanciamento entre a teoria proposta pela legislação e a prática educacional nos IFs, necessitando, portanto, implementar políticas institucionais efetivas que garantam não só o acesso, mas a permanência e sucesso dos estudantes negros. A pesquisa oferece subsídios para a construção de uma educação profissional verdadeiramente inclusiva e antirracista.

Palavras-chave: Relações étnico-raciais; Institutos Federais; Lei 10.639/2003; Estado da Arte; Educação Profissional e Tecnológica.

ABSTRACT

This research analyzed academic productions on ethnic-racial relations in Federal Institutes (IFs) between 2008 and 2024, aiming to map advances and propose pedagogical practices for Professional and Technological Education (EPT). Starting from the intersection between Law 10.639/2003 (teaching of Afro-Brazilian culture) and the creation of IFs (Law 11.892/2008), the study sought to understand how these institutions have worked on racial issues, especially with the increase in black students after the Quota Law (12.711/2012). Using the state-of-the-art methodology, dissertations and theses were reviewed on platforms such as Google Scholar and the Capes Digital Library. The analysis identified advances in academic production, but also significant gaps in the articulation between racial relations and EPT. The main recommendations include: continuing teacher training, production of anti-racist materials, and strengthening of affirmative actions. The results indicate that, although there has been progress, there is still a gap between the theory proposed by the legislation and the educational practice in the IFs. Therefore, it is necessary to implement effective institutional policies that guarantee not only access, but also the retention and success of black students. The research provides support for the construction of a truly inclusive and anti-racist professional education.

Keywords: Ethnic-racial relations; Federal Institutes; Law 10.639/2003; State of the Art; Professional and Technological Education.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO 13

1.1 Aspectos Metodológicos 15

CONSIDERAÇÕES FINAIS 23

REFERÊNCIAS 24

2 A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA 25

2.1 Introdução 25
2.1.1 Educações Profissionais no final do século XIX e início do século XX 25

CONSIDERAÇÕES FINAIS 39

REFERÊNCIAS 40

3 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: Um balanço dos estudos - tipos estado da arte 42

3.1 Introdução 42
3.2 Estado da arte das pesquisas sobre educação e relações étnico-raciais 44
3.3 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em materiais didáticos e paradidáticos 47
3.4 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em regiões do país 48
3.5 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em Programas de Pós-graduação 49
3.6 Estado da arte sobre relações étnico-raciais publicados em periódicos 52
3.7 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em evento científico 53
3.8 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e Ensino 55
3.9 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e currículo 57
3.10 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em níveis de Ensino 59
3.11 Estado da arte sobre relações étnico-raciais literatura infantil e infanto-juvenil 61
3.12 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e História da Educação de Crianças e Jovens Negros 61
3.13 Estado da arte sobre relações étnico-raciais produzidas por núcleos de estudos e pesquisas sobre relações raciais e educação 62
3.14 Estado da arte sobre relações étnico-raciais plataformas de artigos científicos 62
3.15 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e formação de professores 63
3.16 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e Educação de Jovens e Adultos 63

CONSIDERAÇÕES FINAIS 65

REFERÊNCIAS 66

4 AS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Apontamentos de uma tragédia 69

4.1 Introdução 70
4.1 Dados gerais da pesquisa 71
4.2 As temáticas estudadas e seus achados 80

4.3 As pesquisas sobre a Lei 10.639/20 profissional e Tecnológica 88
4.4 As pesquisas sobre juventude negra na Educação Profissional e Tecnológica 93
4.5 A educação para as Relações Étnico-raciais, o currículo e a Educação Profissional e Tecnológica 96
4.6 A formação em ERER na EPT 98
4.7 Outras temáticas não menos importantes 98

CONSIDERAÇÕES FINAIS 101

REFERÊNCIAS 102

5PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA 107

5.1 Introdução 108
5.2 Percurso metodológico: elaboração do produto educacional 108
5.2.1 Apresentação do Produto Educacional 109

CONSIDERAÇÕES FINAIS 117

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 118

APÊNDICE 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA TESE OU DISSERTAÇÃO 119

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL 121

1 INTRODUÇÃO

O objetivo desta pesquisa foi identificar e analisar as pesquisas sobre relações étnicas-raciais nos Institutos Federais de Educação (IFs) no período de 2008 a 2024. Com isso, pretendeu-se identificar os avanços das pesquisas e o conhecimento construído e a indicação das lacunas existentes e as sugestões de práticas pedagógicas para a Educação das relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.

As indagações surgiram da confluência de duas paixões, a primeira às reflexões sobre relações étnico-raciais e educação e a segunda Educação Profissional e Tecnológica. Em relação à primeira temos promulgação da Lei 10.639/2003 que tornou obrigatória a educação para as relações étnico-raciais na educação básica brasileira visando promover a inclusão e o reconhecimento da história africana e da história do negro brasileiro, contribuindo para a formação de cidadãos conscientes e respeitosos com as diferenças étnicas e culturais do pais, além de combater o racismo.

A implementação da Lei 10.639/2003 pressupõe um compromisso contínuo por parte das escolas e do sistema educacional como um todo para garantir que os objetivos da lei sejam alcançados e que o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana seja efetivo e significativo para todos os estudantes. Além disso, é fundamental que as escolas estejam abertas ao diálogo com as comunidades afrodescendentes e estejam dispostas a adaptar suas práticas pedagógicas conforme necessário.

A Lei 10.639/2003 constitui um marco importantíssimo no contexto educacional brasileiro, pois ela alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Africana".

Segundo Nascimento (2018, p.45), embora a Lei 10.639/03 tenha sido regulamentada, “ainda estamos distantes de conferir sua efetiva implementação e efeitos positivos nas relações sociais, uma vez que a sociedade continua reproduzindo um discurso racista e preconceituoso”. Existem inúmeras lacunas que distanciam a teoria da prática. Essa reflexão faz perceber as dificuldades enfrentadas até hoje para a implantação da Lei 10.639/2003, na escola brasileira que não mudou para recebê-la. Isso é reflexo de toda uma construção advinda do racismo estrutural que permeia o país.

O ensino da educação para as relações étnico-raciais, nesta análise torna-se uma âncora na luta pela reparação histórica, para corrigir as distorções e omissões que atravessam os séculos e ainda permanecem na sociedade. Além disso, a identidade afro-brasileira é fortalecida,

ressaltando o sentimento de pertencimento, elemento indispensável para a construção de uma sociedade igualitária, respeitosa e feliz.

Aprofundar no estudo da implementação da Lei 10.639/2003 em particular nos IFs é importante porque contribui para a promoção da igualdade racial, o combate ao racismo e a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva, reconhecendo a importância da cultura afro-brasileira e africana na formação da identidade nacional. A escolha do tema se justifica não apenas por uma motivação acadêmica, mas também por um compromisso ético, político e pessoal do pesquisador - homem negro, técnico administrativo em um IF, licenciado em História - cuja trajetória pessoal e profissional reflete a importância da luta por uma educação inclusiva e antirracista. Este aspecto confere à pesquisa um caráter engajado e legitimado por uma vivência concreta no espaço educacional investigado.

Minha segunda paixão são os Institutos Federais cuja criação foi publicada no Diário Oficial da União de 30 de dezembro de 2008 através da (Lei nº 11.892/08). A mencionada lei instituiu a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no âmbito do sistema federal de ensino, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições: Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia – Institutos Federais; Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR; Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca – CEFET-RJ e de Minas Gerais – CEFET-MG; Escolas Técnicas vinculadas às Universidades Federais.

Essas instituições nascem com a incumbência de promover a democratização do acesso ao ensino técnico e tecnológico de qualidade em várias regiões do Brasil, via oferta de formação educação profissional e tecnológica em diversos níveis e modalidades, desde o ensino médio integrado até cursos de pós-graduação *strictu sensu*, é prerrogativa do seu escopo de atuação a oferta de formação dos alunos para o mercado de trabalho contribuindo para o desenvolvimento regional e nacional. Eles oferecem uma ampla gama de cursos, abrangendo áreas como agricultura, indústria, informática, saúde, entre outros.

Também foi fundamental no processo de delimitação do meu objeto de pesquisa razões profissionais e pessoais, sou um homem de 58 anos negro, técnico administrativo concursado do Instituto Federal de Educação do Triângulo Mineiro – campus Paracatu, desde 10/06/2023, ocupando o cargo de assistente de alunos. Do ponto de vista pessoal o tema apresenta-se condicionado à minha formação familiar, onde a ética, respeito, e educação, sempre foram temas valorizados e que subsidiaram a minha formação em licenciatura em História, em que o trabalho de conclusão de curso teve como tema as relações étnico-raciais.

Neste contexto, do ponto de vista das políticas públicas de ações afirmativas é importante destacar que, em 2012, foi promulgada a Lei nº 12.711, que instituiu a reserva de vagas para estudantes oriundos de escolas públicas e para autodeclarados pretos, pardos e indígenas nos processos seletivos das instituições federais de ensino, incluindo os Institutos Federais.

Então, como nas demais escolas de ensino fundamental e médio, as disciplinas que compõem os currículos dos IFs devem integrar o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena, proporcionando aos alunos uma compreensão ampla e contextualizada da contribuição desses grupos para a formação da sociedade brasileira.

Além disso, os IFs também têm o papel de promover ações afirmativas e políticas de inclusão que visem garantir o acesso, permanência e sucesso dos estudantes afrodescendentes e indígenas, bem como de fomentar a pesquisa e extensão voltadas para a valorização e preservação das culturas afro-brasileira e indígena. Estamos tendo uma entrada considerável de alunos pretos e pardos nestas instituições e isto nos remete a refletir sobre a educação e as relações étnico-raciais no interior destas instituições. Mediante o exposto, justifica-se a escolha do tema, a necessidade de identificar como tem sidos realizada as pesquisas sobre educação para relações étnico-raciais nos Institutos Federais para formar um panorama que sinalize como se desenvolve o Estado da Arte das pesquisas.

Constituíram-se, portanto, como objetivos desta pesquisa os seguintes objetivos;

- Identificar e analisar as pesquisas e nível de mestrado e doutorado sobre relações étnico raciais nos Institutos Federais de Educação (IFs), desde a sua criação pela Lei 11892/2008 até o ano de 2024;
- Fazer mapeamento através do estado da arte das dissertações e teses referentes à temática das relações étnico-raciais de 2008 a 2023.
- Identificar o conhecimento construído e indicação das lacunas existentes e as sugestões de práticas pedagógicas para a Educação das relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.
- Elaborar uma proposta de diretriz curricular como produto educacional pertinente à temática destinada à Educação Profissional e Tecnológica.

1.1 Aspectos Metodológicos

A pesquisa foi feita por meio de levantamento das produções científicas nas plataformas digitais, Google Acadêmico, Biblioteca Digital de Teses da Capes, Biblioteca Digital de Teses

e Dissertações, os termos procurados foram: relações raciais e educação; relações raciais e estado da arte; relações raciais e pesquisa; educação para as relações étnico-raciais; relações raciais e educação profissional.

Essa pesquisa pode ser classificada como estado da arte, que é uma abordagem metodológica que envolve a coleta e análise de produções como fonte primária de dados. A pesquisa visa compreender, interpretar ou descrever fenômenos, eventos ou contextos por meio da análise de documentos existentes. A coleta de dados envolve a busca, seleção e organização de documentos relevantes para a pesquisa.

Fazer um estudo do tipo Estado da Arte é promover um balanço, mapeamento que explicite e examine o conhecimento já elaborado e apontem os enfoques, os temas mais pesquisados e as lacunas existentes, como nos mostra Romanowski (2006).

> Estados da arte podem significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI et al 2006, p.3).

Este tipo de estudo ganha relevância ao examinar conhecimento produzido sobre determinado tema seja em teses de doutorado, dissertações de mestrado, artigos de periódicos e publicações em anais de eventos, periódicos, presente em plataformas ou repositórios. Torna- se possível por meio destes examinar as ênfases e temas abordados nas pesquisas; os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica.

Cruz e Ferreira (2023, p. 12) apontam algumas limitações, por exemplo, o pesquisador não tem controle do que está pesquisando, assim, resultando em uma das muitas visões sobre o tema que é objeto de estudo desta pesquisa. Ou então, quando o pesquisador precisa encontrar respaldos para sua leitura, nem sempre há material de qualidade disponível em número suficiente para estabelecer uma determinada categoria ou palavra-chave, e isso pode exigir que o pesquisador tivesse que voltar a sua indagação inicial e faça alterações no seu objeto de estudo, ou ainda, que o pesquisador tenha que optar por outros meios de procurar teses e dissertações, por exemplo, tendo que recorrer a bibliotecas físicas de faculdades e universidades.

No que se refere ao estado da arte, vale ressaltar que sua construção não se restringe ao tipo de material selecionado, mas sim à relevância e consistência das produções que dialogam com o objeto de estudo. Por isso, foram incluídas diferentes fontes acadêmicas e científicas, como dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos publicados em periódicos qualificados, trabalhos de conclusão de curso, comunicações apresentadas em anais de congressos, livros especializados, bem como produções elaboradas por associações de pesquisadores em educação, núcleos ou grupos de pesquisa reconhecidos na área, além de documentos provenientes de instituições públicas (em níveis federal, estadual e municipal) e bases de dados indexadas.

Essas fontes compõem o corpus do levantamento bibliográfico e serão sistematicamente identificadas, descritas e analisadas ao longo da pesquisa, especialmente nos capítulos de fundamentação teórica e análise dos dados. A presença dessas referências será explícita nas discussões, possibilitando ao leitor visualizar, de forma clara, as principais contribuições teóricas e empíricas já produzidas sobre o tema. Com isso, busca-se garantir a consistência e o rigor metodológico da pesquisa, evidenciando a amplitude e a profundidade do levantamento realizado.

No que se refere ao estado da arte, vale ressaltar que sua construção não se restringe ao tipo de material selecionado, mas sim à relevância e consistência das produções que dialogam com o objeto de estudo. Por isso, foram incluídas diferentes fontes acadêmicas e científicas, como dissertações de mestrado, teses de doutorado, artigos publicados em periódicos qualificados, trabalhos de conclusão de curso, comunicações apresentadas em anais de congressos, livros especializados, bem como produções elaboradas por associações de pesquisadores em educação, núcleos ou grupos de pesquisa reconhecidos na área, além de documentos provenientes de instituições públicas (em níveis federal, estadual e municipal) e bases de dados indexadas.

Essas fontes compõem o corpus do levantamento bibliográfico e serão sistematicamente identificadas, descritas e analisadas ao longo da pesquisa, especialmente nos capítulos de fundamentação teórica e análise dos dados. A presença dessas referências será explícita nas discussões, possibilitando ao leitor visualizar, de forma clara, as principais contribuições teóricas e empíricas já produzidas sobre o tema. Com isso, busca-se garantir a consistência e o rigor metodológico da pesquisa, evidenciando a amplitude e a profundidade do levantamento realizado.

O estado da arte é um modelo metodológico crucial em um trabalho acadêmico, pois oferece um panorama abrangente sobre o que já foi estudado e descoberto em relação a um

determinado tema. Isso permite que seja identificado lacunas existentes, tendências e desenvolvimentos recentes, e é possível situar esta pesquisa dentro do contexto mais amplo, além disso, ajuda a garantir que se aproprie de perspectivas ou soluções para problemas identificados.

É importante ressaltar que os estudos do estado da arte são relativos e sempre estarão sujeitos à incompletude, pois o conhecimento científico é dinâmico, inacabado e revisitável. De acordo com os registros de Silva et al (2016):

> Numa dimensão conclusiva, a realização do estado da arte constitui-se em um processo indispensável à produção de uma tese, subsidiando a argumentação e a legitimidade da pesquisa a ser desenvolvida. Enfatizamos sua potencialidade para ampliar o conhecimento sobre a temática da tese, impulsionando aberturas para novas reflexões sobre o objeto pesquisado. Por fim, espera-se que as questões teóricas e metodológicas abordadas neste texto fomentem discussões relativas à produção do estado da arte (SILVA, Et Al, 2016, p.14).

A metodologia da pesquisa estado da arte, contribui para a consolidação do conhecimento permitindo uma visão panorâmica e detalhada das questões em estudo, permite que leitores do trabalho compreendam o conhecimento e as ferramentas disponíveis ao autor do estudo no momento em que o trabalho foi realizado, assim como os acréscimos sendo ofertados ao estado de conhecimento atual é capaz de apontar as que se se repetem, as divergências nos trabalhos os referencias teóricos que subsidiaram as pesquisas, as possíveis sugestões.

Portanto, o estado da arte é uma referência ao estado atual de conhecimento sobre um determinado tópico que está sendo objeto de análise ou estudo. De forma geral, representa o nível mais alto de desenvolvimento alcançado até um determinado momento em áreas científicas ou técnicas. Quando destacado em trabalhos científicos e acadêmicos, serve como ponto de partida para o estudo proposto, permitindo que os leitores compreendam o contexto e as ferramentas disponíveis no momento da pesquisa. Veja o que diz Cruz, (2023).

> Os estudos de revisão, relacionados à crescente necessidade de retomar e ampliar assuntos já pesquisados são ferramentas que permitem ao pesquisador ler pesquisas já publicadas para analisá-las, sem que haja a necessidade de ir a campo para realizar investigações e coletar dados (CRUZ, 2023, p.2).

Sendo assim, o estado da arte é realmente uma metodologia crucial em pesquisas científicas. Ele consiste em um mapeamento abrangente de toda a produção acadêmica relacionada a um tema específico. Em outras palavras, o estado da arte reúne as conclusões e descobertas de outras pesquisas sobre o assunto, identificando também as lacunas existentes.

Oferece uma visão geral do conhecimento atual sobre o tema em questão, destacando as descobertas mais relevantes, as abordagens metodológicas previamente utilizadas e as lacunas no entendimento atual. Para Romanowski (2006):

> Estado da arte pode significar uma contribuição importante na constituição do campo teórico de uma área de conhecimento, pois procura identificar os aportes significativos da construção da teoria e prática pedagógica, apontar as restrições sobre o campo em que se move a pesquisa, as suas lacunas de disseminação, identificar experiências inovadoras investigadas que apontem alternativas de solução para os problemas da prática e reconhecer as contribuições da pesquisa na constituição de propostas na área focalizada (ROMANOWSKI, 2006, p.3).

O estado da arte em qualquer campo é um reflexo do conhecimento, técnicas e tecnologias mais avançadas e em determinado momento. É como um ponto de referência que define os limites do que é atual e relevante em determinada área. O estado da arte é crucial para pesquisadores, profissionais e entusiastas, pois fornece uma base sólida para avançar ainda mais no desenvolvimento de novas ideias, métodos e descobertas. No entanto, é importante reconhecer que o estado da arte está sempre em constante evolução, impulsionado pela pesquisa contínua, inovação e descobertas revolucionárias. Portanto, manter-se atualizado e engajado com o estado da arte é essencial para garantir progresso e excelência em qualquer campo. Segundo trabalho Brandão et al (1986).

> O termo "Estado da Arte" é frequentemente utilizado na literatura acadêmica e científica para se referir a um levantamento abrangente e atualizado do conhecimento existente sobre um determinado tema ou área de estudo. Esse levantamento é realizado a partir de uma revisão sistemática das pesquisas e publicações relevantes já realizadas na área específica. Portanto, ao realizar um Estado da Arte, os pesquisadores buscam não apenas reunir informações existentes, mas também avaliar criticamente as contribuições já feitas, destacar debates e controvérsias, e propor possíveis direções futuras para o desenvolvimento da pesquisa (BRANDÃO et al. (1986, p. 7).

A elaboração de uma pesquisa do tipo Estado da Arte começa com a escolha e delimitação de um tema, seguido pela definição palavras-chave (descritores) para orientar a busca em bibliotecas e arquivos das plataformas existentes. São chamados também de descritores e nada mais são do que palavras-chave que irão guiar a sua busca pelos acervos de bibliotecas e arquivos públicos e/ou privados nos quais irá levantar sua bibliografia. Isso envolve a coleta e análise de livros, artigos acadêmicos, ensaios e outras fontes relevantes sobre o tema, cujo foco pode ser um campo teórico, trabalhos de um autor específico, ou temas atuais. Ao verificar o material obtido, percebe-se que nem todos eles se encaixam exatamente no tema ou nos critérios que você estabeleceu. Por isso, é importante avaliar a sua elegibilidade. De acordo com Cruz (2023):

> São várias as características que dão importância ao Estado da Arte, sobretudo detalhar a evolução das pesquisas, identificando contradições, referencial teórico, integração de perspectivas diferentes ou opostas, e até mesmo temas que são emergentes (CRUZ, 2023, p. 9).

Deve-se realizar uma leitura crítica dos materiais selecionados, além de extrair e organizar as principais ideias, tendências e lacunas na pesquisa existente, desta forma poderá comparar os diferentes estudos para identificar consensos e divergências. Não pode ficar de fora a busca pelas contribuições de cada trabalho para o campo.

A leitura crítica envolve elaboração de uma síntese, que leve em consideração aspectos como: tema, objetivos, metodologias, problemáticas e conclusões para que se possa elaborar um relatório de pesquisa que junte todas as sínteses realizadas. Segundo Nóbrega (2004):

> Depois da busca inicial, e muitas vezes concomitantemente a ela, o estudante/pesquisador começa a etapa propriamente dita da construção do estado da questão. Observa-se a parada em frente ao computador, o lápis diante do papel, a pausa para reflexão, a interrogação sobre qual o ponto de partida e qual o de chegada, como parte desse cenário de criação. É de posse dos dados que a narrativa se desenha, formando-se uma ordem que obedece ao narrador, no caso o estudante/pesquisador. Esses dados entregues a outro pesquisador possivelmente teriam uma nova forma, com narrativa diferente em sua forma, não necessariamente no seu conteúdo **(**NÓBREGA, 2004, p.8).

Desta forma, ao construir um estado da arte, o pesquisador faz uso de uma ferramenta poderosa para edificar uma base sólida para a pesquisa e entender o panorama atual de uma área de estudo. Ao investir tempo e esforço em cada etapa do processo, pode-se garantir que sua revisão seja abrangente, crítica e útil para outros pesquisadores e profissionais na área. Embora seja importante para garantir que se está trabalhando com as tecnologias e métodos mais recentes, há alguns problemas potenciais associados ao uso do Estado da Arte, entre eles utilizar fontes antigas ou desatualizadas, o que pode levar a uma visão defasada do estado da arte, por isso é crucial incluir as pesquisas mais recentes e relevantes. Deve se evitar também escolher fontes que confirmam suas próprias hipóteses ou preferências ou ignorar áreas relacionadas ou perspectivas diferentes, por correr o risco de a pesquisa resultar em uma visão parcial ou enviesada do campo de investigação, daí a importância de cobrir amplamente a área de estudo, incluindo diferentes metodologias e abordagens.

Há de se considerar que apenas resumir os estudos existentes sem uma análise crítica pode levar a uma revisão superficial, então é importante avaliar a qualidade, a relevância e as contribuições de cada estudo.

Podemos ver no trabalho de Paim (2023):

> Cabe enfatizar ainda, que é impossível detectar, de forma geral, a totalidade de produção científica sobre a temática a ser investigada, sendo que a revisão de literatura pode apresentar-se como um procedimento teórico-metodológico trabalhoso e sem sentido. Isso pode ocorrer nos seguintes casos: quando o pesquisador não compreende sua finalidade, não sabe como proceder com as estratégias de busca, não seleciona os repositórios e/ou bancos de dados apropriados para a consulta ou não determina o recorte temporal. Adequado (PAIM; FABRIS, 2023, p.3).

Portanto, enquanto o uso do estado da arte pode oferecer vantagens significativas, é importante equilibrar a inovação com considerações práticas e a realidade das necessidades e capacidades do projeto ou instituição.

Dessa forma, o uso do estado da arte pode realmente proporcionar avanços notáveis e criar oportunidades de inovação. No entanto, é importante considerar a aplicabilidade e os recursos disponíveis. Inovar é ótimo, mas é preciso garantir que as soluções propostas sejam viáveis e sustentáveis no contexto específico do projeto ou da instituição. Equilibrar inovação com praticidade ajuda a garantir que os recursos sejam utilizados de maneira eficaz e que os resultados atendam às necessidades reais.

A literatura especializada elenca alguns passos para a realização deste tipo de estudo adotado. Como primeira ação a definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas nos repositórios e plataformas, como nosso objetivo geral é identificar e analisar as pesquisas a nível de mestrado e doutorado sobre relações étnico raciais nos Institutos Federais de Educação (IFs), elegemos como termos a serem procurados: relações raciais e educação; relações raciais e estado da arte; relações raciais e pesquisa; educação para as relações étnico-raciais; relações raciais e educação profissional.

Como segundo passo, buscou-se definir em quais bases de dados seriam feitas a busca e elegeu-se o Google Acadêmico, na Biblioteca Digital de Teses da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Também foi realizada a leitura das referências de todos os trabalhos que eram encontrados dos quais foram escolhidos estudos cuja temática fosse estado da arte, educação e relações étnico-raciais. Para a inclusão das dissertações e teses no *corpus* de análise foram lidos os resumos e aquelas que não investigassem explicitamente relações étnico-raciais e educação na Rede Federal de Educação foram excluídas.

Em seguida, foram lidos os trabalhos na íntegra buscando os elementos que se coadunam com os objetivos da pesquisa, estabelecendo duas categorias de busca:

1) Dados Gerais: autor, universidade, nome do programa de pós-graduação, modalidade, área, nível, região do país da instituição, estado, ano de defesa, informações de financiamento, gênero, autoclassificação racial do autor;

2) Dados da Pesquisa: objetivos gerais, metodologia, instrumentos de coleta de dados, principais resultados, lacunas apontadas pelo autor e sugestões práticas pedagógicas para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.

A partir da organização e tabulação dos dados foi elaborada a síntese preliminar que serviu de base para a elaboração do relatório de pesquisa e elaboração e construção do produto educacional.

Para efeito de exposição este trabalho está organizado em três capítulos, o primeiro que objetiva traçar um histórico da educação profissional no Brasil até a atualidade, o objetivo é destacar as políticas educacionais que regulamentaram a educação profissional e seu público alvo, nossa hipótese é a de que historicamente a população negra tem sido invisibilizada nesta modalidade de educação.

O segundo capítulo foi destinado estudo de revisão sistemática das produções resultantes de pesquisas do tipo "estado da arte", que imbricavam relações étnico-raciais e educação, objetivo central foi identificar a existência de estudos que mapearam as pesquisas sobre relações étnico-raciais e inexistência de pesquisa tipo estado da arte que imbricam Educação Profissional e Tecnológica. O capítulo traz um panorama da produção, indicam aspectos centrais que caracterizam os estudos de revisão/estado arte e relações étnico-raciais, elenca as contribuições e os desafios das pesquisas, além de confirmar a hipótese de inexistência de um balanço dos estudos sobre relações étnico-raciais e Educação Profissional e Tecnológica.

No terceiro capítulo são apresentados os dados que se configuram no estado da arte das pesquisas sobre educação e relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica, seus principais achados e sugestões para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Profissional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, ao realizar um estudo do tipo estado da arte sobre as relações étnico-raciais nos Institutos Federais de Educação (IFs) no período de 2008 a 2024, cumpre um papel fundamental na consolidação do conhecimento produzido sobre a implementação da Lei 10.639/2003 no contexto da Educação Profissional e Tecnológica. O levantamento e análise de dissertações e teses revelaram, por um lado, importantes avanços na reflexão e nas práticas educacionais voltadas para a valorização da cultura afro-brasileira e africana; por outro, evidenciaram lacunas significativas, tanto em termos de abrangência das pesquisas quanto na efetividade das ações pedagógicas propostas.

Apesar dos marcos legais significativos como as Leis 10.639/2003 e 12.711/2012, os IFs ainda enfrentam desafios na consolidação de práticas pedagógicas que efetivamente promovam a equidade racial e a valorização da identidade negra. A presença crescente de estudantes pretos e pardos nessas instituições impõe a urgência de ações estruturadas que vão além do currículo, demandando formação continuada de docentes, produção de materiais didáticos específicos, fortalecimento de ações afirmativas e diálogo constante com os movimentos sociais e as comunidades locais.

Portanto, que o estudo contribui significativamente para a ampliação do debate sobre educação para as relações étnico-raciais na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, ao mesmo tempo em que fortalece o compromisso com a construção de uma sociedade mais justa, equânime e antirracista. É imprescindível que o conhecimento sistematizado nesta pesquisa seja incorporado às políticas institucionais dos IFs, de forma a promover transformações reais e duradouras nos espaços educativos.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, Z.; Baeta, A. M. B; Rocha, A. D. C. (1986**). Evasão e repetência no Brasil: a escola em questão** (2. ed.). Rio de Janeiro, RJ: Dois Pontos

CRUZ, Fabielle Rocha; DE LIMA FERREIRA, Jacques. **Estudos de revisão em Educação: Estado da Arte e Revisão Sistemática**. Revista Espaço Pedagógico, v. 30, p. e11512-e11512, 2023.

GOMES, Nilma Lino. Educação, identidade negra e formação de professores: tensões e perspectivas na luta antirracista. *In:* LOPES, Eliane; MUNANGA, Kabengele (Orgs.). **Educação e relações raciais: apostando na diversidade.** Brasília: MEC/SECAD, 2005.

NASCIMENTO, Daniele Galvani do. A lei 10.639/03 entre a teoria e a prática escolar: **história e cultura afro-brasileira e africana em uma escola no município de Franca/SP.** 2018.

NÓBREGA-THERRIEN, Sílvia Maria; THERRIEN, Jacques. Trabalhos científicos e o estado da questão. **Estudos em avaliação educacional**, v. 15, n. 30, p. 05-16, 2004.

PAIM, Viviane Catarini; FABRIS, Elí Terezinha Henn; LOCATELLI, Tiago. **Revisão de literatura: um ritual necessário para a qualificação da pesquisa científica e conhecimento do objeto de pesquisa**. Educação, v. 46, n. 1, 2023.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo Estado da Arte em educação.** Revista diálogo educacional, v. 6, n. 19, p. 37- 50, 2006. Santarém, Brasil.

SILVA, Gislaine ARROSSETTO da et al. Desafios dos estudos **"estado da Arte": Estratégias de pesquisa na pós-graduação**. Educação: Saberes e Prática, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2016.

2 A INVISIBILIDADE DA POPULAÇÃO NEGRA NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA

RESUMO

Esse artigo teve como objetivo traçar um histórico da Educação Profissional no Brasil ao destacar as políticas educacionais que regulamentaram essa modalidade de educação e seu público alvo, nossa hipótese é a de que historicamente a população negra tem sido o público invisibilizado nesta modalidade de educação. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica feita a partir de artigos, livros, teses e dissertações sobre políticas educacionais e Educação Profissional. Os dados mostraram que existe uma invisibilidade da Educação Profissional e Tecnológica na historiografia da Educação Brasileira, situação que também é similar quando se tenta localizar a população negra na Educação Profissional

Palavra chave. Educação Profissional; Política educacional – história da educação.

ABSTRACT

This article aimed to outline the history of Vocational Education in Brazil by highlighting the educational policies that regulated this type of education and its target audience. Our hypothesis is that, historically, the black population has been the invisible public in this type of education. The methodology used was a bibliographic review of articles, books, theses and dissertations on educational policies and Vocational Education. The data showed that Vocational and Technological Education is invisible in the historiography of Brazilian Education, a situation that is also similar when trying to locate the black population in Vocational Education.

Keyword: Vocational Education – educational policy – history of education -

2.1 Introdução

2.1.1 Educações Profissionais no final do século XIX e início do século XX

Tentar localizar o lugar ocupado pela população negra na trajetória da Educação Brasileira é uma tarefa quase impossível, “quase” porque quem trabalha com pesquisas sobre relações étnico-raciais no Brasil é antes de tudo um obstinado, como nos mostra tentar recuperar a trajetória da educação da população negra é uma tarefa difícil, pois a historiografia da educação sofre do que podemos chamar de racismo historiográfico, não abordando os negros nos seus processos de aquisição de conhecimento, mostrando ele de forma estigmatizada e

pejorativa, negando todos os seus mecanismos de resistência, ou seja a história da educação da população negra é esquecida, um campo não consolidado.

Por outro lado, situação muito similar acontece com a história da Educação Profissional e Tecnológica, são poucas a produções a respeito, quase sempre demarcando as políticas e as transformações na sua forma de organização ao longo do tempo, sem focar nas vivências e experiências do seu público alvo, profissionais ou egressos. Como nos sinaliza a história da educação no e para o trabalho, no Brasil, deparamos com duas ordens de dificuldade: a tradição historiográfica de pesquisa, que privilegiou a educação propiciada nos espaços escolares e a os estudos acerca da educação escolar, que tem privilegiado pesquisas sobre ensino superior, ensino médio em detrimento do ensino profissional.

Mesmo tendo esse panorama, este artigo tem como objetivo traçar um histórico da educação profissional no Brasil, nosso propósito é compreender do ponto de vista da política educacional como se configurou a Educação Profissional no Brasil e a presença da população negra nesta modalidade de educação ao longo da história da educação nacional.

No período colonial os afazeres práticos eram considerados coisa de escravizados e qualquer forma de trabalho, poderia representar uma grande ofensa a um homem livre, sendo assim os ofícios manuais eram destinados aos escravizados ou negros livres, enquanto o trabalho intelectual, fruto do saber acadêmico, era coisa de homens livres via de regra brancos.

Temos autores que afirmam que no período Colonial a população negra, à época escravizada, era impedida legalmente de frequentar as instituições educacionais, entre elas as de educação profissional, que afirma que as Corporações de Ofícios no Brasil do período colonial possuíam regras rigorosas de funcionamento para dificultar o mesmo, ou até impedir o ingresso de escravos. Segundo Porto (2022):

> Dados em relação à população afrodescendente no Brasil podem ser vistos como um termômetro dessa exclusão. As informações do Ministério da Educação sobre analfabetismo mostram que, apesar de algumas melhorias, a relação de desproporcionalidade entre escolaridade e raça/cor ainda é acentuada (PORTO, 2022, p 54).

O autor destaca a persistente desigualdade racial no acesso à educação no Brasil, evidenciada pelos índices de analfabetismo da população afrodescendente. Mesmo com avanços pontuais, a desproporção entre escolaridade e raça/cor aponta para a manutenção de um sistema educacional excludente, que historicamente marginaliza os negros. Esses dados reforçam a urgência de políticas públicas mais eficazes e de uma educação antirracista comprometida com a equidade.

Por outro lado, desde o período colonial, a educação no Brasil se estruturou de forma dualista. De um lado, havia um ensino academicista voltado para as elites; de outro, um ensino de baixa qualidade destinado às camadas socialmente desfavorecidas. As instituições escolares priorizavam a formação das elites, enquanto o ensino profissionalizante — voltado ao aprendizado de ofícios - era utilizado como uma estratégia para aumentar a produtividade dos escravizados, tornando-os mais úteis e lucrativos para seus senhores. Assim, era comum que pessoas escravizadas recebessem algum tipo de instrução técnica básica, não com o intuito de promover sua emancipação, mas para atender aos interesses econômicos dos proprietários. Segundo Porto (2022):

> O colégio e a residência dos jesuítas foram também os primeiros núcleos de formação para o trabalho, por meio das oficinas de construção de obras, ferraria, carpintaria, olaria, dentre outras, sendo a prática desses fazeres destinada a escravizadas/os e pessoas livres pobres – de preferência, crianças e adolescentes (PORTO 2022, p. 61).

Conforme o exposto, entende-se que desde o período colonial, a educação para o trabalho no Brasil foi marcada por desigualdades sociais e raciais. As oficinas organizadas pelos jesuítas funcionavam como espaços de formação prática, mas também refletiam uma lógica de subalternização, ao direcionarem essas atividades majoritariamente para pessoas escravizadas e pobres, especialmente crianças e adolescentes.

A Educação Profissional no Período Colonial fala sobre os arsenais da Marinha que sofria de escassez de mão de obra e por isso o Estado promovia via o trabalho e a aprendizagem compulsória o ensino de ofícios “aos menores dos setores mais pobres e excluídos da sociedade: os órfãos, os abandonados, os desvalidos. O fato que toda a historiografia sobre EPT nomeia como sendo estes o púbico alvo da educação profissional neste contexto e alguns estudiosos fazem a inferência de que estes poderiam ser negros, mas ao nosso ver não há, ao menos não encontramos que nos mostre de forma inquestionável quem se estes eram brancos desvalidos ou negros.

Já estudiosos das relações étnico-raciais educação profissional e tecnológica é um espaço fértil para pensar essas relações entre raça e trabalho que tiveram suas construções coloniais, mas se fortaleceram, sofisticaram-se e criaram novas curvas com a colonialidade.

A população trabalhadora com menos acesso aos bens sociais tem sido o público-alvo da educação profissional no Brasil, assim como em todas as antigas colônias modernas. Quando se fala em grupos menos favorecidos socialmente, estamos falando majoritariamente da população afrodescendente e de trabalhos que ficaram destinados a esse segmento. A colonialidade mostra toda a sua força.

O ensino profissional, como iniciativa estatal, nascia com um cunho assistencialista, destinado a uma determinada parcela da população, a menos favorecida economicamente, como uma estratégia para manter o controle social em uma sociedade carregada de desigualdades e com grandes possibilidades de conflitos em um momento de reorganização social e da produção, tendo em vista o processo abolicionista e o posterior rearranjo para um mercado baseado na força de trabalho livre.

Durante o Império, tanto as práticas educativas promovidas pelo Estado como as da iniciativa privada pareciam refletir duas concepções distintas, mas complementares: uma de natureza assistencialista e compensatória, destinada aos pobres e desafortunados, de modo que pudessem, mediante o trabalho, tornar digna a pobreza; a outra dizia respeito à educação como veículo de formação para o trabalho artesanal, considerado qualificado, socialmente útil e também legitimador da dignidade da pobreza.

Será que com a chegada da República ocorrem modificações no perfil do público alvo da Educação Profissional e Tecnológica? Parece que não, ao menos é isso que nos deixa perceber ao afirmar que os destinatários "não eram apenas os pobres "desafortunados", mas, sim, aqueles que, iriam se transformar em trabalhadores assalariados.

Segundo Almeida (2020 et al, p.18) o surgimento da Educação Profissional está atrelado a necessidade de uma educação renovada, com seus métodos ativos de ensino, com as necessidades do mundo moderno, forjado pelas transformações sociais ocorridas sob influências crescente da industrialização que trouxe consigo novas demandas por mão-de-obra qualificada e por indivíduos com habilidades específicas necessárias para as novas indústrias e tecnologias emergentes. A educação, portanto, começou a ser vista não apenas como um meio de transmitir conhecimentos teóricos, mas também como um instrumento para preparar os indivíduos para enfrentar os desafios do mundo.

O país começa a sentir necessidade de um ensino profissionalizante para atender as indústrias que surgiam, como afirma Santos (2023, p.14):

> O Brasil tinha grandes problemas a enfrentar naquele momento, sendo a Educação um campo onde tais problemas eram numerosos. Diante de tais problemas, destacam-se: o analfabetismo da maior parte da população; a necessidade de fazer com que o Estado se responsabilize pela escola básica; e a inclusão da população em um mundo que apresentava novas demandas nos campos social, econômico e político (SANTOS, 2023, p.14).

Por isso, viu surgir ações esporádicas de formação para educação profissional, essas iniciativas ocorreram em um contexto de emergente urbanização, industrialização e liberalismo, assim foram criadas instituições de amparo e aprendizagem de ofícios, sob a ótica do

assistencialismo e da reeducação de menores, a exemplo das Escolas de Aprendizes e Artífices que foram criadas pelo Decreto (BRASIL n. 7.566, de 23 de setembro de 1909), subordinadas ao Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Seu objetivo era formar operários e contramestres, oferecendo ensino gratuito de conhecimentos técnicos e práticos para menores das classes menos favorecidas.

Segundo Tavares (2016), os cursos oferecidos pelas Escolas de Aprendizes Artífices eram voltados para crianças com idades entre 10 e 13 anos. Nessas instituições, elas recebiam uma formação básica (primária), com o objetivo declarado de salvar o futuro da nação, ou seja, investir na educação dessas crianças era visto como uma forma de garantir o progresso do país. O objetivo da formação oferecida era capacitar e disciplinar esses jovens para o trabalho, porém sem lhes proporcionar oportunidades de ascensão social, como o ingresso em uma carreira de nível superior. Os cursos disponibilizados - como latoaria, marcenaria, vimearia e beneficiamento mecânico da madeira - reforçavam o caráter artesanal das atividades e evidenciavam a intenção principal de moldar esses jovens para funções práticas e manuais, tornando-os trabalhadores úteis à nação, dentro dos limites impostos por sua condição social.

Com isso, foram criadas as escolas de Aprendizes e Artífices com o objetivo de educar e capacitar jovens provenientes de contextos de pobreza, oferecendo-lhes habilidades práticas que poderiam ajudar na inserção no mercado de trabalho. A ideia era fornecer uma formação técnica que pudesse reduzir a pobreza e melhorar a empregabilidade desses indivíduos. Outro objetivo subjacente era o controle social. Ao retirar os jovens da rua e integrá-los em um sistema educacional e produtivo, o governo pretendia não apenas melhorar suas condições de vida, mas também reduzir a visibilidade de pobreza e marginalização nas áreas urbanas.

Conforme diz Falcione (2009):

> No Brasil, pode se dizer que o processo de consolidação do sistema capitalista ocorreu posteriormente à existência do que poderia ser chamado de ensino profissionalizante. Em suma, as diversas implantações de modelos de educação profissionalizante no Brasil, têm vários pontos divergentes entre eles, tanto em relação à implantação quanto ao modelo implantado, porém, algo leva a crer que exista inegavelmente um ponto em comum nas diversas experiências profissionalizantes: a influência de interesses do grupo dirigente no poder diante dos modelos de ensino, manifestado através das propostas políticas, como também nas respostas de setores da sociedade diante de necessidades classistas (FALCIONE 2009, p. 6).

Essa abordagem tinha uma dimensão estética e moral, visando melhorar a imagem pública das cidades. A abordagem das escolas muitas vezes refletia uma visão segmentada da sociedade, onde os pobres eram vistos como necessitados de reforma e controle, e não apenas como cidadãos que precisavam de oportunidades iguais. Essa perspectiva pode ter contribuído

para uma forma de educação que era mais voltada para a adaptação social e menos para a verdadeira inclusão e equidade.

As primeiras escolas de formação profissional eram voltadas principalmente para a elite branca, com poucas oportunidades para os negros. Uma sinalização de que talvez estas instituições pudessem acolher os ingênuos (filhos de escravos nascidos após a lei do ventre livre) são as considerações de Stamatto (2016) eram as Companhias de Aprendizes Marinheiros, espécie de escola profissionalizante que "visavam explicitamente o ensino e a preparação profissional dos meninos pobres e desvalidos, acima dos sete anos, muitos deles oriundos da Roda de Expostos" (STAMTTO, 2016, p. 27).

Nesse aspecto, Marques (2012, p. 61) menciona que:

> A educação profissional ocorreu no Brasil em diversos contextos históricos, com diferente disposição, mas foi quase sempre destinada àqueles que não tivessem opção, como os brancos pobres, os ex-escravos, os desvalidos, os órfãos, os criminosos e outros desafortunados. Os que podiam escolher buscam outros caminhos como a educação intelectual (MARQUES, 2012, p. 61).

O fato é que não dá para dizer com grau de certeza se havia presença de pessoas negras na educação profissional neste contexto como nos mostrou Marques (2012) ao afirmar que dos estudos que analisaram a história do ensino profissional no país deram destaque à abordagem do contexto nacional e local, além dos aspectos legais da criação, estrutura física e administrativa das instituições. No entanto, não fazem referência aos alunos negros. Alguns termos parecem remeter à situação da população negra, tais como pobres, desvalidos, andantes, infantes desvalidos, crianças desamparadas, órfãos, abandonados nas rodas dos expostos, mas, contudo, sem especificar se eram negros ou não, nessas instituições.

Para Arruda (2020):

> Em sua gênese, a justificativa de oferta da educação profissional nas EAAs (1909-1941) como uma política pública voltada à formação primária profissionalizante de força de trabalho para o mercado, ao referir-se a quem seria destinada o ensino profissional, não faz uso explícito do termo raça, mas de um repertório representacional que exalta a invisibilidade da superioridade racial branca e a marcação da inferioridade racial da população pobre e descendente, em sua maioria, de africanos. Ao serem transformadas em Escolas Técnicas Federais, em 1959, a oferta do ensino profissional avança para o nível médio e integrado à formação geral-propedêutica, com ingresso por meio de exames seletivos passa a ser buscado por classes sociais privilegiados, apesar de ser formalmente destinado às classes menos favorecidas, deslocando o argumento da raça para a classe. Nesse contexto brasileiro, marcado pela pressão cultural do mito da democracia racial e do branqueamento, seria inadequado expor a raça nos argumentos das políticas públicas (ARRUDA, 2020, p131).

Esse trecho de Arruda oferece uma análise crítica muito importante sobre a relação entre educação profissional, raça e classe no Brasil, especialmente no contexto histórico das Escolas de Aprendizes Artífices (EAAs) e, depois, das Escolas Técnicas Federais. Muito pertinente a sua análise sobre a omissão da raça na formulação das políticas públicas de educação profissional.

Pinto & Leon (2022) ao investigar a presença de estudante negros em uma escola profissional de Pelotas no período de 1930-1940 constata que é visível aos olhos que a grande maioria que estudou no período investigado na Escola Profissional Tecnológica de Pelotas foi o estudante branco, aparecendo em grande presença nos quadros de formatura, já os estudantes identificados com o fenótipo negro aparecem, porém de maneira pouco expressiva, faz parte uma presença maciça de estudantes do gênero masculino e de cor branca. Pinto e Leon (2022) enfatizam dizendo que:

> É notório que a educação profissional nesta época e neste contexto estava idealizada para a população pobre, mas não qualquer estudante do sexo masculino, pois o elemento da cor pesava e saltava aos olhos dentro dessa instituição escolar (PINTO & LEON, 2022, p.13).

Nesse contexto, há que dizer que a educação profissional, embora voltada para a população pobre, era permeada por um racismo estrutural que limitava o acesso de pessoas negras, mesmo entre os mais desfavorecidos. A referência ao "elemento da cor" ressalta que, além da classe social, a cor da pele era um fator determinante de exclusão, mostrando que a desigualdade racial estava profundamente enraizada nas instituições educacionais da época. Trata-se de uma crítica direta à seletividade racial presente nas políticas educacionais.

Na década de 1940, também tivemos um acontecimento importante no âmbito da educação profissional brasileira que é o surgimento do Sistema S, tomou impulso em amplitude de atendimento.

Nessa mesma década, houve, como resultado da ineficiência do processo aplicado pelo Estado, uma terceirização da formação de mão de obra para a indústria e para o comércio. Surge então o chamado sistema S, sendo o primeiro o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI, em 1942). Posteriormente, surgem o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC, em 1946), o Serviço Social do Comércio (SESC, em 1946) e o Serviço Social da Indústria (SESI, em 1946). Além disso, ocorre a criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.

O Sistema S integra um conjunto de organizações e entidades voltadas para o treinamento profissional, assistência social, consultoria, pesquisa e assistência técnica. Esta é

considerada uma experiência única no mundo, por envolver as esferas pública e privada vocacionadas ao desenvolvimento de ações de preparo mediato de jovens e adultos para o mercado de trabalho

A Lei nº 4.024/61 fixou as Diretrizes e Bases da Educação Nacional no Brasil. Embora tenha sido revogada pela Lei nº 9.394/96, essa lei estabeleceu o Ministério da Educação e do Desporto como responsável por formular e avaliar a política nacional de educação, zelar pela qualidade do ensino e garantir o cumprimento das leis educacionais. Além disso, criou o Conselho Nacional de Educação, que tinha atribuições normativas, deliberativas e de assessoramento ao Ministro de Estado da Educação e do Desporto, responsável por formular e avaliar a política nacional de educação.

A LDB n. 4.024/61 teve um longo período de gestação, onde as controvérsias referentes à importância e qualidade da formação se fizeram presente, a novidade desta legislação é que nela a Educação Profissional equipara-se ao ensino propedêutico, possibilitando assim que àqueles que concluíram os cursos profissionais pudessem prosseguir os estudos

Para Tomé (2012, p. 7) a Lei nº 4.024/61, trouxe como consequência o rompimento com a histórica visão de que a educação profissional deve ser destinada apenas às camadas mais "abastadas" e, por conseguinte a equivalência aos demais cursos secundários permitia inclusive acesso ao ensino superior. Do ponto de vista da Educação Profissional segundo Santos (2011, p. 218-2019) manifesta-se pela primeira vez na história da educação brasileira a articulação completa entre os ensinos secundário e profissional, permitindo com isso o ingresso em qualquer curso do ensino superior para qualquer aluno que tivesse concluído o ramo secundário ou profissional.

Em relação a lei de 5.692/71 que reformulou o ensino médio trouxe uma nova abordagem sobre a Educação Profissional tornando o ensino médio compulsoriamente, técnico-profissional, todo currículo do segundo grau que deixa de ser limitada a instituições especializadas e passou a ser responsabilidade também das redes estaduais. Os estudiosos de políticas educacionais alertam que a profissionalização compulsória não vingou e que o Parecer MEC 45/72 colocou em cena a velha dualidade da educação Brasileira.

Santos (2018, p. 35) diz que o governo militar substitui a equivalência entre os ramos secundários e propedêuticos pela habilitação profissional compulsória, contudo os efeitos dessa reforma sobre o ensino médio foram o de não produzir nem a profissionalização nem o ensino propedêutico, considerando a falta de recursos materiais e humanos na esfera pública e uma resistência dos empresários em admitir nos quadros de suas empresas os profissionais oriundos dos cursos de segundo grau. Outro aspecto trazido por Santos é que a lei 5672/71 consolidou a

desativação dos cursos industriais do primeiro ciclo (ginásios industriais) que eram ofertados pelas Escolas Industriais da rede federal que se transformaram em Escolas Técnicas Federais, nas quais a grande parcela dos técnicos formados no contexto dos anos 60 e 70 eram recrutadas para grandes empresas privadas ou estatais.

Segundo Carlos (2020) a lei 5.692/71 fomentou exatamente o contrário do que supostamente pretendia- a interação entre o ensino profissional e formação geral ou o fim do *apartheid* das escolas para ricos e pobres, pois à medida que impôs a degradação das antigas escolas técnicas e o aviltamento do ensino médio, fortaleceu as escolas privadas que passaram a controlar, quase como um monopólio, o ingresso nas universidades públicas.

A valorização da Educação Profissional durante a Ditadura Militar (1964-1985) foi apenas de fachada – uma capa que expressava que o ensino técnico não seria destinado apenas às camadas populares, mas a todos –, pois o que se observava era uma tentativa de formar técnicos sem grandes responsabilidades com as necessidades da formação, bem como tornar o ensino superior ainda mais restrito a uma elite econômica que poderia pagar por boas instituições.

Com a lei de Diretrizes e Bases da Educação 9304/96 modernizou e reformulou o sistema educacional brasileiro, incluindo a Educação Profissional, visando a maior flexibilidade e integração com o mercado de trabalho. Segundo Oliveira (et al, 2015):

> A prescrição legal da Lei nº 9.394/96, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), mostra, claramente a intenção em vincular a Educação Profissional integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, com o objetivo de conduzir o "cidadão a um permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva" (art. 39) na sociedade do trabalho e do conhecimento. Para isso, requer que a educação profissional seja desenvolvida não só no espaço escolar, mas que esteja articulada com o mercado de trabalho (OLIVEIRA, ET ALL, 2015, p. 5).

Mediante o exposto, ressalta-se que a integração entre a educação profissional e o ensino médio, cria oportunidade para os alunos cursarem simultaneamente as disciplinas do ensino médio e as disciplinas técnicas. Isso visando oportunizar a formação integral dos estudantes, preparando-os tanto para o mercado de trabalho quanto para o prosseguimento dos estudos em nível superior. Conforme a LDB (1996): A lei definiu níveis de educação profissional como Educação Profissional Técnica de Nível Médio voltada para os alunos que estão cursando ou já concluíram o ensino médio, oferecendo formação técnica específica (Art. 36, Lei 9394/96).

Sendo assim, a LDB propôs a criação de um sistema integrado de educação, onde a educação profissional se articula com outros níveis e modalidades de ensino, "permitindo que os estudantes transitem mais facilmente entre diferentes níveis e tipos de formação" (Art. 39º, Lei 9394/96).

Também possibilitou parceria com o Setor Produtivo, e incentivou parcerias entre instituições de ensino e o setor produtivo para desenvolver currículos e programas que atendessem às demandas do mercado de trabalho, proporcionando estágios e experiências práticas aos alunos (Art. 36, Lei 9394/96).

A introdução dos conceitos de flexibilidade, competências e habilidades pode ser interpretada como uma tentativa de adaptação da educação às demandas do mercado de trabalho, mas também pode servir para mascarar a falta de investimento em uma educação mais igualitária e integral, que considere não apenas a formação técnica, mas também o desenvolvimento humano e crítico dos estudantes (Art. 36, Lei 9394/96).

A flexibilização e a integração com o ensino regular permitiram um aumento significativo na oferta de cursos técnicos e tecnológicos, atendendo melhor às necessidades do mercado de trabalho e proporcionando mais oportunidades de formação para os jovens e trabalhadores. A LDB também abriu caminho para a criação de programas e iniciativas específicas, como o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), lançado em 2011, que ampliou ainda mais a oferta de cursos técnicos e profissionalizantes, democratizando o acesso à educação profissional.

Oliveira (2017, p. 3) elenca algumas modificações colocadas por esta legislação para a Educação Profissional e Tecnológica, segundo o autor a estrutura da educação profissional passa a ser constituída pelos níveis: a) básico, que se destina à qualificação, requalificação e profissionalização de trabalhadores, independente da escolaridade prévia; b) e técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional a alunos egressos do ensino médio; c) tecnológico, que corresponde aos cursos de nível superior, destinados aos alunos oriundo do ensino médio e técnico. Um outro aspecto destacado pelo autor é que um aluno que estiver cursando o ensino médio (formação geral) num determinado estabelecimento de ensino poderá, concomitantemente, curar a parte específica da formação técnica em alguma instituição que ofereça a educação profissional. O Quadro 1 mostra o histórico da educação profissional no Brasil.

Quadro 1- Histórico da educação profissional no Brasil

Ano	Educação Profissional no Brasil
1.909	O Decreto-Lei nº 7.566[2], de 23 de setembro de 1909, sancionado pelo então Presidente da República Nilo Peçanha, instituiu oficialmente a educação profissional brasileira que, vista como instrumento de capacitação ou adestramento para atender ao crescente desenvolvimento industrial e ao ciclo de urbanização, tinha caráter assistencialista 3 em relação à massa trabalhadora. Ocorreu a criação de 19 Escolas de Aprendizes Artífices, difundidas com o intuito de preparar gerações vindouras para a continuidade dos ofícios, suprindo, assim, o mercado produtivo, dominado pela burguesia emergente, formando profissionais advindos das camadas pobres da população. O ensino profissional foi delegado ao Ministério de Indústria e Comércio.
1.910	Foram ofertados cursos de tornearia, mecânica e eletricidade, além das oficinas de carpintaria e artes decorativas ministradas nas 19 Escolas de Aprendizes Artífices.
1.930	Ocorreu a instalação de escolas superiores para formação de recursos humanos necessários ao processo produtivo (início da Industrialização do Brasil). A partir da década de 1930, o ensino profissional se expandiu no Brasil, incluindo, em seu público-alvo, ricos e pobres.
1.937	A Constituição de 1937 fez menção às escolas vocacionais e pré-vocacionais como dever do Estado, a quem competia, com a colaboração das indústrias e dos sindicatos econômicos, criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários e associados.
1.940	Amplitude de atendimento: criação das instituições responsáveis pela formação de mão-de-obra para os dois principais pilares da economia: a Indústria e o Comércio. Surgimento do chamado Sistema S[4].
1.942	Criação do SENAI (S pioneiro). Criação da lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Secundário.
1.943	Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Comercial.
1.946	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), do Serviço Social do Comércio (SESC) e Serviço Social da Indústria (SESI). Criação da Lei Orgânica da Educação Nacional do Ensino Primário, Normal e Agrícola.
1.990	Criação do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), do Serviço Nacional do Transporte (SENAT)[5], do Serviço Nacional de Apoio ao Cooperativismo (SESCOOP) e do Serviço Brasileiro de Apoio à Pequena e Média Empresa (SEBRAE).

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Em vista desses dados, conclui-se que o grande amálgama da Educação Profissional teve que enfrentar foi a existência de uma dualidade no sistema educacional brasileiro de uma educação destinada às classes trabalhadoras e outra para a elite, situação que a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação propôs a superar, por outro lado quando nos debruçamos e inventariar quem é o público alvo da EPT principalmente considerando sua etnicidade há um grande vazio, pois não é sabido. Alguns autores localizam o seu destinamento aos negros já no

seu nascedouro como nos diz Azevedo (1987) ao afirmar que EAA foi criada no contexto das políticas imigrantistas racistas no Brasil que afirmavam a superioridade do branco europeu como trabalhador ideal para a industrialização do país e o tipo racial adequado para a formação de uma identidade nacional que extinguisse a inferioridade racial dos nacionais (pobres e descendentes em sua maioria de africanos), os quais deveriam receber o aprendizado profissional (ARRUDA, 2020, p.69).

Por outro lado, tem-se a noção de que a Educação Profissional Tecnológica seria uma alternativa para as camadas populares, formadas historicamente e significativamente por afrodescendentes, de modo que, ao terem acesso ao ensino, pudessem também garantir uma vaga no mercado de trabalho. Cabe ressaltar aqui que os trabalhos socialmente entendidos como típicos das classes populares já se encontravam dentro de uma proposta de educação que pouco valorizava o questionamento delas em relação ao lugar socialmente esperado para essa parcela da população. Porto (2018) chama a atenção para o fato de que:

> Uma leitura possível poderia perpassar a interpretação de que a EPT foi marcada por uma trajetória de ter as camadas populares como público-alvo, por fazer parte de políticas públicas que entendiam que a educação dessas classes representava fundamentalmente a extensão melhorada de nossas senzalas. Tal perspectiva de ensino seria um modo de inserir, de forma mais rápida, tal segmento no mercado de trabalho, ajudando fundamentalmente a industrialização a ser possível, bem como, ao possibilitar a essa população uma fronteira social, sem perder o controle das oportunidades proporcionadas, conseguindo não só mecanismos de controle, mas também de ascensão social dentro dos limites da colonialidade (PORTO, 2022, p. 77).

Nesse contexto, o autor remete uma crítica à função histórica da Educação Profissional e Tecnológica (EPT) no Brasil, apontando como ela esteve atrelada a políticas públicas voltadas às classes populares com o objetivo de prepará-las rapidamente para o mercado de trabalho, sem necessariamente romper com as estruturas coloniais de desigualdade. A análise destaca como essa lógica serviu à industrialização e promoveu uma ascensão social controlada, delimitada pelos mecanismos de exclusão e subalternização herdados da escravidão. Trata-se de uma reflexão que convida a repensar o papel da EPT para além de uma formação técnica utilitarista, reivindicando uma abordagem crítica e emancipatória.

Portanto, uma escola pública, de educação profissional, historicamente caracterizada por destinar-se à população pobre, é majoritariamente frequentada por negros. Por outro lado, há autores que não visualizam isso.

Centeno e Timóteo (s.d.) descreve o público-alvo da educação Profissional, disposto no Quadro 2.

Quadro 2 – Público-alvo da educação profissional

Período histórico	Público-alvo
1890 a 1955	Pobres, aleijados, cegos, surdos, ex-escravos, loucos, órfãos, entre outros marginalizados pela sociedade da época.
1956 a 1984	Jovens trabalhadores que chegavam ao ensino secundário e almejavam o Ensino Superior.
1986 a 2002	Jovens trabalhadores que tenham interesse em ingressar no mercado de trabalho imediatamente após a conclusão do curso técnico. - Estudantes do Ensino Técnico e Tecnológico atentos às mudanças no mundo do trabalho e dispostos a atualizar seus conhecimentos constantemente. - Jovens e adultos que desejam manter elevado o seu nível de empregabilidade
2003 a 2010	Jovens e adultos da classe trabalhadora e parte da classe pequeno-burguesa ou classe média que historicamente não tiveram acesso à Educação Profissional e Superior públicas

Fonte: Adaptação do quadro presente no texto "Perspectiva histórica da Educação Profissional: do Brasil República aos dias atuais. Disponível em https://profemarli.comunidades.net/perspectiva-historica-da-educacao-profissional.

O Quadro 1 evidencia como o público-alvo da Educação Profissional no Brasil foi sendo redesenhado ao longo dos períodos históricos, refletindo as transformações sociais, econômicas e políticas do país. No início, entre 1890 e 1955, a educação profissional era voltada majoritariamente para os marginalizados, com forte caráter assistencialista. A partir de 1956, observa-se uma transição para atender jovens trabalhadores com aspirações ao Ensino Superior. Entre 1986 e 2002, o foco passa a ser a empregabilidade imediata e a formação contínua, sinalizando a influência das exigências do mercado de trabalho. Já no período de 2003 a 2010, nota-se uma tentativa de democratização do acesso, com políticas públicas que ampliaram a inclusão de jovens e adultos da classe trabalhadora e de setores antes excluídos da educação pública de qualidade. Esse histórico revela a crescente valorização da Educação Profissional como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico.

Arruda (2022, p. 5) afirma "que nas comemorações dos 100" anos da RFEPCT, o Ministério da Educação (MEC) publicou um histórico da formação do trabalhador no Brasil, no qual ressalta que, no período colonial, a oferta da educação profissional foi dirigida aos índios e escravos reconhece o enfoque preconceituoso e excludente contido nas suas primeiras legislações, afirmando a tentativa de sua superação, especialmente através da expansão da RFEPCT e dos IFs criados em 2008.

Há também que considerar que Nilo Peçanha fundador das Escolas de Aprendizes Artífices era negro Pereira. Por outro lado, existem autores que salientam a exclusão e segregação da população negra nas Instituições contemporâneas de Educação Profissional e Tecnológica, havendo cursos que são destinados a pessoas brancas e cursos destinados para pessoas negras, ou salas de aulas para alunos que ingressaram por ampla concorrência e salas destinadas a alunos cotistas. Como evidenciam as palavras de Arruda (2020).

> Olha, aqui tem duas turmas de Informática: A e B. A turma A é de não cotistas e a maioria é branca. A turma B é na maioria cotista e mais negra. Se você está estudando cotas, não seria melhor você perguntar ao Departamento por que eles fazem essa separação por cota? (Servidor, 53 anos) (ARRUDA, 2020, p.38).

O trecho evidencia a tensão entre a origem inclusiva da educação técnica, com Nilo Peçanha, e as práticas atuais que ainda reproduzem a segregação racial, como a separação de turmas entre cotistas e não cotistas, revelando a persistência do racismo estrutural nas instituições educacionais.

Quanto à forma em que o racismo aparece, os entrevistados responderam que:

> O racismo se manifesta de diversas formas no cotidiano do contexto escolar do IFMT – Campus Cuiabá, através de práticas, conscientes ou não, executado por sujeitos considerados brancos. As práticas mais citadas como racistas são: “brincadeiras”, divisão de cursos e turmas mediante a cor/raça, e, portanto, em ser cotista ou não cotista, discursos, gestos (tratamento diferencial e olhares que inferiorizam), separação espacial, relações cindidas (ARRUDA, 2020, p.125).

Desta forma, destaca a presença do racismo estrutural e institucional no IFMT – Campus Cuiabá, manifestado por meio de atitudes sutis e naturalizadas, como brincadeiras e gestos discriminatórios. Também evidencia a divisão entre cotistas e não cotistas como forma de reforço das desigualdades raciais. Ressalta-se, assim, a necessidade de ações antirracistas e do compromisso institucional com a promoção da equidade no ambiente escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse artigo teve como objetivo traçar um histórico da educação profissional no Brasil, objetivo é destacar as políticas educacionais que regulamentaram a educação profissional. A metodologia utilizada foi a revisão bibliográfica feita a partir de artigos, livros, teses e dissertações sobre políticas educacionais e Educação Profissional. Os dados mostraram que existe uma invisibilidade da Educação Profissional e Tecnológica na historiografia da Educação Brasileira, situação que também é similar quando se tenta localizar a população negra neste contexto. Não se consegue localizar a população negra na história da Educação Profissional e Tecnológica, a não ser em estudos contemporâneos que mostram a existência de cursos destinados às pessoas brancas e cursos destinados às pessoas negras e situações de *apartheid.*

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Marilene Oliveira; DE FREITAS VENEROSO, Maria do Carmo; DE FREITAS CAMPOS, Regina Helena. Circulação, recepção e apropriação do método de ensino do desenho de Louise Artus-Perrelet: educação estética e modernismo na formação de professores primários no início do século XX. **Pós: Revista do Programa de Pós-graduação em Artes da EBA/UFMG**, v. 10, n. 20, p. 181-215, 2020.

ABREU TOMÉ, Ana Clécia. Trabalho e/ou educação: História Da educação profissional no Brasil. **Tear: Revista de Educação Ciência e Tecnologia**, Canoas, v.1, n.2, 2012.

ARRUDA, Maria Auxiliadora Almeida. Dimensões da branquitude na política de oferta de vagas do Instituto Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica de Mato Grosso. **Contemporânea-Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 12, n. 1, 2022.

BRASIL. Constituição (1942). **Decreto nº 4048, de 22 de janeiro de 1942.** Brasília. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/del4048.htm. Acesso em: 10 ago. 2024.

BRASIL. **Decreto-lei n. 7.566**, de 23 de setembro de 1909.

BRASIL. **Lei 11.892**, de 2008.

BRASIL. **Lei 4.024,** de dezembro de 1961.

CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. **Retratos da Escola**, v. 5, n. 8, p. 27-41, 2011.

CARLOS, Nara Lidiana Silva Dias; DE MENESES, Raquel Marinho; DE MEDEIROS NETA, Olívia Morais. A Lei nº 5.692 de 1971 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9.394 de 1996: aproximações e distanciamentos na organização do ensino na educação básica. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 10, p. 6679109181-e6679109181, 2020.

FALCIONE, Roberto Evair. **O ensino profissionalizante no Brasil:** um olhar histórico. Revista Tecnologia e Sociedade, v. 5, n. 8, p. 1-13, 2009.

LIBÂNEO, José Carlos. O dualismo perverso da escola pública brasileira: escola do conhecimento para os ricos, escola do acolhimento social para os pobres. **Educação e pesquisa,** v. 38, p. 13-28, 2012.

MARQUES, Zilma Maria Silva. **Presença de alunos negros no ensino profissionalizante na Primeira República em Cuiabá.** 2012. 120 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Instituto de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Cuiabá, 2012.

OLIVEIRA, Arão Davi; FERREIRA, Valdivina Alves. **O Pronatec como garantia do direito constitucional à formação para o trabalho na rede estadual de ensino de MS**. 2017.

PINTO, Natália Garcia; LEON, Adriana Duarte. **Educai vossos filhos:** a história da racialização na educação profissional tecnológica (1930/1950) em Pelotas/RS. Revista Ibero- Americana de Estudos em Educação, Araraquara, v. 18, 2023.

PORTO, Leudjane Michelle Viegas Diniz. **Com a palavra, a/o Mestra/e:** a afrodescendência e a educação profissional tecnológica em tempos de educação para as relações raciais. 2022.

SANTOS, Juraci Barbosa dos et al. **Influência militar na educação brasileira:** uma análise comparativa entre a organização da educação na ditadura militar e a educação militarizada na atualidade. 2023.

STAMATTO, Maria Inês Sucupira. Experiências escolares para a infância desvalida – Brasil Imperial (1822-1889). **Holos,** v. 5, p. 22-32, 18 set. 2016. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte.

TAVARES, Fábio Liberato de Faria. Ensino técnico federal no Brasil: das escolas de aprendizes artífices ao PRONATEC. **Revista do Historiador,** Porto Alegre, v. 8, n. 8, p. 77-88, 2016.

THEODORO, Mário et al. **As políticas públicas e a desigualdade racial no Brasil:** 120 anos após a abolição. Brasília: Ipea, 2008.

KUHLMANN JR, Moysés. A educação infantil no século XX. **Histórias e memórias da educação no Brasil**, v. 3, p. 182-193, 2012.

3 RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E EDUCAÇÃO: Um balanço dos estudos - tipos estado da arte

RESUMO

Neste artigo foi realizado um estudo de revisão sistemática das produções resultantes de pesquisas do tipo "estado da arte", que imbricavam relações étnico-raciais e educação, foram selecionados estudos de revisão produzidos a partir de 2005. Foram coletados trabalhos publicados em anais de eventos, artigos, teses e dissertações. O objetivo central foi identificar a existência de estudos que mapearam as pesquisas sobre relações étnico-raciais e Educação Profissional e Tecnológica. Os dados foram coletados no Google Acadêmico, na Biblioteca Digital de Teses da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Como resultado, além de um panorama da produção, pode-se indicar aspectos centrais que caracterizam os estudos de revisão/estado arte e relações étnico-raciais, elencar as contribuições e dos desafios das pesquisas, além de confirmar a hipótese de inexistência de um balanço dos estudos sobre relações étnico-raciais e Educação Profissional e Tecnológica.

Palavras-chaves: Relações Étnico-raciais. Estado da Arte. Educação. Pesquisas.

ABSTRACT

In this article, a systematic review study was carried out on productions resulting from "state of the art" research, which overlapped ethnic-racial relations and education. Review studies produced from 2005 onwards were selected. Works published in event annals were collected, articles, theses and dissertations. The central objective was to identify the existence of studies that mapped research on ethnic-racial relations and Professional and Technological Education. The data was collected from Google Scholar, the Capes Digital Library of Theses, and the Digital Library of Theses and Dissertations. As a result, in addition to an overview of production, it is possible to indicate central aspects that characterize review/state-of-the-art studies and ethnic-racial relations, list the contributions and challenges of research, in addition to confirming the hypothesis of the lack of a balance studies on ethnic-racial relations and Professional and Technological Education.

Key World: Ethnic-racial Relations. State of the Art. Education. Research.

3.1 Introdução

O objetivo deste artigo foi fazer um mapeamento dos trabalhos de pesquisa que já foram realizados que embrincam estado da arte, relações étnico-raciais e educação. A necessidade surgiu do desejo de saber se existe algum balanço das pesquisas sobre relações étnico-raciais e Educação Profissional e Tecnológica. Estamos alicerçados nas proposições de Cruz e Ferreira (2023, p. 3) ao afirmarem que na área da educação, os estudos de revisão são importantes para

auxiliar na compreensão dos fenômenos educacionais e propor soluções para problemas ainda persistentes, com um olhar voltado para o que já foi publicado dentro daquela temática, baseado na observação e análise do pesquisador. Neste sentido para nós, mesmo sabendo que não podem ser considerados como sinônimos Santos et al. (2020, p.208) todo trabalho independente da nominação metodológica que busque mapear, identificar, categorizar, descrever, listar, resumir um conjunto de estudos ou pesquisa que imbriquem relações étnico-raciais, estado da arte e educação será objeto de nossa atenção neste artigo.

Considera-se para fins de análise todos as publicações que mesmo com enfoques diversificados estes tipos de estudos de revisão, sejam eles, estado da questão, pesquisa bibliográfica, investigação bibliográfica, levantamento crítico, estudo exploratório bibliométrico, estudo bibliométrico, revisão sistemática, revisão de literatura, revisão integrativa, revisão narrativa, pesquisa de pesquisas, pesquisando pesquisas, estudo focado nas pesquisas, análise estilística, análises descritivo-interpretativa, análise comparativa, metas síntese, meta análise e pesquisa metateórica serão objeto de nossa atenção. Sendo efetivamente pesquisas estado da arte, a variedade de denominações reforça a liberdade pessoal de pesquisadores sobre o termo escolhido para ser adotado em seus estudos, além da concepção de conhecimento assumida por esses sujeitos (SANTOS et al, 2020).

Para Malfitano (2017, p.42) o estado da arte traz consigo a proposição do mapeamento da produção de uma grande área, passando pela produção de informação científica e pela gestão dessas informações e, também, pelo uso social do conhecimento como ferramenta de apreensão, compreensão e intervenção junto a um dado fenômeno.

Estado da arte pode ser definido como um mapeamento, um levantamento, um panorama que permite conhecer sobre o tema que nos propomos a pesquisar situando-nos sobre a evolução das pesquisas no campo, revelando as concepções mais frequentes, assim como aquelas em que ainda não há estudos efetivados, as tendências, os pormenores, os centros de produção destes estudos. Conforme observa Rossetto (s.d.).

> Podemos efetuar o estudo do estado da arte com o intuito de fazer uma revisão da literatura científica acerca de um determinado tema de modo a subsidiar o desenvolvimento de uma pesquisa. Nesse percurso, a finalidade é obter um panorama geral do conhecimento elaborado em um campo, área, tema, autores e conceitos específicos, com o objetivo identificar lacunas referentes a trabalhos não realizados; temas recorrentes ou já consolidados. Podemos dizer que isso caracteriza um primeiro nível de elaboração de estudo do estado da arte (ROSSETTO, S.D., p. 03).

O texto apresenta de forma clara e objetiva a função do estudo do estado da arte como etapa inicial e essencial em uma pesquisa científica. Ao destacar seu papel na identificação de

lacunas, temas recorrentes e consolidados, o autor enfatiza a importância dessa revisão para orientar e justificar futuras investigações. A citação de Rossetto reforça a ideia de que esse processo constitui um primeiro nível de aprofundamento no campo do conhecimento.

Sobre como fazer o estado da arte Ferreira (2021) assim pondera:

> Ele é garimpado em diferentes fontes e bancos de dados e exige inúmeras operações e procedimentos metodológicos como, por exemplo: inventariar, identificar, explicitar e organizar dados e informações; ler para interrogá-los; inquirir pelos seus pontos menos explorados; criar categorias/focos/ temas, aproximando sentidos dispersos ou comuns entre eles; descartar ou valorizar repetições, contradições, incoerências que emergem de outras formas e em outros lugares; preencher lacunas no tempo e no espaço para construir uma história; recortar e inserir documentos em outro texto e em uma outra combinação; produzir a compreensão sobre a problemática em questão (FERREIRA, 2021, p. 17).

Nessa linha de análise, nota-se a complexidade e a riqueza do processo de construção do estado da arte, evidenciando que não se trata apenas de uma revisão bibliográfica simples, mas de um trabalho analítico e criterioso. Ferreira enfatiza a necessidade de uma postura investigativa e reflexiva diante das fontes, valorizando tanto a organização meticulosa quanto a capacidade de interpretação crítica. Essa abordagem permite identificar lacunas, tensionar discursos e construir um panorama abrangente e fundamentado sobre a temática estudada.

Considerando as etapas do estudo tipo estado da arte corresponde à identificação da temática e do objeto de estudo que se pretende investigar, neste caso os estudos que entrelaçam discussões sobre relações étnico-raciais, estado da arte e educação. Para tanto buscamos no Google Acadêmico, na Biblioteca Digital de Teses da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações os termos Relações étnico-raciais e educação; Relações étnico raciais e estado da arte, relações étnico-raciais e estudos, relações raciais e pesquisa, nosso recorte temporal foi a partir de 2005 considerando o de Ribeiro (2005) como marco inicial deste tipo de trabalho com a interface estado da arte, relações étnico-raciais e educação. Na análise dos trabalhos foi feita a leitura integral dos textos buscando definir e categorizar a abrangência, os objetivos e os principais resultados, de forma a fornecer um panorama do que já foi pesquisado e das ausências. Dinâmica de apresentação será a explanação de resumos centrados nos objetivos e resultados e algumas considerações gerais no final do artigo.

3.2 Estado da arte das pesquisas sobre educação e relações étnico-raciais

Coelho e Oliveira Júnior (2020) fez um estado da arte de teses, dissertações e artigos publicados sobre educação para as relações étnico-raciais produzidos entre 2014 e 2018, entre as conclusões vale destacar o número maior de pesquisadores, quase sempre vinculadas a

universidades públicas, são trabalhos predominantemente produzidos na área de Educação (94,11%). Dentre os caminhos e procedimentos metodológicos utilizados situam-se pesquisas de cunho qualitativo, nas modalidades de estudo de caso, bibliográfico, do tipo documental, pesquisa de campo, pesquisa-ação, pesquisa etnográfica. No que tange a coleta de dados, as observações; questionários; entrevistas, de diversos tipos, estiveram entre os mais utilizados pela empiria (COELHO, OLIVEIRA JÚNIOR, 2020).

Nesse aspecto, tem-se a pesquisa de Ribeiro (2005) que analisou as teses e dissertações produzidas no Brasil entre meados do século XX e início do século XXI que imbricassem negros e educação, nas conclusões estão descritos de modo geral que estes estudos somam-se aos esforços de diversos/as pesquisadores/as em desvelar os diversos mecanismos intraescolares de discriminação racial e étnica que se desdobram em desigualdades e prejuízos para crianças e jovens negros/as, apontam para o fato de há uma ausência de um trabalho sistematizado e institucionalizado, que aborde a questão racial no cotidiano escolar e em todas as áreas do conhecimento e a ausência de interferência curricular e pedagógica que discuta, problematize e supere pensamentos e práticas discriminatórias de cunho racial em todas as dimensões do educativo.

Além disso, tais estudos trazem importantes contribuições, visto que apontam para um problema ainda muito presente nas escolas, que é a ausência de um trabalho sistematizado e institucionalizado, que aborde a questão racial no cotidiano escolar e em todas as áreas do conhecimento e a ausência de interferência curricular e pedagógica que discuta, problematize e supere pensamentos e práticas discriminatórias de cunho racial em todas as dimensões do educativo. Os dados também mostraram que a maioria dos trabalhos são feitos em universidades públicas, desenvolvidas por mulheres e sem financiamento.

Thijm (2014) analisou o que dizem as teses e dissertações a respeito da temática Relações Raciais em Educação na vigência da Lei no 10.639/03, no período de 2004 a 2013 visando identificar o que dizem sobre relações raciais em educação as teses e dissertações de programas de pós-graduação em educação brasileiros no período de 2004 a 2013, analisando em suas temáticas a construção identitária. O autor foram encontrou 148 produções, sendo 104 dissertações e 44 teses deste total foram analisados 50% do material e concluiu que as produções ao correlacionarem as relações raciais com a educação, seja no espaço escolar ou fora dele mobilizam temáticas como movimentos sociais; identidades; racismo; formação de professores; propostas e práticas pedagógicas; memórias; ações afirmativas e políticas educacionais; currículos e programas; instrumentos pedagógicos; estado da arte, concepções teóricas, mostrando a multiplicidade de possibilidades investigativas neste campo.

Muller (2015) realizou um estudo semelhante ao proposto neste artigo procurando identificar e descrever estudos que se configuravam com estado da arte sobre relações raciais, ao nosso ver mesmo sendo este o objetivo, o foco do trabalho foi estudos que confluíam educação e relações étnico-raciais. Os dados do texto do autor mostram que ele encontrou oito trabalhos que poder ser categorizadas em estado da arte de relações étnico-raciais e: currículo, história da educação; livro didático, formação de professores; em regiões do pais.

Assim, constata-se que entre os achados da pesquisa figuram: a concepção de relações étnico-raciais como uma proposta necessária a ser construída a partir da educação e do currículo e que deve refletir diretamente na formação de professores. Os objetivos das pesquisas foram semelhantes, ou seja, mapear as produções desenvolvidas sobre o tema. A seleção é feita a partir de palavras chaves, em repositórios de teses e dissertações ou portais de periódicos. Educação é a área de conhecimento predominante dos trabalhos, que são realizados por universidades federais, concentrados na região sudestes, feito em sua maioria por mulheres.

Boakari, Machado & Silva (2013) fizeram um levantamento de teses e dissertações sobre Educação e Relações Étnico-raciais nas regiões Norte e Nordeste produzidas entre 2000- 2010, a pesquisa foi classificada como estado da arte e evidenciou alguns aspectos muito importantes para entender a produção acadêmica sobre educação das relações étnico-raciais, pesquisas que trataram de temas tocantes aos afrodescendentes nas suas diversas inter-relações com as educações, profissionais escolares, elementos educativos e sujeitos envolvidos com o espaço escolar.

Estes trabalhos são desenvolvidos em sua maioria em universidades federais, abordam questões sociais, psicológicas, culturais, econômicas e políticas no campo educacional. Em relação ao nível 70% das pesquisas são a nível de mestrado e 30% a nível de doutorado. Os dados também mostram um leve crescimento na produção da pesquisa, contudo de maneira desordenada. Os dados mostraram que independente do aporte teórico, da metodologia empregada ou da técnica de coletas de dados figurou os prejuízos que os afrodescendentes sofreram na esfera educacional.

Silva, Santos e Coelho (2014) analisaram estudos e pesquisas cuja produção científica está localizada na área das Relações Raciais e Educação, relativas ao período de 1980 a 1990.O estudo foi categorizado como qualitativo com aplicação da pesquisa bibliográfica e os resultados é um panorama de todos as pesquisa realizadas nestas décadas e que revelam que as pesquisas sobre Educação e Relações Raciais foram ampliados e impulsionaram impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

3.3 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em materiais didáticos e paradidáticos

Nesta categoria temos o trabalho de Abdalla (2017) no formato de dissertação de mestrado, cujo objetivo foi identificar, analisar e problematizar como as teses e dissertações abordam as questões étnico-raciais e livros didáticos destinados ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio, são objeto da pesquisa investigações desenvolvidas entre os anos de 2005 e 2015. Os dados mostram que as produções apresentam alguns avanços a partir da regulamentação da lei 10.639/2003, com abordagens referentes às religiões de matrizes africanas e a maior presença de personagens negros nos livros didáticos, porém as manutenções de conteúdo com uma visão eurocêntrica, os silêncios em relação à resistência negra no Brasil e a falta de formação inicial e continuada de professores com foco na educação democrática ainda é uma constante.

Rosemberg, Bazilli e Silva (2003) realizaram uma revisão da produção brasileira sobre expressões de racismo em livros didáticos sob dois ângulos: publicações que enunciam o racismo em livros didáticos e publicações que se refere ao combate ao racismo em livros didáticos, a perspectiva adotada foi indicar aspectos comuns ao conjunto de análises já produzidas sobre o tema, as lacunas que poderiam estar permanecendo e a diversidade de enfoques teórico-metodológicos sobre os quais elas teriam se apoiado.

Os dados mostraram que: a produção é reduzida e incipiente; referem-se exclusivamente a negros e indígenas, não tendo sido encontradas referências a outras etnias, tais como, árabes, ciganos, japoneses ou judeus; os temas da diversidade cultural e do multiculturalismo praticamente ainda não entraram no campo de preocupações dos pesquisadores; há predileção pela análise de livros de História, Língua Portuguesa e priorizam a análise do discurso de das ilustrações. Os achados destes trabalhos são similares ao encontrar: sub-representação de negros e indígenas; representados sem família; em atividades de trabalhos de menor prestigio; com traços grotescos e estereotipados, sem voz ou em situação de passividade.

Reis (2022) realizou um levantamento das pesquisas sobre livros didáticos de matemática no contexto da educação das relações étnico-raciais no período de 2003 – 2021, os objetos de análise foram teses, dissertações e anais de eventos de Educação Matemática e a justificativa para a realização da pesquisa foi mostrar o que revelam as pesquisas que se debruçaram sobre este material em busca dos aspectos referentes à educação das relações étnico-raciais.

De acordo com os resultados nestes estudos o que imperou foi a denúncia da sub-representação ou da falta de negros e indígenas nos livros didáticos, a omissão quanto a

implementação da Lei 10.639/2003 e 11.645/2008, a ausência da temática nos cursos de formação de professores e também a ausências dos saberes africanos e afro-diaspóricos ou referentes a valorização dessas culturas. Também há destaque para a forma com que pessoas negras são representadas, o que frequentemente recaem na manutenção da colonialidade, ou seja, ainda permanecem representados de forma estereotipada, em situação de desvantagem em relação ao branco, em contexto de força física, sem voz.

Muller (2018) pesquisou o "Estado da arte" da produção acadêmica brasileira a respeito do livro didático e relações étnico-raciais, o corpus da análise foram teses, dissertações e artigos publicados em periódicos *Qualis* A e B da área da educação no período de 2003 a 2014. O estudo encontrou 25 dissertações e 4 teses. Ficou explícito que os maiores números de pesquisas foram realizados na região Sudeste, tendo mulheres como autoras, com periodicidade flutuante. Em termos gerais as pesquisas concentraram-se em analisar a partir da lei nº 10.639/2003 as mudanças e permanências nos textos e imagens referentes à história do negro e/ou da África em livros didáticos, o uso de iconografias relacionadas a miséria, violência, escravidão, reduzidas muitas vezes à folclorização.

Em relação aos artigos foram achados 11 no total, e apontam para algumas permanências, apesar do PNDL, tais como: representação da África, como local de fome, doenças, guerras e conflitos políticos assim como a precariedade de vida das populações; a permanência de estereótipos, preconceitos e silenciamento da história, cultura e personagens negros.

3.4 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em regiões do país

Araújo; Queiroz; Souza (2020)[1] analisaram a produções acadêmicas que têm como tema educação e relações étnico-raciais, publicadas no periódico quadrimestral Revista Cocar, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Pará (UEPA), os dados da pesquisa mostram que do total de artigos publicados ,84% são relacionados à temática, e as sub temáticas que prevalecem são: docência e formação de professores; identidade; currículos; cotas, religião, gênero, produção acadêmica, saberes e desigualdade/pobreza, e por

[1] Houve diversidade de termos que possibilitaria enquadrar este trabalho em mais de uma categoria, contudo utilizamos como critério o título da obra Educação e relações étnico-raciais: Uma análise do estado do conhecimento no norte do Brasil.

fim, apesar de pequena, há uma crescente evolução de publicações sobre educação e relações étnico-raciais na Revista Cocar.

Silva (2019) realizou uma pesquisa que objetivou analisar se havia e quais seriam as especificidades dos estudos sobre Educação e relações Étnico-raciais no Norte do país a partir das produções/publicações (disponíveis on-line) de pesquisadores/as da região, considerando a envergadura do trabalho a autora analisou somente os apresentados no formato de artigos sobre educação e relações étnico-raciais, procurando apontar quais são as temáticas mais recorrentes, os enquadramentos teóricos privilegiados, bem como possíveis lacunas ainda pouco exploradas. Os artigos encontrados foram categorizados da seguinte forma: questão indígena; formação de professores; escola e relações raciais e expressões religiosas da cultura afro-brasileira.

Os dados mostraram que campo das relações étnico-raciais e educação na região Norte é um campo constituído desde a década de 1980 e que pesquisas foram realizadas por pesquisadores/as que trabalham em Universidades Federais, Universidades Estaduais e Institutos Federais desta região, que todas as pesquisas apresentam uma perspectiva antirracista, ou seja, evidenciam a necessidade da efetivação de uma educação que prime pela igualdade de direitos, superação do racismo e seus desdobramentos

3.5 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em Programas de Pós-graduação

Brito, Silva & Giraldo (2023) em artigo apresentaram, por meio de uma abordagem quanti-qualitativa, a situação atual da produção de conhecimento voltada para a ERER, a EEI e a EEQ no Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (PROFMAT), tendo com recorte uma base temporal de nove anos, encontraram apenas 6 dentre 6442 trabalhos finais do Programa que trazem explicitamente a ERER, a EEQ ou a EEI em suas fundamentações teóricas, o que implica que apenas cerca de 0,09% dos trabalhos no banco de dados do PROFMAT abordam, de alguma forma, questões relacionadas com a educação para as relações étnico-raciais", os autores qualificam estes resultado como assustador e atribuem a isto a uma visão limitada de docência em Matemática, produzida pelo racismo epistêmico.

Santos, Silva e Coelho (2014) analisaram as teses e dissertações brasileiras relacionadas com a temática Educação e Relações Raciais, especificamente acerca da Política Curricular e Relações Raciais, defendidas no período de 2000 a 2010 em Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) das Instituições Federais, segundo os autores.

> Diante da escassa produção até o final da década de 1990, vemos que no período de 2000 a 2010, conforme os dados compilados, há um número crescente de dissertações

> e Teses sobre Educação e Relações Raciais, produções que contribuem para compreender o lugar que o negro ocupa na educação brasileira e, sobretudo, teorizações que desconstroem a falácia da democracia racial, bem como mecanismos racistas que, sutil, consciente ou inconsciente- mente, marcaram a nossa própria educação e formação (SANTOS et al, 2014, p. 117).

Os dados também revelam um número maior de dissertações 80 no total , enquanto temos 18 teses, também foi possível identificar a abrangência e os conteúdos investigados, pois cobrem diferentes níveis de ensino, contextos variados e, sobretudo temáticas relacionadas com a Educação e Relações Raciais, tais como: preconceito e discriminação; autoestima; negro, família e escola; gênero e formação de professores; livros didáticos; racismo; currículo; avaliação do rendimento escolar; cultura negra e famílias inter-raciais. A importância dos estudos para os autores é que elas contribuem para compreender o lugar que o negro ocupa na educação brasileira, desconstroem a falácia da democracia racial. Do ponto de vista da categoria apareceram quatros tipos de estudos: LEI Nº 10.639/2003: a questão racial constituída no e pelo discurso da legislação educacional; concepção de raça como construto social; a questão racial no currículo e a política para equidade; políticas de ações afirmativas na perspectiva do reconhecimento da população negra.

Cardoso, Santos & Rodrigues realizaram os estudo ““relações Étnico-raciais na produção científica do PPGE/UFSCAR com o identificar quais e quantas teses e dissertações sobre relações étnico-raciais foram defendidas e o impacto da temática racial na produção acadêmica, utilizando com técnica de coleta de dados a análise documental os dados mostraram que do total de produções do PPGE entre 2003 e 2015, 7% das pesquisas tiveram como abordagem as relações étnico-raciais, e que deste total 43% das pesquisas do Programa concentram-se na orientação de uma única professora, Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva e que ao contrário do que é ventilado no senso comum, o Programa não se apresenta como sendo uma referência nacional que atrai pesquisadores /as interessados na temática racial, a procura pela pós-graduação no campo das relações étnico-raciais.

Coelho e Silva (2013) examinaram um conjunto de teses e dissertações cujos objetos referem-se à temática relações raciais e educação, defendidas em programas de pós-graduação em Educação, de universidades brasileiras cujos conceitos estão acima de quatro. Os dados são similares a muitos outros, são estudos realizados em universidades públicas localizadas na região Sul ou sudeste, são escassos, não tem regularidade na produção, a maioria dos trabalhos são a nível de mestrado. Segundo os autores, “um dado importante é que grande parte dos trabalhos se direciona à temática do currículo e formação de professores em seus aspectos mais

gerais, ficando em segundo plano a questão racial na perspectiva de ações afirmativas e/ou enquanto movimento social, cultural e político" (p.136).

Santos (2011) analisou as teses e dissertações brasileiras relacionadas com a temática Educação e Relações Raciais, defendidas no período de 2000 a 2010 nos Programas de Pós-Graduação em Educação das Instituições Federais. O foco foi nos programas conceito 04, 05 e 06/CAPES, os descritores utilizados nas buscas das pesquisas foram negros, diversidade cultural, formação de professores e currículo. Os resultados revelaram que as pesquisas sobre Educação e Relações Raciais foram ampliadas nas últimas décadas. Também evidenciaram que a Região Sudeste tem um número maior de produção em relação às demais regiões do país e a Região Nordeste com crescentes trabalhos nesta área.

Assim, os estudos cobrem diferentes níveis de ensino, contextos e temáticas tais como: preconceito e discriminação; autoestima; negro, família e escola; gênero e formação de professores; livros didáticos; racismo; currículo; avaliação do rendimento escolar; cultura negra e famílias inter-raciais. O tema currículo a Lei no 10.639/2003 se sobressai numericamente enquanto percebe-se a falta estudos que articulem a formação de professores/as e outras temáticas tão caras à escola e aos movimentos sociais, além de posturas ativas e permissivas de racismo, discriminação e preconceito racial no imaginário social do cotidiano escolar. Nesse sentido, Santos (2011) enfatiza que:

> É possível, também, observar um interesse cada vez mais crescente de pesquisa envolvendo diferentes aspectos e temas sobre educação, especialmente formação de professores, currículo identidade, prática docente, políticas de formação, quilombos e outros, enfim, estudos sobre os aspectos que envolvem a educação e relações raciais em espaços escolares e não-escolares (SANTOS, 2011, p.38).

Do ponto de vista metodológico destacam-se as pesquisas apoiadas na análise de depoimento, nos estudos de um caso, estudos etnográficos, nos estudos descritivos exploratórios, pesquisa-ação, história de vida, análise das práticas discursivas e pesquisa bibliográfica. Já as técnicas de coletas de dados mais utilizadas nas pesquisas foram, entrevistas, análise de documentos, observação, aplicação de questionário, diário de campo, ou dados que foram coletados por meio de fotografia, grupo de discussão e grupo focal.

Padinha (2014) fez um levantamento acadêmico, contabilizando os pesquisadores que concluíram suas teses, no período de 2005-2010, a respeito de pesquisas e estudos sobre Educação e Relações Raciais nos Programas de Pós-Graduação em Educação com a intenção de explicitar as intenções educativas sobre relações raciais. Os dados mostraram que a maioria das pesquisas foram feitas foi na região Sudeste que estas representam apenas 2% em relação

ao total de teses produzidas e que suas são com as dimensões institucionais como programas, políticas públicas educacionais e formação de professores, em dimensões escolares, como currículo, disciplina, material didático.

Gomes Junior (2008) procurou entender como o tema do negro e educação foi trabalhado nas dissertações de Mestrado em Educação da Universidade Federal de Pernambuco para tanto analisou dissertações que foram feitas pelos alunos do Programa de Pós-graduação em Educação desde as primeiras defesas em 1982 até o ano de 2005 cujo foco fosse o negro e a Educação. O autor mostra-se bastante pragmático ao considerar que "Todos os trabalhos têm de certa forma um tom de denúncia, ou de procura de melhoramento da realidade escolar na busca de uma educação mais confortável para o aluno negro (GOMES JÚNIOR, p. 69).

A análise das pesquisas destaca alguns pontos que são comuns nos trabalhos, primeiro é a questão do envolvimento das pesquisadoras com a temática. A maioria das pesquisadoras revela algum tipo de envolvimento prévio com o tema ou se autodeclaram como negros. Um segundo elemento em comum é que nestes trabalhos aparecem uma constante crítica e denúncias de situações onde o negro é colocado como vítima e que estão presentes em todos os trabalhos. Tem-se também as denúncias feitas à universidade como coautora da invisibilidade da temática e por fim as obras denunciam desigualdade de tratamento, ou forma discriminatória no sistema educacional.

3.6 Estado da arte sobre relações étnico-raciais publicados em periódicos

Carvalho (2010) realizou um estudo cujo objetivo central foi inventariar em periódicos nacionais artigos publicados entre 2003 e 2014 cuja categoria central fosse escolarização da população negra, os dados mostram que foram achados 31 artigos dedicam-se estudos de caso, mas houve também em menor escala a ocorrência de pesquisas com cunho histórico e historiográfico que englobava períodos ou territórios mais extensos e textos com abordagens epistemológicas. Destacaram-se nestes estudos os processos de inserção/exclusão da população negra na escolarização formal ou não formal, assim como as políticas eugenistas desenvolvidas pelos poderes públicos brasileiros e por fim o autor sinaliza que a história da educação da população negra vem ganhando caga vez mais espaço nas revistas brasileiras.

Santos, Souza & Azevedo (2020) mapearam e analisaram as produções acadêmicas de quatro periódicos das regiões Norte e Nordeste que tratassem de relações étnico-raciais e educação publicados no período de 2010-2020. O caráter metodológico se encontra embasado no Estado da Arte. Os dados apontaram que são ínfimas produções que tratam das relações

étnico-raciais nos primeiros anos do recorte temporal delimitado, havendo exitosa ascendência a partir do ano de 2019 ficou evidente que as temáticas mais exploradas foram currículo, a Lei nº 10.639 - formação de professor e as relações raciais, por outro lado relações raciais na educação infantil quase não aparece.

Silva (2021) fez um levantamento na revista Química Nova na Escola (QNEsc), pelo período de 2012 a 2020 de artigos que abordem o Ensino de Química na perspectiva da lei n.º 10.639/2003, metodologia foi uma revisão realizar buscas dos artigos através do site QNEsc onde foram selecionados os descritores: Ensino de Química, Relações Étnico-Raciais, Questões Étnico-Raciais, os dados mostraram que a abordagem das Relações Étnico-Raciais no Ensino de Química é um assunto relativamente recente e aponta para a necessidade de buscar aumentar a produção.

Santos, Souza & Azevedo (2020) mapearam e analisaram as produções acadêmicas nos periódicos Revista Educação & Formação, Revista Exitus, Revista Práxis Educacional e Revista Tempos e Espaços em Educação das regiões Norte e Nordeste, destacando o diálogo étnico-racial em interface com a educação, dentro do recorte temporal de 2010-2020. Utilizando a metodologia. O caráter metodológico se encontra embasado no Estado da Arte. Foram levantados setenta e quatro (74) artigos nas quatro (04) revistas no período de janeiro de 2010 a junho de 2020. Os resultados deste levantamento apontam ínfimas produções que tratam das relações étnico-raciais nos primeiros anos do recorte temporal delimitado, havendo exitosa ascendência a partir do ano de 2019, obtendo, assim, um total de 33 publicações.

3.7 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em evento científico

Santana & Soares (2019) ocuparam-se da análise da produção científica do Grupo de Trabalho sobre "Educação e Relações Étnico-raciais" da Associação Nacional de Pós Graduação e Pesquisa em Educação - ANPED, entre os anos de 2003 a 2013 e viram que a produção acadêmica do GT 21 da ANPED era pouco expressiva no que diz respeito a pesquisa com crianças e relações étnico-raciais, relataram que dos 161 trabalhos publicados no GT 21, entre 2003 e 2013, somente 14 trabalhos fazem referência às relações raciais entre crianças da educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental. A consequência da falta produção de pesquisas envolvendo crianças e o silenciamento por parte dos professores apenas evidencia a falta de combate às desigualdades que têm estruturado o ambiente escolar, espaço este que deveria estar engajado no combate a todas as formas de preconceito e discriminação, concluem.

Silva (2020a) e Silva (2020b) Apresentaram uma pesquisa objetivando identificar as perspectivas teóricas dos artigos aprovados nas reuniões científicas nacionais de 2015, 2017 e 2019 do Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Educação , objetivando identificar as perspectivas teóricas dos artigos analisados, caracterizar as metodologias utilizadas, a relevância social seria evidenciar os referenciais utilizados, mostrando as tendências, propostas e articulações teóricas e metodológicas das pesquisas da área da educação voltadas às relações étnico-raciais nas discussões apresentadas nos últimos anos no evento acadêmico considerado como o mais importante da área da educação no Brasil, apesar de não trazer nenhum dado as expectativas eram promissoras ao identificar os aportes teórico-metodológicas com as diferenciações e as diferenciações teórico-metodológicas com as possíveis identificações articuladas, infelizmente os textos tinham uma perspectiva meramente propositiva e não trouxe nenhum resultado.

Silva & Prudêncio (2023) mapearam os trabalhos apresentados nos maiores eventos da área de Ensino de Ciências e Biologia, o Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) e o Encontro Nacional de Ensino de Biologia (ENEBIO), nos últimos 10 anos, que apresentam Metodologias/Sequências didáticas/Aulas planejadas e/ou efetivadas que versam sobre as discussões das Relações Étnico-Raciais. Eles fizeram um levantamento dos trabalhos completos disponíveis nos sites dos eventos, entre os anos de 2010 e 2020, os descritores utilizados foram Relações Étnico-raciais (e sua sigla RER), Racismo; Preconceito; Discriminação; Raça/Racial/Raciais; Étnico/Etnia; Negro/a; Negritude; Afro e Lei 10.639. Após leitura minuciosa sobre os textos encontrados os eles concluíram, que estranhamente o primeiro trabalho nessa perspectiva foi publicado somente em 2013, o que pode evidenciar um interesse tardio da área de ensino nas discussões sobre a temática, enfim confirmaram que há uma ausência de produções que se pautem em estratégias de ensino que propiciem as discussões das relações étnico-raciais em Ensino de Ciência, mesmo considerando aqueles trabalhos que abordam os temas, corpo humano, evolução, construção do conhecimento científico, anemia falciforme e conceitos químicos em geral ou que trazem discussões que englobam a diversidade, racismo estrutural, intolerância e conceito de raça.

Santos & Coelho (2016) analisaram os de artigos da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), no Grupo de Trabalho Educação e Relações Étnico-Raciais (GT-21), cuja produção científica está localizada na área da Educação e Relações Raciais, com focos nos Anais das Reuniões Anuais da ANPED (25ª a 34ª), relativas ao período de 2000 a 2011, delimitando como objeto de interesses os que tratassem da política

educacional, a política curricular, as políticas de ações afirmativas, o Movimento Negro e a Lei nº 10.639/2003. Foram encontrados 18 trabalhos.

Em relação ao tratamento metodológico, os estudos combinaram a pesquisa bibliográfica e análise de documentos, análise de depoimento, estudos de um caso, etnografia, pesquisa-ação. Há os que fazem a análise da prática pedagógica, das histórias de vida, das práticas discursivas e pesquisa bibliográfica. No tocante às técnicas mais utilizadas estão entrevistas, análise de documentos, observação, questionário, diário de campo, ou dados que foram coletados por meio de fotografia, grupo de discussão e grupo focal.

Os resultados revelam que as pesquisas sobre Educação e Relações Raciais foram ampliadas na última década no Brasil, favorecendo a abertura de espaços de discussões e busca de alternativas para minimizar a discriminação racial e o preconceito nas escolas, também que esses estudos impulsionam o debate sobre a superação do racismo, discriminação e preconceito racial nos diferentes campos sociais.

Kawakami (2014) analisou os trabalhos do GT 18 da ANPED no para identificar as produções que articulavam relações étnico raciais e Educação de Jovens e Adultos , foi delimitado com recorte histórico o período de 2000 a 2013 e foram encontrados 11 estudos cujas temáticas foram interculturalidade (2 trabalhos), identidade/alteridade (2 trabalhos), diferença no campo étnico-racial (4 trabalhos) e diversidade étnica ou cultural (2 trabalhos), educandos negros (1 trabalho), contudo a leitura mais criterioso mostrou que em 10 anos de publicações no GT 18 da ANPEd, havia apenas 2 trabalhos, de uma mesma autora, que dialogavam com as questões indicadas, sem, contudo, fazer referência explícita ao racismo ou à discriminação racial em articulação com a EJA , ou seja não havia centralidade a discussão sobre a presença do racismo nas relações étnico-raciais nestes estudos.

3.8 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e Ensino

Santos & Prudêncio (2023) realizaram um levantamento bibliográfico sobre Educação das Relações Étnico-Raciais e o ensino de Ciências em produções acadêmicas, objetivando apresentar um mapeamento de teses e dissertações nacionais. A metodologia utilizada foi a Revisão Sistemática da Literatura, tendo como fonte de dados teses e dissertações obtidas em bancos de dados informados pelos programas de pós-graduação brasileiros e o período delimitado (2005 a 2021). Os dados mostraram que existem poucas produções sobre Educação para as Relações Étnico-raciais e o Ensino de Ciências, nos cursos de pós-graduação stricto sensu da área de Pesquisa em Educação em Ciências, pois foram encontradas somente 35

produções, sendo elas 31 dissertações e 4 teses. Também é revelador que 88% das pesquisas são realizadas a nível de mestrado, que da totalidade de pesquisas 25% foram realizadas na Universidade Federal de Goiás. Do ponto de vista teórico-metodológico, os trabalhos foram agrupados da seguinte maneira:

a) Pesquisas que abordam a formação inicial e continuada de professores da área de Ciências da Natureza e como esses estudos apontam caminhos formativos para integrar as questões étnico-raciais no currículo das licenciaturas em articulação com os conhecimentos científicos;
b) Estudos que abordam o ensino das RER nas aulas de Ciências, Biologia, Física e Química, por meio de práticas pedagógicas efetivadas, bem como aqueles que abordam caminhos metodológicos e teóricos para implementar elementos da ERER no currículo do ensino de Ciências da Natureza da educação básica.

Os autores demonstram otimismo ao concluir que diversos estudos identificados evidenciam abordagens metodológicas e práticas pedagógicas voltadas à inserção da história e da cultura africana e afro-brasileira nas aulas de Ciências, Biologia, Física e Química. Destacam, ainda, o crescimento dessas pesquisas nos programas de pós-graduação em Educação em Ciências, apontando a expectativa de que tais avanços contribuam significativamente para a formação de professores e para a melhoria da educação básica.

Silva, Sá, Cunha & Rizzatti (2022) elencaram as pesquisas sobre educação em ciências e sua interface com as relações étnico-raciais, abordando temas como cultura quilombola, memória biocultural, decolonialidade e racismo na perspectiva do ensino de ciências a partir de uma análise bibliográfica dos trabalhos completos publicados no Encontro Nacional de Pesquisa em Educação em Ciências (ENPEC) no ano de 2021 e foram encontrados quantitativo de 12 trabalhos que abordassem especificamente o tema comunidades tradicionais, saberes tradicionais, cultura, colonialidade, quilombolas ou temas que se propuseram a algum tipo de aproximação, por fim eles concluem que estas pesquisa são escassas e que para mudar este cenário é preciso interromper o ciclo de dominância eurocêntrica.

Santos e Fenner (2022) realizaram um estudo do tipo estado da arte para identificar e analisar os estudos sobre a temática Étnico-Racial no Ensino de Ciências da Natureza, desde 2003 até o atual período (2020). Os dados mostram que foram encontrados doze trabalhos específicos na área pesquisa nas bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal da Capes, *Redalyc, Scielo* e *Scopus,* que todos os trabalhos encontrados são bem recentes (2016-2019). São destacados a multiplicidade de temáticas

abordadas, desde os conhecimentos de matriz africana até as áreas de Evolução biológica, Astronomia e a Química dos cabelos afro-brasileiros. Além disso, destaca-se a diversidade nos focos investigativos, com análises do processo de ensino e aprendizagem, dos livros didáticos, das formações de professores e reflexões teóricas.

Marques (2019) realizou o estudo da questão racial no ensino de geografia a fim de compreender de que forma esta questão tem sido discutida, nos artigos publicados em periódicos, dissertações e teses de ensino de geografia. Os trabalhos selecionados foram artigos publicados em periódicos nacionais indexados na área de Geografia e as teses e dissertações presentes no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES e a busca deu-se pelo uso de cinco palavras-chave foram utilizadas para a realização da busca: África, racismo, preconceito, étnico-raciais, Lei 10.639. Foram encontradas 29 pesquisas que abordavam a questão racial, sendo 15 dissertações, duas teses e 12 artigos o que já apontava para incipiência de estudos que correlacionam relações étnico-raciais e ensino de Geografia. A maioria dos trabalhos foi realizada em instituições da região Sul e Sudeste. Do ponto de vista dos objetivos temos pesquisas que se debruçam a analisar a implementação da lei 10.639/2003 evidenciando o não cumprimento da normativa legal; temos um grupo de pesquisa que analisam os livros didáticos, buscando entender como é a representação da população negra que quase sempre representado quase sempre de forma estereotipada. Há um grupo de pesquisas que são propostas didático-pedagógicas que buscam contemplar a questão racial no ensino de Geografia, que são propostas de ações pedagógicas prospectadas para o ensino de Geografia e que contemplam a questão racial. A categoria de trabalhos que se ocupa de investigar como é a representação a respeito do continente africano continental, prevalecendo os estereótipos e, associando-o à pobreza, à fome, à falta de água, com imagens de crianças desnutridas. Já a categoria ações afirmativas apontam para o cenário brasileiro injusto, indicando possibilidades de mudanças significativas, por meio da implantação de ações afirmativas e de mudanças nos currículos escolares, que, em muitos casos, não abordam a questão racial e não atendem à Lei 10.639/03 (p.116).

3.9 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e currículo

Regis & Básilio (2018) analisaram as pesquisas que articulam currículo e relações étnico-raciais buscando identificar os caminhos abertos para pesquisas futuras e as recomendações da produção investigada para a implementação da Lei nº 10.639/2003. A pesquisa localizou 38 artigos, 13 teses, e 50 dissertações. As análises levaram às seguintes categorias:

a) o ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira- essa subcategoria integra as pesquisas que problematizam acerca dos desafios e das possibilidades do ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nos currículos escolares de diferentes áreas do conhecimento.

b) currículo na ação- nesta subcategoria há uma demonstração da incompatibilidade entre o estabelecido no arcabouço legal e o que ocorre no currículo na ação, denunciam que ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira é realizado, geralmente, por meio de ações pontuais e isoladas e esporádicas.

c) relações étnico-raciais e Currículo- Esta subcategoria agrega as investigações que refletem sobre o modo como ocorrem as relações étnico-raciais nas escolas, também mostram como a lógica eurocêntrica das práticas curriculares perpassa as relações étnico-raciais no cotidiano escolar e acerca do tratamento desigual destinado aos estudantes brancos e estudantes negros, interferindo negativamente na trajetória educacional dos segundos.

d) diversidade étnico-racial e Currículo- - as reflexões aqui são sobre diversidade étnico-racial no currículo, em uma escola homogeneizadora e estruturada a partir da perspectiva do universalismo abstrato, as diferenças são tratadas como desigualdades e de maneira discriminatória.

No tocante à análise dos artigos Regis e Basílio (2018) sintetizam, enfatizando que:

> A leitura e a análise dos artigos demonstraram algumas recorrências nos temas abordados: a crítica ao currículo eurocêntrico unifica a produção. Uma parte significativa dos artigos refletem acerca das possibilidades e dos desafios da inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira a partir da implementação da Lei nº 10.639/2003. Outra questão bastante discutida nos trabalhos foi a problematização do currículo, que tem silenciado acerca da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, e proposições para o ensino da temática. Também foram abordados o currículo em países africanos e da diáspora; artigos que versam sobre a Educação e Relações Étnico-Raciais: o Estado do Conhecimento e sobre representação. A problematização sobre o ensino do tema realizada pela produção examinada contribui para a indagação das práticas curriculares hegemônicas e oferece importantes subsídios para a construção de práticas curriculares que contemplem a diversidade étnico-racial do Brasil (REGIS & BÁSILIO, 2018, p. 46).

Como se depreende, os autores criticam o currículo eurocêntrico e defendem a inclusão da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas, conforme a Lei 10.639/2003, destacando a necessidade de práticas pedagógicas mais inclusivas e críticas às abordagens hegemônicas.

e) outros temas: Nesse grupo de estudos aparecerem pesquisa sobre currículo e relações raciais em programas de pós-graduação, o contexto de produção do texto do Parecer CNE/CP 03/2004, que fundamenta as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, investigam currículos de países africanos.

Regis (2018) enfocou as relações étnico-raciais e o currículo escolar, desenvolvidos em programas de pós-graduação *stricto sensu* em Educação, entre os anos de 1987- 2006 seu interesse foi no estudo das investigações que discutiram as relações étnico-raciais e os currículos escolares relacionados à educação básica dos sistemas oficiais de ensino do Brasil. Foram encontradas um conjunto de 51 investigações, dia quais foram analisadas uma amostra de 29 estudos, por meio da análise de conteúdo e da análise categorial de Bardin. Como resultado, as investigações foram agrupadas em quatro categorias: o negro nos livros didáticos; relações étnico-raciais no currículo em ação; estereótipos, preconceito racial e discriminação racial no cotidiano escolar e o ensino da História e Cultura dos africanos e dos negros brasileiros nos currículos escolares.

Os dados também mostraram que houve aumento do número de teses e dissertações produzidas sobre essa temática, que a maioria destes são estudos de casos específicos ou são sistematizações de práticas/experiências realizadas em uma ou algumas salas de aula, uma ou algumas instituições educacionais, que não há nenhum trabalho que analise a relações étnico-raciais e currículos escolares na Educação de Jovens e Adultos, que poucos assume uma dimensão histórica e que não há estudos em escolas particulares.

3.10 Estado da arte sobre relações étnico-raciais em níveis de Ensino

Santos, Silva (2022) Neta & Ferreira Santos (2024) buscaram evidências científicas sobre educação das relações étnico-raciais no âmbito da educação profissional técnica de nível médio através de uma revisão integrativa de literatura a partir de artigos no período de 2017 a 2021. Os dados mostraram que houve predominância da abordagem qualitativa, foram publicados em periódicos na área da educação, ensino ou interdisciplinar. Através das análises foi possível elencar algumas categorias temáticas, sendo elas, “Institucionalização da Lei nº 10.639/2003 e currículo; Lei das cotas; Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI); Experiências pedagógicas acerca da diversidade étnico-racial; Percepções dos alunos e professores acerca da diversidade étnico-racial no currículo; A atuação dos professores para educação profissionalizante de mulheres negras”. Nessa linha de pensamento, Santos (2022) diz que:

> Ao analisar os estudos mapeados nesta revisão sobre educação das relações étnico-raciais no âmbito da educação profissional e tecnológica, constatou-se que há ainda um longo percurso a se percorrer para a institucionalização das Leis 10.639/03 e 11.645/08 nos currículos e nas práticas de ensino-aprendizagem da formação profissionalizante, reforçado pelas percepções negativas dos alunos e professores acerca da diversidade étnico-racial nos currículos das instituições educação profissional e tecnológica, principalmente quando se trata dos cursos integrados. Contudo, as leis das cotas, a implementação do NEABI e as diversas experiências pedagógicas explicitadas neste estudo, destacam a importância dessas como ações afirmativas para promoção da igualdade e participação de todos (SANTOS; SILVA, 2022, p. 15)

Nessa análise, evidencia a persistente distância entre a legislação e a prática no âmbito da educação profissional e tecnológica, mostrando que, apesar dos avanços legais, a efetiva implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08 ainda enfrenta desafios, especialmente nos cursos integrados. As percepções negativas de alunos e professores apontam para a necessidade urgente de transformar o currículo e as práticas pedagógicas. Entretanto, as ações afirmativas, como a política de cotas, a criação dos NEABIs e as experiências pedagógicas mencionadas, revelam caminhos potentes para promover a diversidade étnico-racial e construir uma educação mais inclusiva e representativa.

Ives e Coelho (2012) Apresentaram um estado da arte sobre a temática educação para as relações raciais na educação infantil com recorte temporal de 2003 a 2013, as pesquisas encontradas versaram sobre a implementação da lei 10639/2003 na educação infantil, a tratativa das questões relacionadas a educação das relações raciais na educação infantil, a construção da identidade racial das crianças , as representações nos livros de literatura infanto- juvenil , as relações/interações raciais entre pares . Os autores concluem que as pesquisas sobre relações étnico-raciais e infância são incipientes.

Coelho e Silva (2008) fizeram uma análise das produções de artigos, dissertações e teses sobre a educação das relações étnico-raciais (Erer) e o ensino médio no período de 2008 2018, objetivando mapear essas produções por região, verificar a incidência desses estudos na sala de aula e observar os silenciamentos de temas e agentes na empiria, o corpus documental foi composto por nove artigos, vinte e sete dissertações e seis teses. Os autores concluíram que os temas mais abordados foram aqueles relacionados à temática da Erer no ensino e no livro didático. O agente educacional mais estudado foi o aluno e os procedimentos metodológicos mais utilizados foram: entrevistas com alunos, professores e coordenadores; análise de livro didático; aplicação de questionários; análise de currículo; e a observação do cotidiano escolar. O estudo também evidenciou que a maioria das produções incide sobre o estudo nas salas de aulas, na prática do professor e nas relações dos alunos. “Os estudos levantados evidenciaram

a permanência de silenciamentos quanto à discussão da presença dos indígenas nos ambientes escolares e na sociedade brasileira: estes segmentos ainda são tidos como distantes do nosso dia a dia".

Conceição (2018) mapeou, por meio de testes, a implementação da Lei. n. 10.639/2003, à Educação Básica na Região Nordeste, a autora encontrou dez teses desenvolvidas nos PPGED's (Programa de Pós-graduação em Educação) da região Nordeste, quando tratam da discussão da Lei N. 10.639/2003 na maioria, centralizam suas investigações nas práticas pedagógicas do cotidiano escolar e na formação de professores, buscando criar, propor e desenvolver metodologias que auxiliem os professores no desenvolvimento de suas atividades nas escolas. Os dados também evidenciam que são temas recorrentes, como ações afirmativas, currículo, discriminação racial, educação infantil, identidade, infância, raça, produção acadêmica, prática pedagógica, matriz africana, memória e cultura, mestiçagem, pesquisa-formação e a Lei N. 10.639/2003.

3.11 Estado da arte sobre relações étnico-raciais literatura infantil e infanto-juvenil

Araújo (2018) fez pesquisas sobre a produção literária infantil e juvenil na dimensão das relações étnico-raciais, foram encontradas 10 dissertações e 3 teses. Os achados da pesquisa foram organizados em duas categorias, a primeira escolarização da literatura que reúne os estudos que investigaram em acervos (de bibliotecas escolares e/ou programas de distribuição de livros) como personagens negras são representadas, algumas pesquisa desta categoria detectaram alguns estereótipos, tais como, associação à pobreza, com trajetórias de abandono ou orfandade, experienciando situações de violência física ou verbal, manifestações explícitas de preconceito. O outro grupo investigou, em contextos escolares, a recepção da leitura de obras com personagens negras.

3.12 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e História da Educação de Crianças e Jovens Negros

Carvalho (2020) – no artigo Estado da Arte sobre Educação e Relações Étnico-Raciais (2003-2014): História da Educação de Crianças e Jovens Negros (s) analisou 17 pesquisas agrupadas na subcategoria "Educação de crianças e jovens negros(as) que versaram sobre as oportunidades educacionais que foram (ou não) geradas para esse público, seus processos de escolarização, as políticas públicas implementadas, a presença ou ausência de negros em

instituições educacionais. Os dados mostram que há uma preponderância de pesquisas de cunho histórico documental, discussões sobre a historiografia construída na área, levantamentos bibliográficos mais aprofundados ou que utilizaram a História Oral para analisar a memória individual ou coletiva construída pela população negra.

3.13 Estado da arte sobre relações étnico-raciais produzidas por núcleos de estudos e pesquisas sobre relações raciais e educação

Trindade, Santos & Pinho (2022) se propuseram a analisar as produções científicas que foram desenvolvidas no âmbito do Núcleo de Estudos e Pesquisas Sobre Relações Raciais e Educação (NEPRE) da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) realizadas entre 2010 a 2013, os dados da pesquisa mostraram o empenho de diversos/as pesquisadores/as em desvelar os diversos mecanismos intraescolares de discriminação racial e étnica que se desdobram em desigualdades e prejuízos para crianças e jovens negros/as, evidência o problema crônico de a ausência de um trabalho sistematizado e institucionalizado, que aborde a questão racial no cotidiano escolar e em todas as áreas do conhecimento e a ausência de interferência curricular e pedagógica que discuta, problematize e supere pensamentos e práticas discriminatórias de cunho racial.

3.14 Estado da arte sobre relações étnico-raciais plataformas de artigos científicos

Silva e Ustra (2022) realizaram uma revisão bibliográfica de produções científicas sobre relações étnico-raciais no âmbito da Educação Básica publicadas na plataforma *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), no trabalho procurou-se compreender as abordagens para a temática em 26 artigos selecionados para a análise, os dados elucidaram um predomínio de produções voltadas a políticas afirmativas e à formação de professores com maior produção entre os anos de 2017 e 2018.

A coleta de dados se deu por meio da revisão bibliográfica inspirada em estratégias da Análise de Conteúdo propostas por Bardin (2011). A seleção dos artigos foi realizada na plataforma SciELO e as palavras-chave para a busca foram: Relações étnico-raciais, ensino, educação e livro didático. Foram encontrados 30 artigos referentes à temática, abrangendo áreas diversas. Uma conclusão que faz uníssono com outros trabalhos é o de que o tema relações étnico-raciais, apesar de amplo, ainda é pouco estudado e que dentro do âmbito da educação, as pesquisas voltam-se expressivamente à implementação da Lei Nº 10.639/2003. As categorias

predominantes foram: ascensão, ausências, desconstruções, fontes de subversão, formação e perspectivas. A reflexão sobre essas categorias aporta importantes contribuições à formação inicial de professores e por fim os autores propõem uma reflexão quanto às linhas de produção científica que estão sendo abordadas repetidamente dentro da área das relações étnico-raciais frente à educação.

3.15 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e formação de professores

Rodrigues; Herneck; Euclides(2023) em estado da arte sobre formação de professores de educação infantil para a Educação das relações raciais – consiste em um levantamento acerca das produções bibliográficas referentes à formação para professoras/es da Educação Infantil (EI) para a educação das relações étnico-raciais entre os anos de 2012 e 2022 e o dados mostraram 46 produções bibliográficas referentes à temática do estudo cuja predominância foi da abordagem empírica sobre a teórica, bem como a incidência de temas recorrentes que situam em quatro categorias centrais: Processos Formativos, Práticas Pedagógicas, Infâncias Negras e Legislação, verificou-se também que a formação de professoras/es da EI para as relações étnico-raciais é um campo a ser explorado e que por isso, educadores e estudiosos devem estar atentos.

3.16 Estado da arte sobre relações étnico-raciais e Educação de Jovens e Adultos

Pitta (2023) realizou uma pesquisa do tipo estado do conhecimento para conhecer os resultados da produção acadêmica no período de (2010- 2019) sobre relações raciais e Educação de Jovens e Adultos, foram identificados 25 trabalhos, dos quais 22 eram de nível de mestrado e 3 de doutorado. Os dados evidenciaram que o Nordeste e o Sudeste estão empatados em quantidade de estudos encontrados sobre EJA e Relações Étnico-Raciais com predominância da Universidade do Estado da Bahia, os autores que foram mais citados são Nilma Lino Gomes e Kabengele Munanga. Por fim: “Ao analisarmos os resultados dos estudos, verificamos com frequência o apontamento das dificuldades para implementação da Lei nº 10.639/2003, sendo a precariedade da formação docente o aspecto mais significativo que impede que conteúdo da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, assim como debates sobre desigualdades raciais” PITTA (2023, p. 89). Nesse contexto, evidencia-se um dos principais entraves para a efetiva implementação da Lei nº 10.639/2003: a insuficiente formação dos docentes. Sendo assim, infere-se que, mesmo após anos da promulgação da lei, ainda há uma lacuna significativa na

preparação dos profissionais da educação para abordar de forma crítica e contextualizada a História e Cultura Africana e Afro-Brasileira, bem como as questões raciais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo da intenção de identificar se existia uma pesquisa com o mesmo objetivo que o nosso, ou seja, mapear as pesquisas sobre educação para as relações étnico-raciais e educação profissional e tecnológica fizemos um estudo tipo estado da arte para identificar os estudos com essa envergadura que se ocupassem de analisar relações étnico-raciais. Os dados surpreenderam por mostrar a variedade, diversidade e abrangência dos estudos. Pudemos identificar também alguns elementos em comum nesta produção, tais como, os materiais são selecionados nas das bases de dados Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), Portal da Capes, Redalyc, Scielo e Scopus, repositórios dos programas, SciELO, Springer, Web of Science, o que mostram sua importância na divulgação do conhecimento científico. As buscas em tais plataformas são sempre feitas a partir de termos, descritores, palavras chaves, a maioria das análises recorrem à análise de discursos de Bardin. Os tipos de objetos de análise são variados, artigos, anais de eventos, teses, dissertações, contudo não encontramos nenhum trabalho com foco em livro. Geralmente estes trabalhos trazem um resumo das pesquisas considerado quase sempre objetivos e principais resultados. Por fim o trabalho confirmou nossa hipótese de que não nenhum trabalho do tipo estado da arte que se ocupa em analisar relações étnico-raciais e educação profissional e tecnológica, também não encontramos alusões ao estado da arte de pesquisa sobre educação, relações étnico-raciais e indígenas, quilombolas, EaD.

REFERÊNCIAS

ABDALLA, A. T. **A abordagem das questões étnico-raciais em livros didáticos destinados ao Ensino Fundamental II e Ensino Médio.** 2017. Dissertação (Mestrado) - Universidade XXX.

ARAÚJO, R. S.; QUEIROZ, L. F.; SOUZA, J. F. **A produção acadêmica sobre educação e relações étnico-raciais na Revista Cocar**. 2020.

BOAKARI, C. P.; MACHADO, L. S.; SILVA, M. **Levantamento de teses e dissertações sobre educação e relações étnico-raciais nas regiões Norte e Nordeste (2000-2010).** 2013.

BRITO, F.; SILVA, A.; GIRALDO, P. **A produção de conhecimento voltada para a ERER no Mestrado Profissional em Matemática em Rede Nacional (Profmat).** 2023.

CARDOSO, L.; SANTOS, M.; RODRIGUES, P. **Relações étnico-raciais na produção científica do PPGE/UFSCAR.** 2015.

CARVALHO, J. **Estado da Arte sobre Educação e Relações Étnico-Raciais (2003-2014):** História da Educação de Crianças e Jovens Negros. 2020.

COELHO, M.; OLIVEIRA JÚNIOR, A. **Estado da arte de teses, dissertações e artigos publicados sobre educação para as relações étnico-raciais (2014-2018).** 2020.

COELHO, M.; SILVA, T. **Teses e dissertações sobre relações raciais e educação em programas de pós-graduação de universidades brasileiras.** 2013.

CONCEIÇÃO, M. Implementação da Lei n. 10.639/2003 na Educação Básica na Região Nordeste. 2018. Tese (Doutorado) - **Universidade XXX.**

CRUZ, F.; FERREIRA, J. **Revisão sistemática na área da educação:** contribuições e desafios. 2023.

FERREIRA, J. **O Estado da Arte na pesquisa acadêmica.** 2021.

GOMES JÚNIOR, A. **O negro e a educação nas dissertações da UFPE (1982-2005).** 2008. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Pernambuco.

IVES, P.; COELHO, M. **Educação para as relações raciais na educação infantil (2003-2013).** 2012.

KAWAKAMI, M. **Produção acadêmica sobre relações étnico-raciais e EJA na ANPED (2000-2013).** 2014.

MALFITANO, A. **Estado da arte e produção acadêmica.** 2017.

MARQUES, J. **A questão racial no ensino de geografia:** um estado da arte. 2019.

MULLER, P. **Produção acadêmica sobre relações étnico-raciais:** um estudo de estado da arte. 2015.

PADINHA, Maria do Socorro Ribeiro Padinha et al. **Relações raciais:** a pesquisa na pós-graduação em educação no Brasil (2005–2010). 2014.

PITTA, L. P**rodução acadêmica sobre relações raciais e Educação de Jovens e Adultos (2010-2019).** 2023.

REGIS, C.; BÁSILIO, F. Currículo e relações étnico-raciais: uma análise das produções acadêmi REGIS, Kátia; BASÍLIO, Guilherme. Currículo e Relações Étnico-Raciais: o estado da arte. **Educar em Revista**, v. 34, n. 69, p. 33-60, 2018.

REIS, M. **Levantamento das pesquisas sobre livros didáticos de matemática no contexto da educação das relações étnico-raciais (2003-2021).** 2022.

RIBEIRO, S. **Teses e dissertações sobre negros e educação no Brasil (1950-2005).** 2005.

SILVA, A. C. da; SÁ, M. M. de; CUNHA, A. M. da; RIZZATTI, E. M. (2022). Ensino de Ciências como Estratégia nas Relações Étnico-Raciais. **Anais do VIII Congresso Nacional de Educação – CONEDU.** Disponível em: https://www. https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/90516. Acesso: 18/04/2025.

RODRIGUES, Lillian Ferreira; HERNECK, Heloisa Raimunda; EUCLIDES, Maria Simone; VIEIRA, Terezinha Duarte. A formação de professores de educação infantil para as relações étnico-raciais: análise das produções biográficas de 2012 a 2022. Revista Interinstitucional Artes de Educar, v. 10, n. 1, p. 350–370, 2024. DOI: 10.12957/riae.2024.73746. Disponível em: https://www.e-publicacoes.uerj.br/riae/article/view/73746. Acesso em: 02/04/2025.

ROSEMBERG, F.; BAZILLI, C.; SILVA, R. **Racismo em livros didáticos:** um estudo da produção acadêmica brasileira. 2003.

SILVA Roseto, Gislaine AR et al. Desafios dos estudos "estado da Arte": Estratégias de pesquisa na pós-graduação. **Educação: Saberes e Prática**, v. 2, n. 1, p. 1-15, 2016.

SANTANA, P.; SOARES, T. **A produção acadêmica do GT 21 da ANPED (2003-2013).** 2019.

SANTOS, M.; FENNER, G. **Estado da arte sobre a temática étnico-racial no Ensino de Ciências da Natureza (2003-2020).** 2022.

SANTOS, M.; SILVA, N.; COELHO, J. **Teses e dissertações sobre relações étnico-raciais em programas de pós-graduação (2000-2010)**. 2014.

SANTOS, P.; SOUZA, T.; AZEVEDO, L. **Produção acadêmica sobre relações étnico-raciais em periódicos das regiões Norte e Nordeste (2010-2020).** 2020.

SILVA, A. **Produção acadêmica sobre relações étnico-raciais na revista Química Nova na Escola (2012-2020).** 2021.

SILVA, J.; PRUDÊNCIO, D. **Metodologias e sequências didáticas sobre relações étnico-raciais no ensino de ciências.** 2023.

SILVA, Francisco Thiago; CAMINHA, Viviane Machado. **Historiografia e história da educação brasileira:** ensino, pesquisa e formação docente. Editora Dialética, 2022.

SILVA, S.; SANTOS, T.; COELHO, M. **Produção científica na área das Relações Raciais e Educação (1980-1990).** 2014.

SILVA, T. **Educação e relações étnico-raciais no Norte do Brasil:** um levantamento de produções acadêmicas. 2019.

SILVA, T.; USTRA, M. **Produção científica sobre relações étnico-raciais na plataforma SciELO.** 2022.

THIJM, E. **Teses e dissertações sobre relações raciais na educação (2004-2013).** 2014.

TRINDADE, F.; SANTOS, A.; PINHO, R. **Produção acadêmica do NEPRE/UFMT (2010-2013).** 2022.

4 AS PESQUISAS SOBRE RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Apontamentos de uma tragédia

RESUMO

Este artigo tem como objetivo descrever e analisar os resultados de uma pesquisa voltada à identificação e exame de estudos sobre as relações étnico-raciais nos Institutos Federais de Educação (IFs), desde a sua criação pela Lei nº 11.892/2008 até o ano de 2024. A investigação buscou mapear o conhecimento produzido na área, identificar lacunas e reunir sugestões de práticas pedagógicas voltadas à promoção da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER). A metodologia adotada foi o Estado da Arte, com buscas realizadas no Google Acadêmico, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações da CAPES e em outras bibliotecas digitais. As dissertações e teses localizadas foram analisadas integralmente com base em uma ficha estruturada contendo os seguintes itens: autor, universidade, programa de pós-graduação, modalidade, área, nível, região e estado da instituição, ano de defesa, financiamento, gênero e autoclassificação racial do autor; além de dados sobre a pesquisa, como objetivo geral, metodologia, instrumentos de coleta, principais resultados, lacunas apontadas e sugestões de práticas pedagógicas para a ERER na Educação Profissional e Tecnológica. Os resultados evidenciaram a presença do racismo institucional, a ausência de políticas eficazes de permanência estudantil, e a predominância de práticas pedagógicas eurocêntricas, desarticuladas da legislação que orienta a implementação da ERER.

Palavras-chave: Lei 11892/2008. Racismo. Estado da arte.

ABSTRACT

This article aims to describe and analyze the results of a research study focused on identifying and examining studies on ethnic-racial relations within the Federal Institutes of Education (IFs), from their establishment by Law No. 11,892/2008 up to the year 2024. The investigation sought to map the knowledge produced in the field, identify existing gaps, and gather suggestions for pedagogical practices aimed at promoting Ethnic-Racial Relations Education (ERER). The methodology used was the State of the Art, with searches conducted on Google Scholar, the CAPES Digital Library of Theses and Dissertations, and other digital repositories. The theses and dissertations found were fully analyzed using a structured form that included the following items: author, university, postgraduate program, modality, field, academic level, region and state of the institution, year of defense, funding information, gender, and the author's racial self-identification; in addition to data regarding the research itself, such as general objective, methodology, data collection instruments, main findings, identified gaps, and suggested pedagogical practices for ERER in Professional and Technological Education. The results revealed the existence of institutional racism, the absence of effective student retention policies, and the predominance of Eurocentric pedagogical practices disconnected from the legislation guiding the implementation of ERER.

Keywords: Law 11892/2008. Racism. State of the art.

4.1 Introdução

O objetivo deste capítulo é descrever a analisar os resultados da pesquisa cujo que visou identificar e analisar as pesquisas sobre relações étnico-raciais nos Institutos Federais de Educação (IFs) desde a criação pela Lei 11892/2008 até 2024. A pesquisa buscou identificar o conhecimento construído, as lacunas existentes e sugestões de práticas pedagógicas para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica. A metodologia utilizada foi o Estado da Arte através da busca de dissertações e teses Google Acadêmico, na Biblioteca Digital de Teses da Capes, na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações. Os trabalhos foram lidos na íntegra buscando os elementos que se relacionassem com os objetivos da pesquisa, a busca foi feita a partir de uma ficha especialmente elaborada para esta pesquisa buscando atender a dois conjuntos de duas categorias de análise:

a) Dados gerais: gênero do autor, universidade onde o trabalho foi desenvolvido, nome do curso programa de pós-graduação, modalidade do programa, ou seja, se profissional ou acadêmico, área, nível, região do país da instituição, estado, ano de defesa, informações de financiamento, autoclassificação racial do autor;
b) Dados da pesquisa: objetivo geral, metodologia, instrumentos de coleta de dados, principais resultados, e sugestões práticas pedagógicas para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.

Foram considerados neste os objetivos do estudo:

- Identificar e analisar as pesquisas e nível de mestrado e doutorado sobre relações étnico raciais nos Institutos Federais de Educação (IFs), desde a sua criação pela Lei 11892/2008 até o ano de 2024;
- Identificar o conhecimento construído e indicação o das lacunas existentes e as sugestões de práticas pedagógicas para a Educação das relações étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.
- Elaborar uma proposta de um planejamento estratégico como produto educacional pertinente à temática destinada à Educação Profissional e Tecnológica.

O capítulo em questão cumpre um papel fundamental ao sistematizar e analisar a produção acadêmica sobre relações étnico-raciais nos Institutos Federais de Educação desde a criação dessas instituições em 2008 até 2024. A utilização do Estado da Arte como metodologia revela o compromisso com um mapeamento criterioso e abrangente do conhecimento produzido, permitindo identificar não apenas os avanços, mas também lacunas relevantes na

implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) na Educação Profissional e Tecnológica. O estudo destaca aspectos estruturais, como a presença do racismo institucional e a escassez de práticas pedagógicas alinhadas à legislação vigente, o que reforça a necessidade urgente de políticas e ações educativas mais efetivas. A proposta de elaboração de um planejamento estratégico como produto educacional mostra-se pertinente e promissora diante das necessidades identificadas.

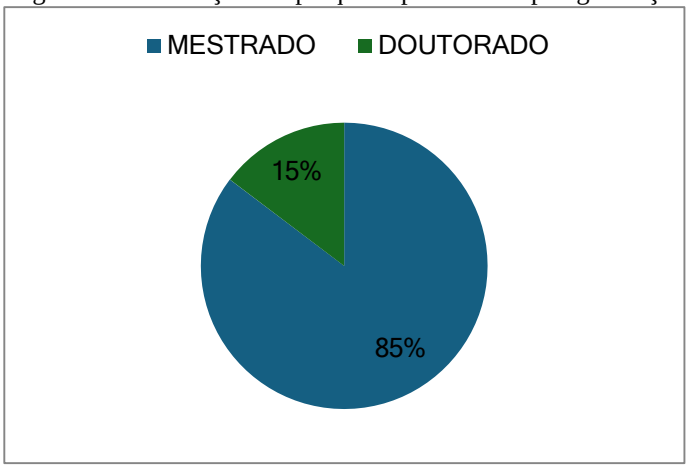
4.2 Dados Gerais da Pesquisa

O processo de busca pelas pesquisas considerou em primeiro em sua primeira fase as pesquisas de Ribeiro (2005) e de Padinha (2014) sobre o estado da Arte pesquisas sobre relações raciais, cujo dados não evidenciaram a existência de pesquisa sobre a temática em espaços de Educação Profissional, a partir destas constatações partimos para a procura nos repositórios de pesquisa e encontrámos 34 pesquisas que foram lidas na íntegra para traçar um panorama dessas pesquisas.

Um dos aspectos que consideramos importante investigar foi o nível da pós-graduação em que as pesquisas foram realizadas, os dados indicaram que 29 pesquisas se deram a nível de mestrado e 5 em nível de doutorado.

A Figura 1 mostra a distribuição das pesquisas conforme o nível de pós-graduação.

Figura 1 - Distribuição das pesquisas por nível de pós-graduação



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

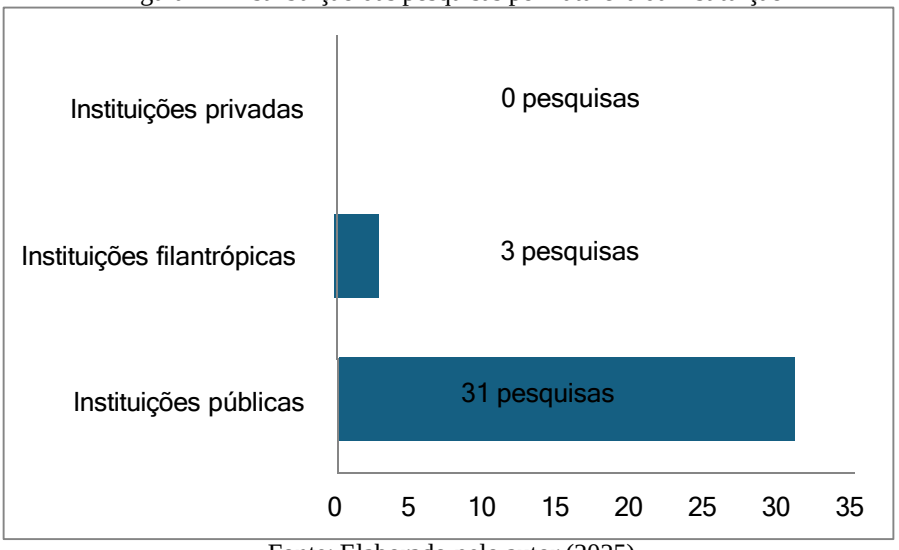
A leitura dos dados sobre em quais níveis estas pesquisas foram desenvolvidas mostra uma predominância de trabalhos a nível de mestrado (29**)** em comparação aos de doutorado (5), essa desproporção indica que a temática tem ganhado espaço nos programas de mestrado,

o que pode estar atrelado a uma abordagem mais exploratória e mais recente do tema e por outro lado baixa presença nos doutorados sugere nos leva a refletir sobre o folego dos pesquisadores ou da abertura do tema na pós-graduação.

Também buscou-se identificar a natureza das instituições onde as pesquisas foram desenvolvidas, se públicas, privadas ou filantrópicas, pode-se observar que três dessas pesquisas foram realizadas em instituições filantrópicas, enquanto 31 ocorreram em instituições públicas.

A Figura 2 apresenta a distribuição as pesquisas de acordo com a natureza da instituição.

Figura 2 - Distribuição das pesquisas por natureza da instituição



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A Figura 2 indica que a esfera pública tem se mostrado mais receptiva a pesquisas das Relações Étnico-raciais no contexto da Educação Profissional e Tecnológica, por outro lado a ausência de pesquisas em instituições privadas pode sinalizar para a falta de engajamento dessas instituições com pautas relacionadas a desigualdades ou minorias.

Uma das questões que consideramos relevante investigar foi se as pesquisas foram realizadas em programas de Pós-Graduação na modalidade acadêmica ou profissional. Os dados mostram que 29 pesquisas são oriundas de mestrados acadêmicos e 5 foram desenvolvidas em mestrados profissionais.

Saber em qual região do país e em qual estado está localizada a instituição promotora da pesquisa também nos pareceu um dado relevante, a fim de traçar um mapa das localidades que têm abertura para a temática "Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Profissional e Tecnológica", conforme aponta a Tabela 1:

Tabela 1 - Distribuição regional das instituições das pesquisas

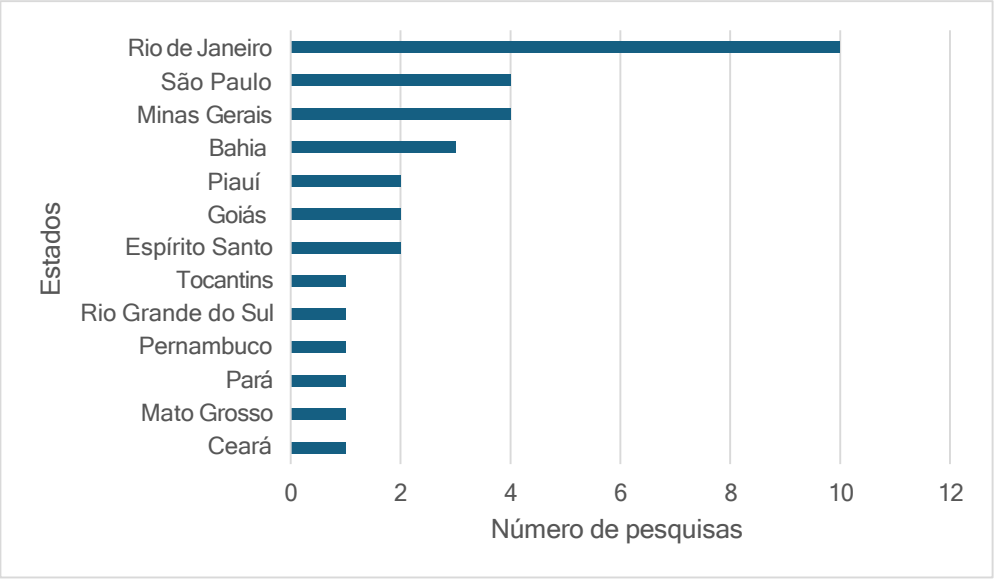
Região	Quantidade de instituição
Sudeste	20
Nordeste	7
Centro-Oeste	3
Norte	3
Sul	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A tabela mostra uma **c**oncentração no Sudeste, com 20 das 34 pesquisas, o que representa cerca de 59% do total. Por outro lado, outras regiões como o Sul (com apenas 1 pesquisa) e o Norte e Centro-Oeste (com 3 pesquisas cada) apresentam baixa representatividade. A maior presença da região Sudeste pode ser explicada pela maior densidade de instituições de ensino superior. Uma moderada presença no Nordeste (com 7 pesquisas) sugere um avanço relevante na inserção da temática na região, o que pode refletir o fortalecimento de políticas de inclusão e ações afirmativas em universidades públicas nordestinas. Já a baixa produção nas regiões Norte, Sul e Centro-Oest**e** evidencia uma lacuna que precisa ser enfrentada com políticas específicas de incentivo à pesquisa, de modo a garantir uma participação mais equitativa do território nacional no debate.

Saber em quais estados do país estão localizadas as instituições nas quais estão sediados os programas de pós-graduação pesquisa é importante, pois pode indicar, tanto para os interessados quanto para a comunidade acadêmica, a existência de possíveis variações regionais na concentração das pesquisas. Por esse motivo, buscou-se identificar os estados onde essas pesquisas estão concentradas. Os dados revelaram a seguinte distribuição, disposta na Figura 3:

Figura 3 - Distribuição das pesquisas por estado



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

O que se pode inferir a partir localização geográfica das instituições de pesquisa é que esta segue o padrão de produção do conhecimento científico no país, ou seja mais concentrada na região sudeste, com destaque para o Rio de Janeiro (10 pesquisas) e São Paulo (4 pesquisas).

Os estados do Pará, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Ceará, Tocantins e outros aparecem com apenas uma pesquisa cada. Já a Bahia e Minas Gerais, com 3 e 4 pesquisas, respectivamente, o que sinaliza um possível interesse pela temática fora do eixo Rio- São Paulo, mas ainda localizado na região Sudeste.

Neste sentido, procurou-se saber também quais instituições/universidades nas quais estas pesquisas foram desenvolvidas. Os dados não visualizados na Tabela 2.

Tabela 2 - Universidades/Instituições onde as pesquisas foram desenvolvidas

Universidade /Instituição	**N.º de Pesquisas**
Centro Federal De Educação Tecnológica Celso Suckow Da Fonseca	5
Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro	4
Universidade do Estado da Bahia	3
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo	1
Universidade Federal do Pará	1

Continua...

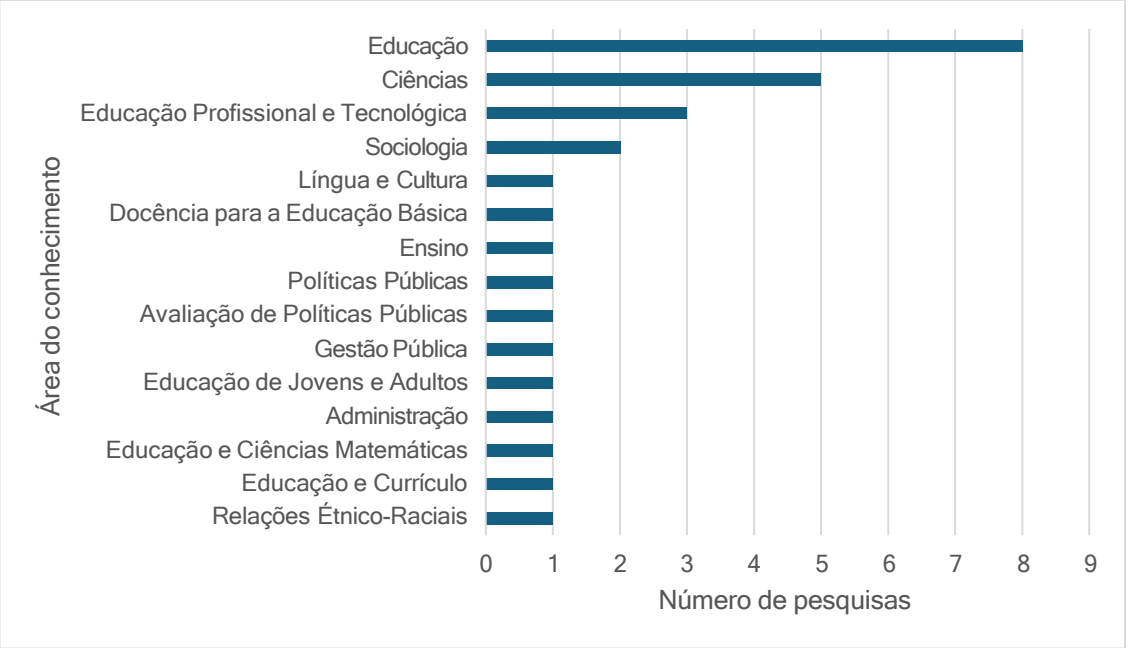
Continuação da Tabela 2 - Universidades/Instituições onde as pesquisas foram desenvolvidas

Universidade Estadual de Campinas	1
Universidade Federal de Santa Maria	1
Universidade Federal do Mato Grosso	1
Universidade Federal do Espírito Santo	1
Universidade Federal de Alfenas	1
Universidade Federal do Pernambuco	1
Universidade Federal de Ouro Preto	1
Instituto Federal do Espírito Santo	1
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	1
Universidade Federal do Ceará	1
Universidade Federal do Tocantins	1
Universidade Federal do Piauí	1
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro	1
Pontifícia universidade católica de Goiás	1
Instituto Federal Goiano	1
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho	1
Universidade Estadual Vale Do Acaraú (UVA)	1
Universidade Federal de São Carlos	1
Universidade Federal de Viçosa	1
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-Rio-Grandense	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Outro dado que consideramos importante investigar nesta pesquisa foi a área do conhecimento em que as pesquisas estão inseridas, os dados revelam uma diversidade significativa de áreas, e a Figura 4 favorece a visualização dessas informações.

Figura 4 - Distribuição das Pesquisas por Área do Conhecimento



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Os dados da Figura 4 explicitam que a intersecção entre Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Profissional e Tecnológica é abordada sob diferentes perspectivas e campos disciplinares, corroborando que a temática vem ganhando relevância em outras áreas que não apenas a Educação. A área da Educação, com 8 pesquisas, evidencia o papel central dessa como sensível à discussão sobre Educação e Relações Étnico-raciais. A presença da área de Ciências (5 pesquisas) e de Educação Profissional e Tecnológica (3 pesquisas) também aponta para o crescimento do debate, contudo, a presença de apenas 1 pesquisa em diversas áreas, como Administração, Avaliação de Políticas Públicas é preocupante considerando que essas esferas são fundamentais para a construção de estratégias efetivas de equidade racial.

Considera-se importante identificar em quais cursos de pós-graduação essas pesquisas foram realizadas, pois o tipo de pesquisa Estado da Arte pode evidenciar quais cursos, programas ou universidades demonstram abertura para a temática, além de indicar a presença de orientadores com expertise para conduzir tais estudos, conforme dados são dispostos na Tabela 3.

Tabela 3 – Programas, cursos e pesquisas sobre educação para as relações étnico-raciais

Nome do Programa/Curso	N.º de pesquisas
Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais	5
Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola	4
Programa de Pós-graduação em Educação e Currículo	1
Programa de Pós-graduação em Educação em Ciências e Matemáticas	1
Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares	1
Pós-graduação da Faculdade de Educação	1
Curso de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica de Santa Maria	1
Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso	1
-Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas da Universidade Federal do Espírito Santo	1
Programa de Pós-graduação em Educação de Jovens e Adultos da Universidade Estadual da Bahia	1
Pós-graduação em Universidade Federal Educação de da Alfenas	1
Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o Desenvolvimento do Nordeste da Universidade Federal de Pernambuco	1
Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Instituto Federal do Espírito Santo	1
Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	1
Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais	1
Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas da Universidade Federal do Tocantins	1
Programa de Pós-graduação em Educação, do Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal do Piauí	1
Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás	1
Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado da Universidade Federal de Ouro Preto	1
Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica	1
Programa de Pós-graduação em Docência para a Educação Básica, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Bauru	1
Programa de Pós-graduação em Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas, Curso de Mestrado Profissional em Educação, da Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia	1

Continua...

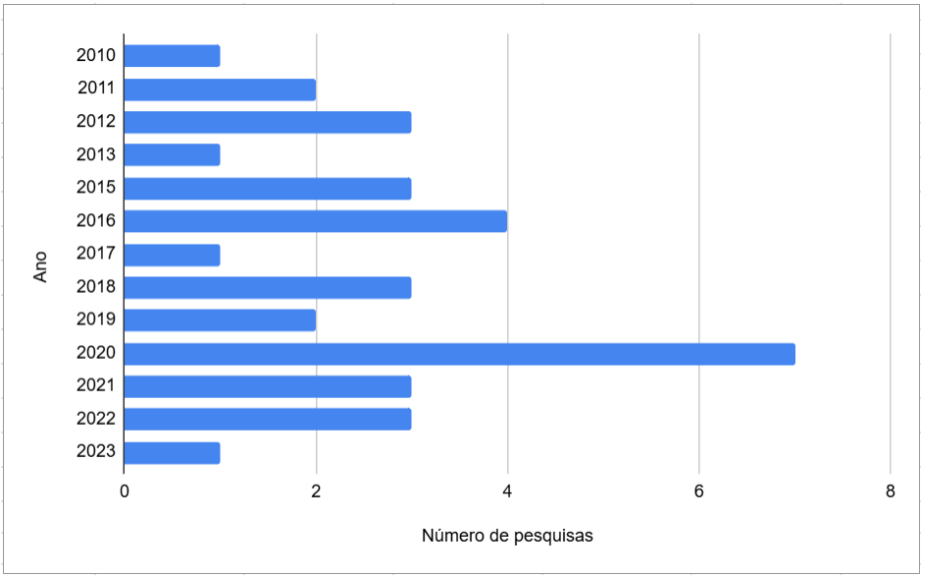
Continuação da Tabela 3 – Programas, cursos e pesquisas sobre educação para as relações étnico-raciais

Programa de Pós-graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia	1
Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO), da Universidade do Vale do Acaraú.	1
Programa de Pós-graduação em Sociologia do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos	1
Programa de Pós-graduação em Extensão Rural da Universidade Federal de Viçosa	1

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Pelo exposto, vislumbra-se a importância de identificar o ano de defesa das pesquisas com o intuito de verificar se há um período de maior concentração, bem como analisar se existe um crescimento ou estagnação dos estudos que relacionam Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Profissional e Tecnológica. Os dados da Figura 5 revelam a seguinte distribuição:

Figura 5 - Distribuição das Pesquisas por Ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

Os resultados indicam uma produção acadêmica ainda dissipada e irregular ao longo do período com uma tendência um crescimento gradativo a partir de 2011, mas com oscilações nos anos posteriores, atingindo seu pico em 2020, com 7 pesquisas defendidas.

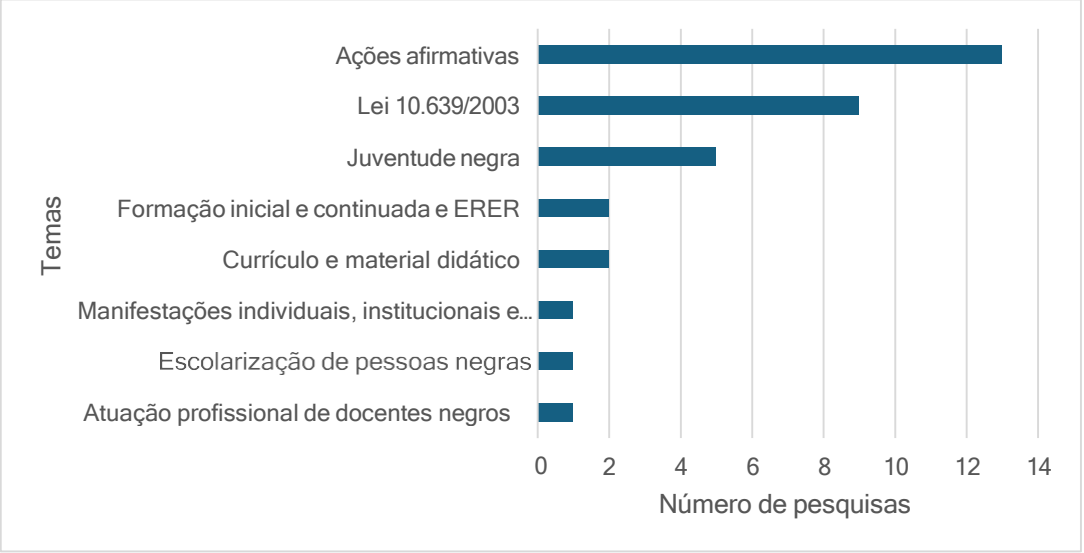
Outro aspecto relevante analisado nesta pesquisa foi a existência ou não de financiamento para os estudos identificados, os dados revelam que apenas **s**ete pesquisas contaram com algum tipo de financiamento.

A identificação do gênero dos pesquisadores mostrou a predominância de mulheres, com 23 pesquisadoras, frente a 11 pesquisadores homens, isso esclarece que as mulheres têm assumido um papel central na investigação de questões relacionadas à diversidade.

Julga-se importante saber qual era a autoclassificação dos autores e os dados mostraram que 18 se autodeclararam pretos, 1 se autodeclarou branco, e 15 não informaram sua identificação étnico-racial, nenhum autor se autodeclarou pardo, amarelo ou indígena. Assim, foi possível perceber um índice significativo de pesquisadores autodeclarados negros, o que sinaliza um movimento protagonismos destes nas pesquisas sobre diversidade étnico-racial.

Por fim, neste primeiro conjunto de dados buscou-se identificar quais foram as temáticas centrais dos estudos e os dados mostraram que foram: Ações afirmativas treze pesquisas; Lei 10.639/2003 nove pesquisas; Juventude negra, cinco pesquisas; Currículo e material didático, duas pesquisas; Formação inicial e continuada e ERER, duas pesquisas, Escolarização de pessoas negras, uma pesquisa, manifestação individual, institucional e estrutural do racismo, uma pesquisa e Atuação profissional de docentes negros , uma pesquisas. Os dados podem ser destacados na Figura 6:

Figura 6 – Distribuição das Pesquisas por Ano



Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A diversidade temática nas pesquisas que inter-relacionam a Educação para as Relações étnico-raciais demonstra a diversidade de perspectivas, contribuindo para uma leitura mais ampla e crítica da população negra na EPT.

4.3 As Temáticas Estudadas e Seus Achados

Outro tipo de dados que buscamos nas pesquisas desta investigação foi: objetivo geral, metodologia, instrumentos de coleta de dados, principais resultados, lacunas apontadas pelo autor e sugestões práticas pedagógicas para a Educação das Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.

O primeiro grupo de pesquisas foram categorizadas como Ações Afirmativas as análises de diversos ângulos e perspectivas. Tem-se o trabalho de Souza (2015) que busca entender o motivo de os estudantes ingressantes no curso de 2012/2013, não terem se autodeclarado negros ou indígenas, utilizando como metodologia um estudo de caso e como técnica de coleta de dados a análise documental e diário de campo e os principais resultados são os de quem As comunidades indígenas e quilombolas parecem inexistentes na realidade local, a indústrias naval, petrolíferas e nucleares da cidade não e relevante à comunidade, A educação nível médio, técnico e profissionalizante e voltado para a indústria e que os editais de seus processos seletivos do CEFET-RJ, não está voltado aos interesses da comunidade locais, decorre destes resultados a principal proposta que é proposição de um edital mais solidificado, que atenda os interesses comunidades locais.

Costa (2017) desenvolveu uma pesquisa que objetivou compreender a trajetória escolar de cinco jovens que ingressaram no CEFET-RJ através de cotas raciais, sendo um pesquisa qualitativa, utilizou como técnica de coleta de dados análise documental e aplicação de questionário a pesquisa mostrou os jovens vivenciaram situações delicadas, uma vez que a comunidade escolar passava por um processo, perceberam um tratamento diferenciado por parte dos professores, foram desqualificados por terem ingressados por cotas raciais, contudo apesar de todos relataram discriminação, e unânime o relato que a instituição transformou a vida deles. A autora sugere que sejam elaborados mecanismos como exemplo apoio financeiro para assegurar permanência do jovem na escola.

Ferreira (2020) em sua pesquisa “Um Estudo Sobre a Política de Ação Afirmativa: a Implementação da Lei nº 12.711/2012 nos IFETS (2014-2019) objetivou Identificar como se consolidou a adoção da política de ação afirmativa na modalidade cotas raciais, a pesquisa de cunho qualitativo utilizou como técnica de coleta de dados pesquisa bibliográfica e análise documental

Os dados mostram a predominância nos documentos analisados de ação afirmativa baseadas em critérios social e econômico, pois dos 12 (doze) Ifets pesquisados, três adotaram a modalidade cotas raciais no período que antecede a implantação da Lei n.12.711/2012 – entre

2008 e 2011. Constatou-se um forte indício de resistência, por parte dos institutos, de reconhecerem que, com a democratização do acesso, consequência da adoção da modalidade cotas raciais, estudantes com perfis distintos ingressaram nos quadros dessas instituições – espaços elitizados e ocupados por um grupo seleto até então.

Em relação à incorporação dos preceitos da Lei nº 12.711/2012 ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), documento norteador das ações institucionais, identificamos que as menções incorporadas a esse documento pelos agentes elaboradores sinalizam uma predominância dos critérios social e econômico, ao se reportarem à política de ação afirmativa implementada no campo educacional. Como propostas para reverter a situação, a autora sugere ações voltadas para a valorização e o reconhecimento das diferentes culturas e a incorporação da Lei nº 10.639/2003 e a Lei nº 11.645/2008, de "forma mais eficaz" aos currículos, aos processos de formação inicial e continuada de professores e às práticas pedagógicas, com o objetivo de desconstruir padrões culturais e institucionais hegemônicos e excludentes. Maior participação dos integrantes dos Neabs dos Ifets pesquisados nos processos de elaboração dos PDIs com vistas a enriquecer a proposição de estratégias que contemplem os objetivos almejados com a implantação da política de ação afirmativa, modalidade cotas raciais, no campo educacional.

Ávila (2012) procurou identificar qual a compreensão dos estudantes cotistas negros, do IFSC - Campus São José, sobre ações afirmativas em geral e sobre o programa de ações afirmativas do IFSC, também de perspectiva qualitativa a pesquisa utilizou como estratégia de coleta de dados análise documental e aplicação de questionários.

Os dados da pesquisa evidenciam que os estudantes pesquisados compreendem ação afirmativa como forma de reparação dos danos causados à população negra, através de medidas implementadas pelo Estado. A ideia de equalizar as oportunidades é mencionada, fazendo alusão à necessidade de ações institucionais diferenciadas que propiciem oportunidades a grupos discriminados, os quais não são contemplados com as políticas universalistas, estes vêm de famílias de baixa renda, poucos desses recebem benefício da assistência estudantil, seus pais e a pouca escolaridade reflete nas atividades profissionais desenvolvidas, com restrita mobilidade profissional e salarial.

A pesquisa também indicou que os estudantes realizaram várias tentativas para ingressar na universidade e a política de reserva de vagas para negros, certamente impulsionou o ingresso desses estudantes, possibilitando o acesso ao ensino superior. Sendo, muitas vezes, a primeira geração da família a acessar um curso superior, ela pode tornar-se referência para outros jovens com situação semelhante à sua.

A respeito de discriminação racial na sociedade brasileira, oito estudantes concordam que ela existe e algumas das respostas descrevem como essa discriminação se manifesta. Os estudantes pesquisados demonstram ter consciência sobre a legitimidade do sistema de cotas raciais e ponderam várias questões que justificam a necessidade de implementação do sistema de reserva de vagas para negros no ensino superior, eles afirmam que é uma medida reparadora para os negros. Eles demonstram estar conscientes do direito que estão acessando através do sistema de cotas e também conscientes de sua identidade racial. A partir dos resultados, a autora sinaliza para a necessidade de ações institucionais diferenciadas que propiciem oportunidades aos grupos discriminados, os quais não são contemplados com as políticas universalistas.

Budiño (2019) analisou as políticas de ações afirmativas aplicadas a Educação Profissional e Tecnológica, especificamente com estudantes do Colégio Técnico e Industrial de Santa Maria (CTISM), a pesquisa também adotou a perspectiva qualitativa o principal instrumento de coleta de dados foi a análise documental, os dados permitiram verificar que a história e cultura afro-brasileira e a história do povo negro foram alijadas ou, no mínimo, tratadas de forma superficial.

Percebeu que historicamente a instituição foi frequentada pela população branca, pois não somente as imagens dos formandos, mas também da plateia, composta por amigos e familiares era de maioria branca, nem mesmo entre os convidados para a formatura encontramos negros e negras. Já as mulheres negras não foram encontradas nas fotografias, seja entre as formandas ou entre os familiares. Por fim, partindo das fotografias do acervo do CTISM comparamos o número de alunos negras e negros nas primeiras formaturas dos anos de 1970 a 1973, e dos anos de 2016 a 2017 contatou-se que, mesmo com as políticas públicas afirmativas, não há o ingresso de um número significativos de negros e negras nos cursos da instituição.

Os resultados da pesquisa demonstraram que o número de estudantes pretos e pardos vem crescendo desde a implantação do sistema de reserva de vagas. Entretanto, pretos e pardos ainda estão em menor número na instituição pesquisada. Identificou-se, ainda, que há pouco interesse nos professores da área técnica em aplicar a Lei 10.639/03, ficando o tema restrito à disciplina de História. A sugestão é criar dispositivos concretos de combate à desigualdade racial no Brasil.

Pereira (2020) em sua pesquisa buscou compreender o significado das cotas raciais para jovens estudantes cotistas do Centro Federal de Educação Tecnológica do Sul de Minas, CEFET- MG unidade Nepomuceno. Os dados foram coletados, por meio de entrevista individual semiestruturada e grupo focal e mostraram que de modo geral, os significados das cotas raciais, para os (as) jovens estudantes cotistas, estão relacionados com a ideia de ajuda,

apoio, chance e oportunidade em ingressarem em uma instituição federal de ensino técnico integrado reconhecida pela qualidade do ensino ofertado, ver maioria dos estudantes tem o interesse em conhecer mais a fundo a temática de política de cotas raciais, porém na instituição investigada, a abordagem da temática no currículo escolar, ou em atividades extraclasse, acontece ainda de maneira bastante incipiente e na maior parte das vezes de maneira pontual e isolada por iniciativa dos próprios docentes.

Nessa perspectiva, confirmou-se que o índice de permanência de estudantes cotistas raciais é maior, sobretudo, no primeiro ano do ensino médio, comparado aos discentes oriundos da ampla concorrência e que após o ingresso na instituição, há um fenômeno de "conscientização racial" verificado, a partir de discussões ocorridas em sala de aula, de conversas informais e até mesmo pelo despertar do interesse do próprio cotista racial em conhecer mais o fundo a história da população negra e africana. Como sugestão, o estudo propõe investimento formativo pela instituição quanto a assegurar não só o direito de acesso estudantil, por meio das políticas afirmativas, como também uma permanência capaz de promover a valorização da diversidade étnico-racial, principalmente em áreas de formação de ciências exatas.

Dantas (2015) caracterizar a configuração do ingresso em cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, no IFPB, Campus João Pessoa, na vigência da Lei nº 12.711/2012. A pesquisa configura-se como de abordagem qualitativa e quantitativa, com levantamento estatístico objetivo dos dados secundários referentes ao ingresso, perfil socioeconômico e étnico-racial, desempenho no processo seletivo e no respectivo ano escolar, em cursos de nível técnico/médio em 2013, também houve a utilização de grupo focal. Os dados evidenciaram que a combinação dos critérios escola pública, renda per capita e étnico-racial usados nas políticas de cotas garante o ingresso de estudantes autodeclarados pretos, pardos e índios, metade deles com renda menor ou igual a 1,5 salário mínimo.

As Ações Afirmativas, em se tratando do IFPB, apresentam um potencial fortíssimo de inclusão de grupos sócio-raciais que na trajetória social cumularam historicamente desvantagens econômicas, educacionais e culturais, a exemplo da estudante cotista negra. Como sugestão, sugere a preparação por parte das instituições e das respectivas equipes profissionais, a exemplo dos próprios professores, tais como a sensibilização, envolvimento humano criativo e crítico, uma sinergia das equipes institucionais no sentido da promoção dos indivíduos a patamares de aprendizagens e mobilização social, nunca para estigmatizar.

Silva (2022) avaliou o nível de conhecimento que técnicos administrativos de diferentes setores de uma escola da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica

possuíam da legislação que regula os novos parâmetros escolares das relações étnico-raciais e ação afirmativa. A pesquisa foi um estudo de caso e teve como técnica de coletas de dados análise documental e aplicação de questionário.

Ficou claro que muitos dos técnicos administrativos em educação da instituição pesquisada sentem dificuldade na compreensão de certos conceitos, concepções e protocolos de intervenção relativos aos parâmetros escolares vigentes das relações étnico-raciais e ações afirmativas voltadas para as pessoas negras no contexto investigado. Desta forma, reconhecem haver demanda de extensão/ampliação do trabalho de formação em serviço sobre a temática, indicando a necessidade de replicar o nosso produto educacional em outros contextos, bem como ampliar o escopo da investigação em novos estudos.

Faz parte da constatação de que as instituições de EPT, por terem um amplo quadro multidisciplinar de técnicos administrativos em pleno exercício, têm negligenciado esses profissionais como agentes educacionais potentes para a consolidação da inserção e valorização da pessoa negra no ambiente escolar e para a construção de um ambiente democrático sólido no âmbito da EPT, que apesar de alto grau de formação dos técnicos administrativos respondentes da pesquisa, ainda é baixo o seu nível de conhecimento acerca dos parâmetros legais e institucionais que regulam as políticas escolares de ação afirmativa voltada à população negra, sentem dificuldade na compreensão do que seriam as ações afirmativas. Propõe-se, como alternativa, a formação voltada para a temática em estudo, especialmente no contexto dos processos de atualização das práticas profissionais da educação.

Castro (2016) examinou a experiência desta instituição de ensino, sob a ótica dos estudantes que ingressaram pelo sistema de reserva de vagas e gestores, em relação à política de cotas, o enfoque da pesquisa era de cunho qualitativo, do tipo estudo de caso, de análise de conteúdo e entrevista semiestruturada com estudantes cotistas. Os resultados da pesquisa indicam que a adoção da Lei de Cotas representou um inegável avanço em relação à democratização, quanto ao acesso a grupos historicamente excluídos, permitiu, ainda, identificar os desafios e dificuldades que a implantação das cotas trouxe ao cotidiano do local de pesquisa para assegurar o acesso, desempenho e a permanência com qualidade aos estudantes cotistas, bem como analisar acerca da discriminação contra os cotistas. Os alunos reconhecem que as cotas são eficazes na tentativa de diminuir as desigualdades raciais e sociais enquanto os gestores ponderam sobre a eficácia de tal política. Percebe-se, pela fala de alguns gestores, preocupação neste sentido, mas não se encontra postulado nenhum projeto ou política específica que minimamente ampare o aluno ingressante por cota, que poderá apresentar mais dificuldades de adaptação.

Conclui-se também jovens, negros (pretos e pardos), do sexo feminino, desempregados, provenientes de escola pública, solteiros, com renda abaixo de um salário e meio, cujos pais apresentam baixo nível de escolaridade são os principais beneficiários e, por fim, os entrevistados foram unânimes, ao reconhecer que a entrada no meio acadêmico é muito importante para o cotista, oferecendo a ele novos horizontes. As sugestões da pesquisa são um apoio institucional psicológico, almejando assistir as demandas dos alunos, são imprescindíveis para o aperfeiçoamento das políticas públicas locais e para resolver especificidades de conflitos do ambiente institucional, como, práticas de racismo, discriminação, homofobia, sexíssimo, etc. Implantação de Comissão ou Assessoria de Apoio aos Cotistas, ou seja, um projeto multidisciplinar, que colabore com a política institucional.

Miranda (2020) analisou as percepções e narrativas dos estudantes negros sobre a trajetória escolar e sobre a implementação dos três eixos das ações afirmativas: reserva de vagas de corte racial e social para o acesso, educação para as relações étnico-raciais e assistência estudantil e estratégias de permanência, a pesquisa de perspectiva qualitativa estudo de caso, consulta a documentos além da realização de entrevista com dezenove (19) estudantes do Ensino Médio Técnico Integrado. Os dados mostram que os ingressantes por cotas raciais trazem em suas narrativas a percepção acerca da importância da política de ação afirmativa como direito, estratégia para democratização do ensino e instrumento de reparação histórica. Narrativas também destacaram um cotidiano institucional atravessado por situações de racismo e discriminação, também foram achados e pistas que possibilitou aferir que, quanto ao perfil socioeconômico, os estudantes e suas famílias configuram segmentos da população de baixa renda, estando algumas com renda familiar per capita abaixo da linha da pobreza, vivenciando a persistência das desigualdades raciais e sociais. Possibilitou conhecer a trajetória dos estudantes cotistas que são oriundos de escolas públicas e que alguns participaram de cursos comunitários ou particulares visando à preparação para o processo seletivo. O estudo deixou entrever que as ações afirmativas na modalidade reserva de vagas de corte racial contribuem para ampliar as oportunidades de ingresso de estudantes negros no ensino médio. Percebeu-se também, o destaque dos estudantes, para a construção de relações de convivência com os sujeitos pertencentes à comunidade escolar, que expressam narrativas, discursos e posturas contrárias às políticas de reserva de vagas de corte racial, provocando um desconforto nas relações interpessoais.

As ações afirmativas na modalidade acesso a reserva de vagas de corte racial possibilita a ampliação do ingresso de estudantes negros nas instituições federais de educação, aqui em particular para os cursos técnicos do ensino federal, no campus Rio de Janeiro do IFRJ,

observamos notadamente o aumento das taxas de acesso de estudantes negros no Ensino Médio, principalmente após a implantação da referida Lei nas instituições federais. Quanto aos aspectos negativos 05 entrevistados destacaram a falta de informação sobre a política, 03 ressaltaram a burocracia (quantidade de documentos), 03 que as vagas são insuficientes, 02 apontam que falta supervisão do processo, 02 destacam a evasão de estudantes negros e 01 a falta de apoio aos estudantes. Demonstra também que a questão da discriminação racial.

Como sugestão, tem-se a promoção ações no espaço institucional que possibilitem a divulgação e compreensão sobre os objetivos das políticas de ações afirmativas para a democratização do acesso e ampliação da diversidade, aprofundamento do ensino da História da África, dos Africanos e dos Afro-brasileiros, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro a partir da perspectiva de autorias negras africanas, do continente e diáspora, como centro. Além disso, fortalecer ações que promovam a permanência e o êxito escolar dos estudantes negros nessas instituições de ensino; promover a criação de grupos de estudos e pesquisas que fomentem, no âmbito institucional, discussões acerca da importância da garantia do acesso, da permanência e do êxito dos estudantes negros nos Cursos Técnicos de Nível Médio; realizar de ações para o acompanhamento dos três eixos das ações afirmativas, visando o monitoramento e análise do impacto, limites e possibilidades das políticas, programas e ações; instrumentalizar os pais e responsáveis pelos estudantes acerca dos objetivos das políticas de ações afirmativas e os compromissos que a família pode assumir no processo de formação dos estudantes, fortalecendo identidades e saberes; estabelecer estratégias de recepção e acompanhamento dos estudantes e familiares que acessaram a educação através da reserva de vagas, contribuindo no processo de formação e conclusão da trajetória escolar; promover ações e atividades através de parcerias com os núcleos, coletivos e outras estratégias de organização e participação, comprometidas com agendas antirracistas e de reconhecimento da diversidade na educação; construir redes de colaboração no espaço escolar, visando a mobilização entorno da implementação do projeto político institucional e do projeto pedagógico, fortalecendo o compromisso com a educação para as relações étnico-raciais; motivar para o estabelecimento de estratégias de promoção da atualização dos professores e demais profissionais inseridos no processo de formação a partir de pedagogias antirracistas.

Jesus (2021) investigou como os alunos negros do IF Goiano Campus Urutaí, lida com suas identidades raciais no ambiente escolar e qual papel da escola na construção dessas identidades, a pesquisa é de perspectiva qualitativa e os instrumentos de coletas de dados foi a aplicação de questionário. Os dados mostraram que a maioria não conseguiu identificar

discriminação racial em sala de aula, pouca promoção de ações /eventos sobre a temática e importante consideração quanto à promoção, um significativo desconhecimento do Neabi e também sobre a existência de cotas, contudo o pequeno número de entrevistados que reconhecem a existência de racismos, relataram uso de termos pejorativos para com eles. Quando indagados sobre como reagiram agrediram fisicamente, 20% protestaram verbalmente e a maioria com 66,7% não contou o fato para ninguém. Como sugestão, reivindica a elaboração de práticas e educativas mais incisivas, para que seja trabalhado as questões étnico- raciais de forma obrigatória, para efetivar o envolvimento que se dá por meio do conhecimento, desconstruindo práticas racistas.

Arruda (2020) buscou, em sua pesquisa, compreender o processo de reserva de vagas para o nível médio integrado à formação profissional, implementado no período de 2008-2018, pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT. A pesquisa de abordagem qualitativa, na qual os métodos utilizados para geração de dados compreenderam análise documental, entrevistas com servidores e estudantes. Concluiu-se que o processo de reserva de vagas implementado pelo IFMT possibilitou oportunidades desiguais para brancos e negros e houve, ostensivamente, privilégios para o grupo branco, visto que, no período de 2009-2012, a reserva de vagas utilizou unicamente o critério socioeconômico e não racial. E, a partir de 2012, mostrou uma particularidade: o critério racial foi incluído com o uso de categorias de classificação oficial e local ou nativa, denominada de "outras etnias", que, por sua vez, foi substituída em 2017 pelo termo não auto declaração de cor/raça e, desde 2018, foi deslocada para os critérios escola pública e renda, segundo a autora, houve uma relação bastante ambivalente e próxima dos significados da branquitude, a saber: neutralidade racial, elogio à miscigenação, omissão da desigualdade e discriminação racial, silêncio em torno da questão racial, apoiada na estratégia de subsumir a raça na classe e na categoria denominada de outras etnias e no discurso eminentemente distributivista, meritocrático e falacioso de igualdade racial.

Como sugestão coloca que as práticas e políticas educacionais antirracistas devem focalizar a atenção na invisibilidade e neutralidade terrivelmente eficiente da branquitude nas políticas públicas educacionais, a fim de revelar e desconstruir o processo continuado e silenciado de diferenciação e hierarquização dos grupos sociais racialmente inferiorizados, além de confrontar os regimes marcializados de representação.

Esse grupo de pesquisas tem um ponto em como, ou seja, o impactos das ações afirmativas no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), também mostra o protagonismo dos estudantes negros que valorizam a oportunidade do ingresso por cotas; percepção da existência do racismo estrutural nas instituições investigadas; ausência de ações

que visem assegurar a permanência dos alunos cotistas e da implementação da Lei 10.639/2003 e o consequente despreparo dos docentes e técnicos para lidar com e temática da Educação para as Relações étnico-raciais. Os dados sinalização que as ações afirmativas via cotas raciais ampliam o acesso de estudantes negros à EPT, contudo não garantem sua a permanência, daí a nossa percepção da necessidade de ações estruturais para combater o racismo institucional e promover uma educação antirracista.

4.4 As Pesquisas Sobre a Lei 10.639/2003 e a Educação Profissional e Tecnológica

Brasil (2016) desenvolveu uma pesquisa com o objetivo de verificar como a Lei 10639/03 tem sido implementada no Colégio Pedro II a partir da análise do Projeto Político-Pedagógico (2001) e do conteúdo programático e prova no concurso para professor, em 2014, especificamente no que se refere às disciplinas de Português e Literatura. A pesquisa de cunho qualitativo utilizou como instrumento de coleta de dados a análise documental. Os dados mostram que a instituição não assume a questão étnica-racial como instituição, que o quantitativo de alunos negros é pequeno, se comparado com a proporção desse grupo racial e na composição brasileira, que no seu quadro de servidores, não há nenhum negro na direção, somente nos serviços subalternos, que há desconhecimento da lei 10639/03, que nos eventos relacionados a relações étnicas raciais nos campis, não há adesão do corpo docente. Embora tenha sido criado o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros como uma medida em conformidade com a lei, as iniciativas voltadas para a educação nas relações étnico-raciais ainda são realizadas de forma isolada, em vez de uma abordagem institucional mais integrada, mesmo após 13 anos da promulgação da lei. Como sugestão, a autora sugere é essencial que haja uma revisão crítica dos conteúdos e práticas pedagógicas que abordam a presença do negro na educação, também aponta a necessidade de esforço conjunto, encabeçado pelo reitor e Pró-Reitoria de Ensino, para um outro modo de se trabalhar os conteúdos na escola e que todos os profissionais, em especial os de Língua Portuguesa, que trabalham com a língua viva, precisam, com urgência, trazer para a escola os avanços da legislação em prol da cultura negra.

Braulio (2018) buscou compreender se dá a construção da identidade negra em um currículo voltado para a formação do ensino médio integrado ao técnico em produção de Moda, a pesquisa também de cunho qualitativo coletou dados através da análise documental e de entrevistas. Os dados evidenciaram que o currículo é atravessado por uma perspectiva eurocêntrica, que há um predomínio da representação do ser humano com tonalidade de pele branca nos croquis dos alunos e nem mesmo os (as) estudantes negros (as) têm seu próprio tom

de pele como referência para colorir seus croquis e que isso se deve a construção dos conteúdos da área técnica de Moda, principalmente com o foco no vestuário, apresenta uma dificuldade muito grande em separar estas construções racistas da prática do mercado, que se dá devido à disseminação de tendências da Moda e de sua gênese ser francesa. Como sugestão, o autor propõe a mudança da matriz curricular do curso, com a inserção de disciplinas voltadas para o ensino das relações étnico-raciais e outras voltadas para as representações da figura negra; construção de um currículo de Moda que atenda às necessidades percebidas para a aplicação de conteúdos previstos na Lei 10.639/2003 e a construção de grupos de estudo e de trabalhos sobre a temática das relações étnico-raciais na área da Moda, que possam ser capazes de colocar em discussão a ausência, em nossa formação.

Pimentel (2016) desenvolveu uma pesquisa cujo objetivo compreender a institucionalidade da Lei nº 10.639/03 no currículo do CETEP, analisando de que modo professores/as e estudantes percebem o desenvolvimento da temática das relações étnico-raciais afro-brasileiras, a construção da identidade do negro e o racismo no espaço escolar. A pesquisa constitui-se de perspectiva qualitativa, estudo de caso do tipo pesquisa ação. Os dados da pesquisa mostraram o desconhecimento da temática étnico-racial e o significado do ensino da história afro-brasileira e africana; dificuldades para buscar metodologias de ensino adequadas aos conteúdos étnico-raciais; ausências de estratégias para orientação de estudantes em sala de aula sobre as ocorrências racistas; formação profissional docente deficitária quanto ao tema,; as especificidades dos conteúdos principalmente do núcleo específico não possibilitam a culminam no conteúdo étnico-racial. As sugestões são: elaborar metas no plano de ação do PPP da escola que atenda às especificidades do povo negro; aproximar a escola dos movimentos sociais para que ela inclua discussões sistemáticas voltadas à superação do racismo e à diversidade étnico-cultural.

Novais (2011) realizou uma pesquisa objetivando investigar como o Instituto Federal de Rondônia – Campus Colorado do Oeste tem trabalhado nesses últimos dois anos, principalmente através do Currículo e do Projeto Político Pedagógico, as questões étnico-raciais a partir da Lei 10.639/2003. A pesquisa foi de abordagem qualitativa com análise documental e aplicação de questionário. Os dados coletados mostraram que: nem todas as disciplinas trabalhavam a temática africanista, nem mesmo aquelas que são obrigadas por lei, como é o caso da Educação Artística; que nem todos os professores pesquisados conheciam o texto da Lei 10.639/03 e também que alguns não concordavam com ela. Alguns servidores pertencentes aos cargos de direção da escola também responderam não fiscalizar e nem cobrar a implantação de tal lei 10.639/03, uma vez que desconhecem a mesma; que a escola não tem fiscalizado nem

cobrado qualquer tipo de inserção temática em seu Currículo, visto que alguns professores sequer entregaram seus planos de aula e nada havia sido feito para regularizar tal situação; que os alunos percebem que as brincadeiras e as piadas feitas com e sobre os afrodescendentes dentro do ambiente escolar são demonstrações claras da existência do racismo na escola; que a escola não valoriza a temática africanista, visto que através da análise do PDI e em seu Currículo e ainda no Projeto Pedagógico Institucional não constam nenhuma ação que se preocupe realmente em propiciar o acesso e a permanência de alunos negros no ambiente escolar; que a instituição não promove a discussão da Lei 10.639/2003 com intuito de recuperar os saberes africanos marginalizados pela cultura oficial e erradicar o preconceito e a discriminação racial. Como sugestões para modificar este contexto é proposto a construção conjunta, envolvendo, efetivamente, através de atividades e projetos que atendam à demanda criada a partir da lei 10.639/03, vários setores e ou departamentos da escola, tais como: Setor de Orientação Educacional, Supervisão Escolar, Coordenadores e Chefes de Departamentos, Direção Geral, Professores e Alunos visando sempre com esse trabalho coletivo maior inclusão étnico-racial.

Vasconcelos (2011) analisou as implicações na implementação do Estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena no contexto da educação básica e outros níveis e modalidades de ensino, a partir das experiências de professores (as) e alunos (as) do curso técnico em agropecuária, integrado ao ensino médio, no Campus Barreiros – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, a pesquisa possui um enfoque qualitativo descritivo, como instrumentos de coleta de dados utilizou a entrevista semiestruturada e a pesquisa de campo. Os dados mostraram que a temática não é contemplada nos planos de ensino; para todos os entrevistados, os alunos de cor negra sofrem de preconceito e discriminação racial na escola, prejudicando, segundo eles (as), o aproveitamento da aprendizagem em sala de aula; verificou-se que durante o período desta pesquisa, os professores (as) não desenvolveram atividades relacionadas ao estudo da história e cultura afro- brasileira e indígena dentro do ambiente escolar, porém os mesmos afirmaram que trabalharam a temática em sala de aula; observou-se nesta pesquisa que ainda existe grande resistência de alguns profissionais da educação em querer abordar a referida temática. As sugestões propostas são entre outras, afirma que a instituição escolar tem de criar mecanismos e instrumentos de uso permanente, via projeto político-pedagógico e currículo, para intervir na realidade que exclui o negro (pretos e pardos), bem como os indígenas, entre outros, do acesso aos direitos humanos fundamentais, também aponta-se para a necessidade de uma política de formação mais intensa, que chegue aos educadores, assim como o acompanhamento sistemático do Projeto Político- Pedagógico e Proposta Curricular da escola e por fim que a

instituição deve criar algum mecanismo, como incentivos culturais, para professores e alunos que apresentem trabalhos significativos, poderiam ser um incentivo voltado para visitação de locais e eventos que apresentem atividades pedagógicas voltadas para a superação do racismo.

Rocha (2015) realizou uma pesquisa cujo objetivo foi analisar da implementação da temática da educação das relações étnico-raciais e do ensino de história e cultura afro-brasileira e africana na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, a pesquisa adotou uma abordagem qualitativa descritiva e os dados foram coletados através de análise documental. Os resultados encontrados permitem a sinalizam de que o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, bem como a educação das relações étnico-raciais não se encontram institucionalizados na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, este resultado pode ser interpretado como um caso clássico de racismo institucional. Tal interpretação é possível na medida em que foram identificados arranjos institucionais que restringem de alguma forma a participação de um determinado grupo étnico-racial, bem como uma conduta de não mobilização e um comportamento negativo frente à Lei nº. 10.639/2003, enquanto uma política de ação afirmativa. Também é resultado da pesquisa um número considerável, dentre as instituições da Rede Federal de Educação, Ciência e Tecnologia, não contempla minimamente qualquer critério relacionado às questões étnico-raciais. Segundo o autor, praticamente a metade das instituições pesquisadas não toca na questão étnico-racial em seus Planos em nenhum momento e de nenhuma forma. Como resultado positivo encontrado ao longo do processo de pesquisa diz respeito ao crescente número de Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros (NEABs), Núcleos de Estudos Afro-Brasileiros e Índio-descendentes (NEABIs) e grupos correlatos instituídos nas escolas da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Como sugestão, destaca-se a ampliação de pesquisas que também venham a abordar e problematizar tais temáticas.

Porto (2018) buscou compreender como o Instituto Federal de Educação do Maranhão (IFMA) lida com as exigências da educação para as relações raciais e para isso utilizou a análise documental e entrevistas com docentes e gestores , entre os resultados por nós destacados como imprescindíveis para o entendimento destacam-se: que a relevância da questão racial para a instituição é assumida, e que a abordagem das questões raciais está presente na prática educativa da instituição, talvez não como uma prioridade institucional e com o reconhecimento que a abordagem necessita; os professores que assumem não abordar a temática da afro-descendência em sala de aula; os professores que assumem não abordar a temática da afro-descendência em sala de aula e apresentam suas táticas para justificar os motivos de seu pouco envolvimento com a questão e um dos aspectos que aparece na pesquisa é que já se sentem contemplados com

a abordagem da questão racial realizada na instituição; dificuldade em conceber as atividades do NEABI como ligadas à prática pedagógica da instituição, muitas vezes, aparece como algo apartado da instituição. Foi identificado que uma das maneiras de o racismo institucional se fazer presente, escamoteando seu aspecto criminoso, é por meio das ditas "brincadeiras", "piadas", "apelidos" racistas e que o NEABI/IFMA aparece, nesse contexto, como uma fronteira institucional, pois, para a realização de suas ações, enfrenta o racismo institucional e, mesmo sendo um núcleo institucionalizado, encontra dificuldade de fazer com que os profissionais da instituição entendam essas ações como parte das práticas pedagógicas da instituição e não como uma ação da vontade individual de um "gueto" institucional. Como sugestão, coloca-se que preciso desestabilizar a colonialidade, deixando ver o modo preconceituoso com que foram tecidas a nossa forma de ver o mundo; é preciso evidenciar que as contribuições da humanidade não podem ser vistas sob as lentes de uma história única, pois existem meandros que só se pode ver quando se respeita as especificidades das vivências e dos saberes múltiplos.

Santos (2013) investigou os desafios para a implementação da Lei n. 10.639/03 IF-Goiano - Campus Ceres, a pesquisa foi classificada como de abordagem qualitativa e os instrumentos de coleta de dados foram a aplicação de questionários, além de entrevistas semiestruturada com servidores. Os dados são assustadores, pois nesta instituição o racismo silenciado; na falta de divulgação da lei assim como na ausência de um curso de qualificação, também falta de comprometimento da Instituição para com o tratamento da questão etnorracial, pois não foi encontrado elementos que tratem sobre a questão etnorracial efetivamente, tais como na matriz curricular existente e também na percepção de que ficou firmemente evidenciada a presença do preconceito manifestado na instituição em forma de brincadeiras, piadas e apelidos, o que ocasiona sequelas no aprendizado e na construção de identidade dos jovens que se encontram em formação da autoestima e do caráter. Muitos professores também declararam já terem presenciado manifestação de preconceito racial em suas aulas, situação que os levam a trabalhar a questão, porém de forma não efetiva e sistematizada, por causa do excesso de conteúdos que compõe a matriz curricular, também foi constatado que trabalhos e projetos sobre a temática apresentam-se de forma individualizada e esporádica; na ausência de cursos de capacitação. A partir destes resultados a pesquisadora sugere que reformulação de seus projetos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica em que a temática possa ser utilizada não somente em datas determinadas, mas como uma prática contínua no cotidiano da vida escolar, currículo que vise a contemplar a Lei 10639/2003.

Silva (2021) analisou o processo de ensino e aprendizagem da temática afro-brasileira, africana e indígena na disciplina de sociologia nas turmas do ensino médio integrado do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia do Piauí, Campus Campo Maior. A pesquisa de abordagem qualitativa utilizou como instrumento de coleta de dados a aplicação de questionários destinados aos estudantes das três séries do ensino médio. Os resultados da pesquisa mostraram que:

A temática étnico-racial está presente no IFPI – Campus Campo Maior, mesmo que de maneira, superficial e descontínua, no ensino da sociologia, da história, das línguas, da educação física e nos eventos anuais que celebram a consciência negra; há necessidade de dar maior visibilidade sobre a contribuição dos negros e indígenas na formação da nossa sociedade, seja nos planos, projetos, programas e ações a serem desenvolvidas junto à comunidade escolar, para que se possa de fato cumprir os objetivos da Lei 10.639/2003. Como sugestão implantação do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI), que teria, entre outras finalidades, orientar, no âmbito do IFPI, as ações de ensino voltadas às questões étnico-raciais, bem como, a aplicação de estratégias de ensino que estimulem o protagonismo juvenil.

Em conjunto os dados das pesquisas mostram o baixo índice de implementação da Lei 10.639/03, evidenciam também que a referida lei é aplicada de forma pontual, esporádica, superficial, desconectadas dos currículos e das políticas institucionais, geralmente em disciplinas específicas como Sociologia ou História, contudo fortemente atrelada a disponibilidade e interesse individual do docente. Nesse sentido, entende-se que sejam necessárias ações para descolonizar os currículos, formar educadores para práticas pedagógicas de Educação para as relações étnico-raciais.

4.5 As Pesquisas Sobre Juventude Negra na Educação Profissional e Tecnológica

As experiências e vivências de jovens negros também forma objetos de atenção de alguns pesquisadores que se ocuparam de investigar relações étnico-raciais e Educação Profissional e Tecnológica. Lima (2016) buscou compreender o processo de formação da Frente Negra, coletivo de jovens negros formado no Campus Engenho Novo II do Colégio Pedro II, sua pesquisa foi categorizada como qualitativa usando como técnica de pesquisa grupo focal e entrevista semiestruturada. Os dados da pesquisa mostrou que a organização do grupo não foi um processo atravessado por conflitos e embates , como exemplo podemos mencionar o fato de que para alguns jovens, reconhecer-se como negra foi uma experiência tardia e conflituosa, pois o ideário de embranquecimento, fez-se presente através das narrativas dos estudantes, que

relataram vivenciar situações nas quais lhes impuseram a anulação e a recusa ao próprio corpo, contudo, a percepção de que enfrentam uma opressão comum, tanto dentro da escola quanto fora dela, foi essencial para a construção de uma identidade coletiva.

Barbosa (2010) realizou uma pesquisa buscando conhecer as trajetórias de vida e percepções do cotidiano racista de alunos e alunas negras secundaristas da referida instituição de EPT, a pesquisa configurou-se como qualitativa etnográfica, através de entrevistas gravadas e notas de campo, o autor conclui que a construção da identidade e corporeidade negras, ainda não tem sido uma temática privilegiada pelo campo educacional. As narrativas dos jovens negros evidenciam que desfavoráveis condições materiais de existências perfizeram o cotidiano familiar, seus familiares em quase sua maioria possuem atividades trabalhistas, tais como: pedreiros, costureiras e pequenos agricultores. Constatou-se que há famílias que depositam significativas esperanças de que a instrução escolar, alinhada ao conhecimento técnico-humano-científico, seja o caminho para que eles alcancem ascensão social e modifiquem os seus históricos familiares, vem dessa esperança orientações passadas aos filhos/as. Estão presentes um discurso de poder que desemboca na reiteração da afirmação de que a necessidade de estudar é um imperativo na luta contra o racismo. O autor também extrai dos relatos a dificuldades dos jovens negros se adaptarem à instituição que as vezes leva a vontade de evadir-se, que o preconceito deixa marcas muitas vezes irreversíveis em alguém que o sofreu. Como sugestão fica evidente a necessidade de enfrentamento pedagógico do combate às manifestações racistas na instituição, decorre daí a necessidade de construção de um projeto pedagógico aberto à diversidade cultural humana e sua pluralidade e riqueza.

Outra pesquisa que também se debruça sobre a juventude nos espaços de Educação Profissional e Tecnológica é a pesquisa de Pereira (2022) que visou identificar os fatores que influenciaram as atitudes de relutância, constrangimento e silenciamentos de estudantes adolescentes, participantes das ações de combate ao racismo, de ordem qualitativa a autora utilizou como técnica de coleta de dados a aplicação de questionário. Os dados da pesquisa mostraram em síntese que: a maioria justificou o silenciamentos e a relutância em falar sobre o racismo em razão da má compreensão da teoria do lugar de fala, a qual oferece subsídios para compreender o medo de serem cancelados socialmente, seja no espaço virtual, seja no espaço físico, também foi apontado como justificativa para o silenciamento a timidez e a falta de conhecimento aprofundado, o receio de serem mal entendidos ou execrados e por isso preferem manter-se em silêncio a expor seus conhecimentos sobre racismo. Esse receio foi denominado pela autora como fenômeno social da “cultura do cancelamento” como sendo um dos responsáveis pelo silenciamentos e pelo constrangimento dos estudantes ao abordarem a

temática do racismo. Como proposta para resolver esta problemática, sugere-se ressaltar a importância de se estabelecer uma maior participação das famílias nas ações de combate ao racismo, fornecendo informações que possam orientá-las para tal propósito, o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas de combate ao racismo, prover conhecimentos que correspondam à diversidade étnica e cultural deste país e o urgente o aprofundamento dos estudos sobre o fenômeno social intitulado de "cultura do cancelamento.

Novaes (2019) pesquisou como se constitui a prática discursiva étnico-racial de estudantes de ensino médio nas aulas de língua portuguesa no contexto Tecnológico Federal, de abordagem qualitativa o trabalho foi desenvolvido através da análise da produção textual dos estudantes do 3º ano do ensino médio e os dados evidenciaram: os relatos evidenciam a instituição como um lugar no qual ainda persistem práticas racistas na relação aluno- aluno, professor-aluno e corpo técnico-aluno. No entanto, os resultados também sinalizam um tempo de mudança da instituição para promoção de debates, bem como a atuação de parte do corpo docente com o intuito de promover o debate em sala de aula.

Durante a análise, os relatos dos estudantes em tom de denúncia apontaram para um sistema escolar que ainda privilegia a monoculturalidade, a representação do ideal branco: Os resultados ainda demonstraram que os (as) estudantes pardos (as) socialmente tendem a se aproximar da branquitude a partir da tonalidade da pele, justificado principalmente pelo "privilégio" que a cultura branca detém nas relações de poder: a análise evidenciou que as aulas de língua portuguesa foram importantes para a formação crítica dos estudantes, a partir da inserção de literatura de autores afro-brasileiros, debates, rodas de conversas, seminários, e a valorização da cultura negra na sala de aula. Para reverter a situação é sugerido uma educação étnico-racial que valorize a pluralidade indenitária e combater qualquer forma de discriminação.

Euclides (2012) analisou as possibilidades de acesso e permanência de estudantes negras em uma instituição agrotécnica. A pesquisa configurou-se de caráter descritivo-explicativa e a abordagem quantitativa e qualitativa. Os dados são reveladores, mostra por exemplo a desigualdade educacional de jovens negras com os dados relativos ao ingresso de estudantes negras, percebeu a discrepância dos mesmos: apenas 5% dos estudantes eram negras e, destas, aproximadamente 30% não concluíram a formação iniciada que estas narravam em suas entrevistas que a discriminação e o preconceito racial existem e faziam parte das interações sociais. Os dados mostram a persistência de desigualdades raciais uma vez que entre os estudantes matriculados entre 2003 e 2011: 80,7% dos estudantes são brancos e 19,3% são pardos e negros, ou seja através da pesquisa realizada, pôde-se perceber que, apesar de considerarmos diversos avanços, sobretudo, na expansão educacional, problemas relativos a

questões sociais ainda persistem e precisam ser analisados de forma cuidadosa e detalhados, a fim de proporcionar ações e medidas concretas que minimizem as desigualdades. O estudo aponta sugestões de mais estudos sobre vivência e experiências da população negra em espaços educativos, assim como um trabalho efetivo junto à formação de sujeitos que lidam diretamente com os contextos de formação escolares (educadores, diretores, entre outros).

Diante disso, foi possível constatar, nesse grupo de pesquisa, que a afirmação da identidade negra é um fenômeno que acontece de maneira tardia e conflituosa para a maioria dos jovens negros, também foi possível identificar na maioria da pesquisa que o racismo institucional afeta o bem-estar e comprometem a qualidade do ensino-aprendizagem destes jovens ou podem levar pode levar à evasão e perda de autoestima.

4.6 A Educação Para as Relações Étnico-raciais, o Currículo e a Educação Profissional e Tecnológica

A respeito desse assunto, foram localizados três estudos centrados na política curricular de instituições de Educação Profissional e Tecnológica. Moura (2021) analisou a representação do negro em livros e recursos didáticos utilizados no ensino profissionalizante. A pesquisa foi categorizada pela abordagem qualitativa e como procedimento metodológico utilizou-se a análise documental, tais como livros e meios digitais de comunicação utilizados pela instituição. O trabalho constatou que não são abordados temas referentes às questões raciais no mercado de trabalho, que os conceitos de autoestima, as questões psicossociais, morais, históricos, culturais, de enfrentamento ao racismo também eram pouco trabalhados, dentre outros temas transversais que são caros ao aprimoramento dos aprendizes negros. Como sugestão aparece a promoção de um currículo de educação profissionalizante combativo e atrelado à educação profissional antirracista, que promova a equidade racial no processo de formação e inserção dos jovens negros e não negros nos programas de aprendizagem. Incluindo, assim, esses sujeitos de maneira ética e respeitosa.

Já Bertuani (2022) desenvolveu um trabalho visando contribuir ao desenvolvimento, à aplicação e à validação de práticas pedagógicas integradas em ERER na EPT de nível médio que possam ser trabalhadas e ressignificadas em outros contextos educacionais, para tanto optou por uma abordagem qualitativa com a análise documental. Os dados mostraram que os desafios são enormes para a implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais na Educação Profissional e Tecnológica, entre os quais se destacam: a formação inicial e continuada docente que não contempla a ERER, que praticamente a inviabiliza no ambiente escolar e sobrecarrega

os poucos profissionais que buscam a sua implementação. Por outro lado, favorece práticas pedagógicas segmentadas, isoladas e desconexas da realidade dos estudantes. A pesquisa também encontrou resistência dos docentes em participar de um trabalho com um recorte étnico-racial, por não concordar com o tema. A intervenção colocando a ERER enquanto elemento integrador do currículo, conseguiu deslocar a abordagem e os grupos sociais historicamente excluídos, os invisibilizados, bem como outros sistemas de pensamentos emergem e questionam a visão monocultural eurocêntrica dos currículos da EPT. Como sugestão para reverter o quadro o autor sugere: práticas colaborativas, a partir de ações indutoras que objetivem a implementação da ERER e a integração curricular; programas de formação que contemple a ERER e planejamento participativo prol da integração curricular e da implementação da ERER.

Freitas (2020) avaliou o processo de implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) para a Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER) e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana no Instituto Federal do Ceará (IFCE), através de uma investigação qualitativa, ancorada na pesquisa documental e em entrevistas semiestruturadas. Os dados da pesquisa sinalizaram um descuido sobre um tratamento valorativo das epistemologias negras; os elementos da cultura africana e afro-brasileira reduzidas em categorias como: sensualidade, ginga e sincretismo religioso e, sustentados sob uma base bibliográfica folclórica. A matriz pedagógica não questiona a ideia de celebração da diferença e, não compreende o racismo estrutural como uma questão central no conhecimento, poder e identidade; uma formação euro-centrada, de uma formação inicial no ensino superior em ciências humanas ou naturais e por fim um NEABI. Por diversas vezes, trabalha muito sozinho e com ações, ajuda de alguns professores e alguns técnicos que são sensíveis a causa e compram a ideia. O autor aponta como alternativa promoção de uma consciência ética- político-pedagógico para questionar o modelo curricular hegemônico.

Os três estudos apontam invisibilidade da temática étnico-racial nos currículos da EPT, pois este não contempla adequadamente as Relações Étnico-Raciais (ERER) omissão que é evidente nos conteúdos programáticos quanto nos recursos didáticos e estratégias pedagógicas, tudo isso indica a utilização de uma lógica euro-centrada e monocultural, pois negam ou minimizam epistemologias negras, apresentando-as de forma superficial estereotipada ou folclórica, também é visível o baixos índices de formação docente para trabalhar com a temática, mas também resistência dos docentes e das instituições.

4.7 A Formação Em ERER Na EPT

Bonifácio (2018) a elaboração e a estrutura organizacional do curso e a formação dos docentes, que atuaram como professor da especialização em ERER, usando abordagem qualitativa via aplicação de questionário. Os dados mostraram que a pós-graduação, objeto de estudo desta investigação, cumpriu com o que foi proposto pelos dispositivos legais, no que diz respeito à ERER porque foi i ao encontro da proposta da atual LDBEN, em seus artigos 26-A e 79-B, das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, bem como do Plano Nacional de Implementação dessas mesmas diretrizes.

Dias (2023) analisou a presença das questões étnico-raciais na formação dos discentes matriculados no curso de Pedagogia do Ifes Campus Itapina. A pesquisa Qualitativa, embasada nas diretrizes da pesquisa-ação, tendo como técnicas de coleta de dados a análise documental e aplicação de questionários. Os dados evidenciaram Os resultados evidenciaram a presença das questões étnica- raciais na matriz curricular, por meio dos componentes curriculares que abordam conteúdos propícios para a discussão sobre Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER), preparando assim os futuros docentes com conhecimentos relevantes para sua atuação profissional, também foi constatado que as ações promovidas pelo Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI) também desempenham um papel significativo na formação dos discentes. Na análise da matriz curricular foram identificados componentes com os conteúdos potencializados na discussão em torno da temática. Assim, percebe-se que são abordadas questões de identidade, preconceito, discriminação, movimento negro, políticas e práticas pedagógicas para a ERER, contudo podemos observar que 64% dos discentes estão familiarizados com a Lei nº 10.639/2003.

O estudo explicita o êxito de da ERER em cursos de formação docente, mostrando que há ações planejadas e respaldo legal para tais iniciativas, mostrando que a consolidação de uma educação antirracista passa necessariamente pela articulação entre práticas pedagógicas e políticas institucionais que não apenas formalizem, mas efetivem a presença da ERER como eixo estruturante da formação de professores

4.8 Outras Temáticas Não Menos Importantes

Faustino Junior (2020) buscou compreender como ocorre a manifestação individual, institucional e estrutural do racismo nos campi do Instituto Federal do Espírito Santo, ao realizar

seu trabalho o autor optou pela abordagem qualitativa, análise de conteúdo e entrevistas semiestruturadas. Os dados permitiram identificar que ocorre o tratamento diferenciado de alguns servidores somente por eles serem negros no ambiente organizacional do Ifes; que existem práticas cotidianas que revelam a manifestação individual, institucional e estrutural do racismo na instituição; que há pouca representatividade de negros nos diversos cargos e, principalmente, nos da alta gestão; a inexistência de procedimentos administrativos que contribuem para o ingresso de servidores também foram pontos observados neste item. Constata-se também que somente os prejuízos causados pela manifestação individual do racismo são identificados pela maioria dos participantes da pesquisa, ignorando, assim, as desvantagens motivadas pela manifestação institucional e estrutural do racismo presente na instituição.

Detectou-se a falta de políticas institucionais e ações que contribuem para o ingresso de negros como servidores efetivos e que promovam a sua ascensão profissional e a manutenção de alguns servidores em cargos com alto poder de decisão no Ifes, sendo eles brancos em sua grande maioria e comprovou-se a presença de práticas que tornam os servidores negros alvos de piadas, comentários, brincadeiras ou motivo de riso apenas por serem negro, além de serem identificadas atitudes que desprestigiam e menosprezam os negros no Ifes. Para minimizar esta situação de flagrante desrespeito, o autor sugere, entre outras ações, o incentivo à discussão no intuito de combater a discriminação e preconceito racial presentes na instituição e a elaboração realização de palestras, seminários, fóruns, cursos e outras ações que abordem o tema das relações raciais no Brasil. Nesse sentido, as instituições podem colaborar para que grande parte dos servidores possa adquirir uma melhor compreensão sobre o assunto, principalmente aqueles que ocupam cargos de alta gestão.

Marques (2012) realizou um estudo de perspectiva histórica ao buscar identificar a presença de alunos negros no ensino profissionalizante, em Cuiabá/MT, no período da Primeira República. Para a obtenção dos dados a autora utilizou a análise documental e a realização de entrevistas. Ressalta-se que eleger como objeto da pesquisa alunos negros na educação profissional na Primeira República foi complexo e difícil no sentido de dar visibilidade a esse grupo. Contudo, as entrevistas confirmam que alunos negros, provenientes de famílias pobres frequentaram os cursos profissionalizantes da Escola de Aprendizes Artífices e do Lyceu de Artes e Ofícios São Gonçalo para estudar o primário, desenho e para aprender os ofícios oferecidos pelas escolas. Outro alerta da pesquisadora é o de que o estudo confirmou a presença de jovens negros e mestiços provenientes da camada pobre da sociedade mato-grossense nas

escolas profissionalizantes, no entanto, não há indícios de que eles eram pessoas com características de degenerados, viciosos e propensos ao crime.

Silva (2020) investigou as práticas pedagógicas a partir das memórias professorais que envolvem os (as) educadores (as) negros (as) dos campi Pelotas e Pelotas-Visconde da Graça do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense de abordagem qualitativa realizou-se entrevistas e aplicação de questionários a docentes negros dos dois campis da instituição. Os resultados da pesquisa evidenciaram que as memórias trazidas pelos (as) educadores (as) negros demostram que práticas racistas estão presentes no contexto brasileiro, pois vivenciaram situações que indicam um complexo racismo, velado, mas também escancarado. Ressalta-se que a discriminação identificada é preponderante com relação à cor da pele, estes docentes são frequentemente questionados (as) no que se refere ao seu conhecimento, como se a intelectualidade negra, em um primeiro momento, inexistisse na concepção discente e de colegas de docência, também indicaram a utilização de termos pejorativos tais como, macaca" "nega preta", "nega beiçuda", "cabelo seco", entre outros. Recomendou-se a partir do estudo, a necessidade de um olhar mais atento para essas questões a partir das memórias apresentadas aos (às) educadores (as) e como as formas de preconceito se manifestam na sociedade.

Apesar da diversidade na temática os estudos trazem em comum a presença do racismo institucional e interpessoal de forma velada e explícita, atingindo servidores, docentes e estudantes negros. Este racismo se materializa em piadas, no desprezo e a deslegitimarão do saber negro e, por fim, a baixa representatividade e exclusão de negros dos espaços de poder.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das pesquisas que inter-relacionam Educação para as Relações Étnico-raciais e Educação Profissional e Tecnológica, mostra um campo de estudo incipiente, marcado por lacunas significativas. Detectou-se predominância de pesquisas em programas de mestrado acadêmico e em instituições públicas, localizados em sua maioria na região Sudeste. As temáticas abordadas concentram-se em ações afirmativas, Lei 10.639/2003, juventude negra, currículo e formação docente em ERER. Os resultados revelam a existência do racismo institucional, ausência de políticas de permanência estudantil, práticas pedagógicas euro-cêntricas e desarticuladas da legislação para a implementação da ERER. Por outro lado, há reconhecimento da importância das cotas raciais, protagonismo estudantil negro, iniciativas dos NEABIs e experiências exitosas em cursos que articulam currículo e práticas pedagógicas antirracistas. Conclui-se que a consolidação de uma educação antirracista na EPT requer políticas estruturais, formação continuada, revisão curricular e fortalecimento de ações coletivas e institucionais que rompam com lógicas euro-centradas e promovam a equidade racial.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, Maria Auxiliadora de Almeida**. Privilégio branco e a impossibilidade de implementação de políticas antirracistas**: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos, 2020. Disponível em: https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12688?locale-attribute=en. Acesso em: 07/04/25

AVILA, Mariângela Mattos. **O significado das cotas para estudantes negros do Instituto Federal de Santa Catarina.** Campus São José. 2012. Dissertação de Mestrado Pós-graduação da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. Campinas SP. 2012. Disponível em: https://doi.org/10.47749/T/UNICAMP.2012.875395. Acesso em:07/04/25

AZEVEDO BRAULIO, Wendell Lopes. **A implementação da lei 10.639/2003 no currículo do curso técnico em produção de moda integrado ao ensino médio**: a experiência do IF Sul de Minas/Campus Passos. 2018. Tese de Doutorado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. Rio de Janeiro. 2018 D. isponíveis em: https://dippg.cefet-rj.br/pprer/index.php/en/defenses/172-a-implementacao-da-lei-10-639-2003-no-curriculo-do-curso-tecnico-em-producao-de-moda-integrado-ao-ensino-medio-a-experiencia-do-ifsuldeminas-campus-passos.html Acesso em:16/04/25

BARBOSA, Ricardo Tadeu**. Identidades negras em narrativas:** Culturas e Trajetórias Híbridas nas Vozes de Estudantes Negros/as Secundaristas do Instituto Federal do Norte de Minas Gerais/Campus Januária. 2010. Dissertação mestrado. Programa de Pós-graduação em Educação Agrícola, Universidade federal rural do rio de janeiro. Seropédica, RJ. 2010. Disponível em: Acesso em: https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12333 Acesso em 07/04/2025.

BERTUANI, Adeylson Lichtenheld Craus. **Medo e ousadia na educação profissional e tecnológica:** a educação das relações étnico-raciais como elemento integrador e questionador do currículo do ensino médio integrado. 2022. Dissertação mestrado. Programa Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal do Espírito Santo. Vitória, ES, 2022. Disponível em: https://repositorio.ifes.edu.br/handle/123456789/2219 Acesso em: 07/04/25.

BONIFÁCIO, Cristiane Saraiva. O IFRJ, em São Gonçalo, e a educação das relações étnico-raciais. 2018. Dissertação Mestrado. Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares. Universidade federal rural do rio de janeiro NovaIguaçuRJ.2018.Disponívelem:NovaIguaçuRJ.2018.Disponívelem: https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13249 Acesso em: 07/04/25.

BRASIL, Natasha Fernandes M. **O velho novo colégio Pedro II:** a lei 10.639/03 e os documentos da área de português e literatura. 2016. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-graduação em Relações Étnico-raciais do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca- CEFET/RJ, RJ, 2016. Doutorado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. RJ. 2015. Disponível em:.

https://docs.google.com/document/d/1MlfdKx8LcbRimumjPPUWjoyjLDvd8_a3bz802RwxG-Q/edit?tab=t.0 Acesso em: 16/04/25

BUDINO, Nara Zari Lemos. **Ações afirmativas para a educação profissional e tecnológica**: negros e negras no Colégio Técnico Industrial de Santa Maria**.** 2019. Dissertação mestrado. Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, da Universidade Federal de Santa Maria. Santa Maria, RS. 2019. Disponível em: https://repositorio.ufsm.br/handle/1/19698 Acesso em: 07/04/25

CASTRO, Fabíola Gomes de. **Política de cotas no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins-Campus Gurupi:** Reflexos da Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012. 2016. Dissertação mestrado. Programa de Pós-graduação em Gestão de Políticas Públicas. Universidade Federal do Tocantins. Palmas. TO, 2016. Disponível em: http://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/275 Acesso em: 07/04/25

COSTA, Samantha Rodrigues de Oliveira Verçoza. **Um estudo sobre a política de cotas e a trajetória escolar de jovens negros do CEFET-RJ. 2017.** Tese de Doutorado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca. RJ. 2017. Disponível em: https://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/84_Samantha%20Rodrigues%20de%20Oliveira%20Ver%C3%A7oza%20Costa.pdf Acesso em: 07/04/25

DANTAS, Maria José Pereira. **Ações afirmativas na educação profissional técnica de nível médio:** um estudo no IFPB-campus João Pessoa. 2015. Dissertação de Mestrado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública para o desenvolvimento do Nordeste. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, PE 2015. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFPE_9a86109adcfb15d3b51679bf54244c3d Acesso em:07/04/25

DIAS, Rany Rosa. **Uma intervenção formativa para as relações étnico-raciais no curso de Licenciatura em Pedagogia do IFES Campus Itapina.** 2023. Dissertação mestrado em Linguagens e Inovações. Mestrado Profissional em Educação. Universidade Federal da Bahia. Salvador, BA, 2023. Disponível em: Acesso em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/38033 07/04/25

EUCLIDES, Maria Simone. **O acesso ao Ensino Agro Técnico como fator de emancipação e formação profissional de jovens negras.** 2012. Dissertação mestrado. Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, MG, 2012. Disponível em: https://locus.ufv.br/bitstreams/028452e5-66d1-4d58-9ceb-e1af563621a7/download Acesso em: 07/04/25.

FERREIRA, Anne de Matos Souza. **Um estudo sobre a política de ação afirmativa:** a implementação da Lei n. º 12.711/2012 nos IFETS (2014-2019)**.** 2020 Teses Doutorado Pesquisa: Práticas Docentes e Diversidade, do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemáticas do Instituto de Educação Matemática e Científica (IEMCI), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Universidade federal do Pará. BELÉM – PA. 2020. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/handle/2011/13724 Acesso em: 07/04/25

FREITAS, Emerson de Melo**. Política curricular de ação afirmativa:** uma avaliação sobre o processo de implementação no Instituto Federal do Ceará. 2020. Dissertação mestrado. Avaliação de Políticas Públicas. Universidade Federal do Ceará. Fortaleza CE. 2020. Disponível em: https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/60037 Acesso em: 07/04/25.

JESUS, Patrícia Gonçalves. Ações afirmativas no IF goiano campus Urutai: viabilidade para fortalecimento da identidade negra. 2021 Dissertações mestrado. Do Programa de Pós-Graduação em Ensino para a Educação Básica. Instituto Federal Goiano – Campus Urutai, GO, 2021. Disponível em https://repositorio.ifgoiano.edu.br/handle/prefix/1851 Acesso em: 07/04/25.

JUNIOR, Derio Jose Faustino. **Servidores Negros no IFES:** Estudo sobre Preconceitos, Discriminações e Racismos. 2020. Dissertação mestrado. Programa de Pós-graduação em Administração do Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas Universidade Federal do Espírito Santo. Universidade federal do espírito santo. VITÓRIA ES. 2020. Disponível em: http://repositorio.ufes.br/handle/10/14310 Acesso em: 07/04/25

LIMA, Michelle Botelho Silveira. **Jovens negros do colégio Pedro II:** O protagonismo na construção de um coletivo de resistência. 2016. Dissertações mestrado. Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow do Programa de Pós-Graduação em relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca.RJ,2016.Disponível:http://dippg.cefet-http://dippg.cefet-rj.br/pprer/attachments/article/81/63_Michelle%20Botelho%20Silveira%20Lima.pdf_ Aceso em: 07/04/25

MARQUES, Zilma Maria Silva. **Presença de alunos negros no Ensino Profissionalizante na Primeira Republica em Cuiabá**. 2012. Dissertação mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação no Instituto de Educação da Universidade Federal de Mato Grosso. Universidade federal de mato grosso. Cuiabá, MT, 2012. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/0/folders/1ojxkihUrjYyeq2Uc5XRrkB5yHqtMEtQ_.Acesso em: 16/04/25.

MOURA, Ana Carolina de Paula**. Relações etnicorraciais na educação profissional:** currículo e práticas pedagógicas. 2021. Dissertação mestrado. Pontifícia Universidade Católica 2021. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/24402 Acesso em: 07/04/25.

NOVAES, Remígio Pires de. **O discurso Étnico-Racial de Estudantes do Ensino Médio nas Aulas de Língua Portuguesa No Contexto Tecnológico Federal**: 2019. Dissertação de Mestrado. Graduação em Língua e Cultura do Instituto de Letras. Universidade Federal da Bahia. Salvadora BA, 2019. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31531 Acesso em: 07/04/25

NOVAIS, Luciane Aparecida. **O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia campus Colorado do Oeste e seu trabalho nas questões étnico-raciais no âmbito da Lei 10.639/03.** 2011. Dissertação mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola. Universidade federal rural do rio de janeiro. Seropédica, RJ, 2011. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12151

PADINHA, Maria do Socorro Ribeiro Padinha. **Relações raciais:** a pesquisa na pós-graduação em educação no Brasil (2005 – 2010) 2014. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2014 Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/handle/2011/6005 Acesso em 16/04/25.

PEREIRA, Aline de Carvalho. **Ações afirmativas na educação profissional técnica de ensino médio**: um estudo de caso com jovens estudantes cotistas**.** 2020. Dissertações mestrado. Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Alfenas. Alfenas, MG. 2020. Disponível em: https://bdtd.unifal-mg.edu.br:8443/handle/tede/1876 Acesso em: 07/04/25.

PEREIRA, Elisandra. **Educação profissional e racismo**: descobrindo a influência da cultura do cancelamento através da Pedagogia Histórico-Crítica. 2022. Dissertação mestrado. Docência para a Educação Básica Programa de Pós-graduação em Docência. Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho". Campus de Bauru, SP, 2022. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/items/7689fafc-e35d-4c19-8cea-6dbb222e065a. Acesso em: 07/04/25.

PIMENTEL, Celeste Aparecida. **A Lei n° 10.639/03 e as questões étnico-raciais no currículo do centro territorial de educação profissional do sertão produtivo–Caetité/BA:** um estudo no curso técnico em secretariado–PROEJA**.** 2016. Dissertação de Mestrado. Universidade do Estado da Bahia. Salvador BA. Disponível em: https://search.proquest.com/openview/04b02e709e3b76c6cc13a87be2d41ace/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2026366&diss=y. Acesso em: 07/04/25.

PORTO, Leudjane Michelle Viegas Diniz**. Com a palavra, a/o mestra/e: A afro descendência e a educação profissional tecnológica em tempos de educação para as relações raciais.** 2018. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Ciências da Educação. Universidade Federal do Piauí, Teresina PI, 2018. Disponível em: http://repositorio.ufpi.br:8080/handle/123456789/2877. Acesso em: 07/04/25

RIBEIRO, Cristiane Maria. **Pesquisas sobre o negro e a Educação no Brasil:** uma análise de suas concepções e propostas. 2005. (Tese de doutorado). Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2005. Disponivel em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/SCAR_2754b2732ca8b8d8e67e1300c0129adb Acesso em: 18/04/25.

ROCHA, Laura Fernanda Rodrigues da**. A implementação da Lei nº. 10.639/2003 na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica**. 2015. Dissertação de mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação. Universidade Federal de Ouro Preto. Ouro preto, MG, 2015. Disponível em: https://observatoriogeohistoria.net.br/historia/a-implementacao-da-lei-no-10-639-2003-na-rede-federal-de-educacao-profissional-cientifica-e-tecnologica/ Acesso em: 07/04/25.

SANTOS, Maria Lícia dos. **Desafios para a abordagem etnorracial no ambiente escolar.** 2013. Tese de Doutorado programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Educação. Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, GO, 2013. Disponível em:

https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/PUC_GO_d28b797a45ddd37222cd3f3c1d65cded Acesso em: 07/04/25.

SILVA, Herbert de Sousa. **A inserção da cultura afro-brasileira, africana e indígena no ensino de sociologia no instituto federal de educação, ciência e tecnologia do Piauí, campus maior.** 2021 Dissertações Mestrado. Mestrado Profissional sociologia. Universidade estadual vale do Acaraú (uva) Campo Maior, PI, 2021. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/handle/capes/699592 .

SILVA, Marciana Liberta da. **Consolidação das políticas de ação afirmativa para a população negra:** um estudo junto a técnicos administrativos de uma escola da rede federal de educação profissional, científica e tecnológica.2022. Dissertação mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Divinópolis, MG, 2022. Disponível em: https://sig.cefetmg.br/sigaa/verArquivo?idArquivo=4309668&key=7af03e8397a8e898307c526b32f7e3b0 Acesso em 16/04/25.

VASCONCELOS, Rinaldo Farias de**. Estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena:** limites e possibilidades de implementação no contexto do ensino técnico em agropecuária. Campus Barreiros-Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco. 2011 Dissertações mestrado, Universidade federal rural do rio de janeiro. Seropédica, RJ, 2011. Disponível em: https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/12830 Acesso em: 07/04/25.

5 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

RESUMO

O Produto Educacional (PE) apresentado neste artigo é fruto de uma pesquisa desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino para a Educação Básica. O estudo analisou as produções acadêmicas sobre relações étnico-raciais nos Institutos Federais (IFs), publicadas entre 2008 e 2024, com o propósito de mapear os avanços das investigações e as práticas pedagógicas antirracistas propostas para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT).Com base nessa análise, elaborou-se um Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais na EPT, contendo sugestões de ações destinadas a apoiar diferentes instituições de educação profissional. O PE possui estrutura flexível, o que permite sua adaptação a diversos contextos educacionais. As ações propostas foram fundamentadas nas demandas identificadas na pesquisa e buscam sistematizar e fortalecer a ERER.

Palavras-chave: Educação Profissional e Tecnológica; Educação das Relações Étnico-Raciais; Planejamento Estratégico.

ABSTRACT

The Educational Product (EP) presented in this article is the result of research developed in the Professional Master's Degree in Teaching for Basic Education. The study analyzed academic productions on ethnic-racial relations in Federal Institutes (IFs), published between 2008 and 2024, with the purpose of mapping the advances in research and the anti-racist pedagogical practices proposed for Professional and Technological Education (EPT). Based on this analysis, a Strategic Plan for the Implementation of Education for Ethnic-Racial Relations in EPT was developed, containing suggestions for actions aimed at supporting different professional education institutions. The EP has a flexible structure, which allows it to be adapted to different educational contexts. The proposed actions were based on the demands identified in the research and seek to systematize and strengthen ERER.

Keywords: Professional and Technological Education; Education of Ethnic-Racial Relations; Strategic Planning.

5.1 Introdução

Os Mestrados Profissionais diferenciam-se dos mestrados acadêmicos, entre outros aspectos, por exigirem a elaboração de um Produto Educacional (PE). Esse produto deve apresentar aplicabilidade e, no caso dos mestrados na área de Ensino, possibilitar sua utilização em contextos educacionais de forma a contribuir para a melhoria dos processos de organização, gestão e práticas em ensino nestas organizações. Assim, o PE constitui um componente essencial do percurso formativo, integrando conhecimento teórico e práticas na busca de soluções que respondam às demandas educacionais. O PE deve estar relacionado intrinsecamente aos resultados da pesquisa realizada. Nesse contexto, este artigo tem como objetivo apresentar o produto educacional "Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais**"**. Ele é resultado da análise das pesquisas que articulam Educação para as Relações Étnico-Raciais e Educação Profissional e Tecnológica revela um campo de estudo incipiente, caracterizado por lacunas significativas. Constatou-se na pesquisa a predominância de investigações em programas de mestrado acadêmico e em instituições públicas, localizadas, em sua maioria, na Região Sudeste. As temáticas abordadas concentram-se em ações afirmativas, na Lei 10.639/2003, na juventude negra, no currículo e na formação docente em ERER.

Os resultados apontam a existência de racismo institucional, ausência de políticas de permanência estudantil e práticas pedagógicas eurocêntricas, desarticuladas da legislação que regulamenta a ERER. Por outro lado, evidenciam-se o reconhecimento da importância das cotas raciais, o protagonismo estudantil negro, as iniciativas dos NEABIs e experiências exitosas em cursos que articulam currículo e práticas pedagógicas antirracistas.

Concluiu-se que a consolidação de uma educação antirracista na EPT exige políticas estruturais, formação continuada, revisão curricular e fortalecimento de ações coletivas e institucionais que rompam com lógicas eurocêntricas e promovam a equidade racial. Nessa perspectiva, o planejamento apresentado pode tornar-se um referencial para a organização e a gestão de espaços educativos antirracistas.

5.2 Percurso metodológico: elaboração do produto educacional

A elaboração do produto educacional foi organizada em três etapas, a primeira constitui-se de investigação científica cujo objetivo foi na análise, no âmbito da produção acadêmica nacional, do conhecimento que articula a Educação para as Relações Étnico-Raciais (ERER) e

a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Adotou-se a metodologia de *estado da arte*. Os dados mostraram que apesar da diversidade temática investigadas, os estudos convergem na constatação de racismo institucional e interpessoal, velado ou explícito, que atinge servidores, docentes e estudantes negros. Ficou evidente a baixa representatividade e a exclusão de pessoas negras dos espaços de poder. A segunda etapa foi a elaboração do Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação para as Relações Étnico-Raciais, concebido para atender às necessidades identificadas na pesquisa. O documento reúne ações, metas e indicadores voltados à consolidação de práticas antirracistas na EPT.

Para sua validação do planejamento foi submetido a avaliação por meio de um questionário semiestruturado, criado no *Google Forms* e encaminhado individualmente por e-mail aos integrantes do Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade do Instituto Federal Goiano – Campus Urutaí. Esse grupo de pesquisadores, especializado em relações étnico-raciais e Educação Profissional, foi escolhido por sua capacidade de oferecer análise crítica qualificada e sugestões para o aperfeiçoamento do produto.

Foram convidados 14 membros, dos quais seis aceitaram o convite e responderam ao instrumento. O questionário continha seis questões, sendo quatro objetivas e duas abertas e erma destinadas a aferir relevância, exequibilidade, linguagem, replicabilidade, estética e contribuições do planejamento, além de colher sugestões de melhoria. O formulário ficou disponível por quinze dias e foi respondido de forma anônima, garantindo liberdade de expressão aos avaliadores. As respostas foram predominantemente positivas, reforçando a pertinência e a adequação do produto educacional.

5.2.1 Apresentação do Produto Educacional

Este capítulo é dedicado à descrição, avaliação e validação do Produto Educacional intitulado “ Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica ”, bem como à análise realizada pelos membros do Grupo de Pesquisa do Instituto Federal Goiano _ Campus Urutaí intitulado Educação e Diversidade que é certificado junto aos diretórios de grupos de pesquisa do CNPQ.

Este produto resulta dos achados e reflexões produzidos na dissertação de mestrado “Relações Étnico-Raciais nos Institutos Federais: uma análise do estado da arte no período de 2008 a 2024”, desenvolvida no Mestrado Profissional em Ensino para a Educação Básica do Instituto Federal Goiano. Ele apresenta sugestões de ações que podem ser executadas em instituições de Educação Profissional e Tecnológica, além de adaptáveis a quaisquer

organizações educacionais comprometidas com a justiça social e a promoção de uma educação antirracista.

Seu objetivo geral é promover a equidade racial na EPT por meio de práticas de gestão e organização centradas na justiça racial e em abordagens pedagógicas antirracistas, articulando intervenções macropolíticas e micropolíticas em consonância com as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, bem como com o Decreto nº 11.443/2023. Ele é destinado a lideranças das instituições de EPT, gestores, professores, pesquisadores e demais interessados na promoção de uma educação antirracista em ambientes educacionais.

Figura 7 – Capa do produto

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

A elaboração deste Produto Educacional pretendeu fornecer orientações que o definem como um guia para lideranças, gestores, docentes e demais agentes educacionais comprometidos com práticas pedagógicas antirracistas, oferecendo caminhos concretos para que a equidade racial deixe de ser apenas um princípio e se torne uma realidade viva nos

corredores das Instituições de Educação Profissional e Tecnológica e de todas as organizações que abraçarem essa causa.

A Figura 8 ilustra a estrutura do sumário desta dissertação, permitindo uma visão geral da organização dos capítulos, seções e principais temáticas abordadas ao longo do trabalho

Figura 8 – Estrutura do sumário

SUMÁRIO

1 CONSIDERAÇÕES INICIAIS 03

2 LEGISLAÇÕES PERTINENTES 04

3 OBJETIVO DO PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 07

3.1 Ações Macropolíticas 07

3.1.1 Diagnóstico Institucional (macro) 08

3.1.2 Revisão Normativa e Curricular 09

3.1.3 Fortalecimento dos NEABIs 10

3.2 Ações micropolíticas 11

3.2.1 Formação Continuada 11

3.2.2 Práticas Pedagógicas Antirracistas 12

3.2.3 Políticas de Permanência e Apoio Psicossocial aos estudantes e servidores ingressantes por cotas raciais 13

3.2.4 Monitoramento e Avaliação Contínua (micro, macro) 15

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS 17

REFERÊNCIAS E MATERIAIS COMPLEMENTARES 19

Elaborado pelo autor (2025)

O Planejamento apoia-se em dois conjuntos normativos complementares: o arcabouço jurídico antirracista brasileiro e as diretrizes próprias da EPT, pois a integração desses marcos, ao nosso ver, permite incorporar a perspectiva étnico-racial aos princípios de verticalização, flexibilidade e formação integral da EPT, orientando ações que valorizem identidades afro-brasileiras e indígenas, promovam currículos pluriculturais e garantam práticas pedagógicas inclusivas e coerentes com os compromissos históricos de justiça social e qualidade na formação profissional.

A Figura 9 mostra o quadro com a legislação de Educação Profissional e Tecnológica brasileira.

Figura 9 – Legislação de Educação Profissional

Legislação Antirracista	
Decreto 11.443/2023	Dispõe sobre o preenchimento por pessoas negras de percentual mínimo de cargos em comissão e funções de confiança no âmbito da administração pública federal.
Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.
Decreto nº 4.886, de 20 denovembro de 2003	Institui a Política Nacional de Promoção da Igualdade Racial - PNPIR e dá outras providências
Parecer CNE/CP 003/2004 de 10 de março de 2004	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciaise para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana
Resolução/CNE nº 1, de 17 dejunho de 2004	Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.
Lei 11.645, de 10 de março de 2008	Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as d i r e t r i zes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a **obrigatoriedade da temática "História e Cultura** Afro- **Brasileira e Indígena"**. **Brasília, DF:** Presidência da República, 2008
Decreto nº 6.861, de 27 de maio de 2009	Dispõe sobre a Educação Escolar Indígena, define sua organização em territórios etno educacionais, e dá outras providências.
Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.	O Plano tem como finalidade intrínseca à institucionalização da implementação da educação das Relações Etnicorraciais, maximizando a atuação dos diferentes atores por meio da compreensão e do cumprimento das Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, da Resolução CNE/CP 01/2004 e do Parecer CNE/CP 03/2004.
Lei Nº12.288, de 20 de junho de 2010	Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 denovembro de 2003.
Lei nº 14.402, de 8 de julho de 2022	Dispõe sobre a revisão do Regulamento do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas do IFTM – NEABI

Fonte: Adaptado de Araújo 2025

Legislação de Educação Profissional e Tecnológica Brasileira	
Lei nº 9.394/1996 (LDB)	Arts. 39-42 definem a EPT, seus objetivos, níveis (básico, técnico e tecnológico) e integração com a Educação Básica
Decreto nº 5.154/2004	Regulamenta os arts. 36-A e 39 da LDB: organiza cursos de formação inicial e continuada (FIC), técnicos de nível médio e tecnológicos de graduação; permite oferta articulada (integrada, concomitante ou subsequente)
Resolução CNE/CEB nº 06/2012	Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio — concepções, organização curricular e princípios pedagógicos.
Parecer CNE/CEB nº 11/2012	Fundamenta a Resolução 06/2012, discutindo identidade, finalidades e concepções formativas da EP
Resolução CNE/CP nº 03/2002	Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos Superiores de Tecnologia (Tecnólogos), incluindo perfil de egresso, competências e estrutura curricular
Parecer CNE/CP nº 29/2002	Parecer de referência que embasa a Resolução 03/2002, apresentando fundamentos conceituais da formação tecnológica
Lei nº 11.892/2008	Cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia — redesenha a oferta de EPT, institui a verticalização e integra ensino, pesquisa e extensão.
Decreto nº 5.478/2005 (PROEJA)	Institui o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação de Jovens e Adultos; estabelece bases conceituais da formação integrada EJA-EPT.
Lei nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação 2014-2024	Metas 11, 12 e 13 tratam da expansão qualitativa da EPT — matrículas, financiamento e integração com o desenvolvimento socioeconômico.
Portaria MEC nº 671/2021	Atualiza o Catálogo Nacional de Cursos Técnicos (CNCT), referência para criação, avaliação e nomenclatura de cursos técnicos.
Portaria MEC nº 1.093/2020	Aprova o **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia (CST)**, padronizando eixos tecnológicos, perfis e denominações.

Fonte: Elaborado pelo autor 2025

Elaborado pelo autor (2025)

As partes subsequentes do planejamento estratégico que o objetivo, define o que se entende por ações macropolíticas e micropolíticas. Em seguida, são indicadas quatro ações passíveis de implementação em nível macro e três em nível micro, com a descrição de objetivo, procedimento e resultados esperados. A mesma metodologia de escrita é adotada nas quatro ações de nível micro, apresentadas conforme a Figura 10.

Figura 10 – Política de permanência

3- Políticas de Permanência e Apoio Psicossocial aos estudantes e servidores ingressantes por cotas raciais.

Objetivo – Garantir permanência e êxito de estudantes cotistas aos discentes e servidores ingressantes na instituição por cotas raciais;

Procedimento: Criação de programas de tutoria, mentoria, monitorias remuneradas, nivelamento acadêmico e apoio psicossocial, com acompanhamento contínuo dos indicadores de evasão, rendimento e tempo de conclusão.

Resultados Esperados: com a execução integral dessas medidas, a instituição deverá apresentar um quadro de permanência e êxito significativamente elevado entre estudantes negros: taxas de evasão em queda, melhoria do rendimento acadêmico e redução do tempo médio de conclusão dos cursos. O apoio financeiro, aliado ao atendimento psicossocial, funcionará como rede de proteção para desafios econômicos e emocionais, enquanto as comissões multidisciplinares de acompanhamento garantirão respostas rápidas a eventuais barreiras. Paralelamente, a revisão curricular e didática, guiada pelas Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, resultará em materiais de referência e práticas pedagógicas que refletem a diversidade cultural brasileira, sobretudo nas Ciências Exatas. A participação estruturante dos NEABs nos Planos de Desenvolvimento Institucional consolidará políticas de cotas raciais e transformará a temática étnico-racial em eixo permanente de ensino, pesquisa e extensão. Esperam-se também que docentes mais preparados em pedagogias antirracistas, famílias engajadas no processo formativo e parcerias sólidas com movimentos sociais e coletivos negros, fatores que juntos criarão um ambiente escolar realmente inclusivo e apto a desmontar hierarquias raciais historicamente naturalizadas.

16

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

A parte final do produto educacional é composta pelas estratégias de acompanhamento e monitoramento das ações, com seus respectivos responsáveis, bem como pelas considerações finais e pelas referências bibliográficas empregadas na elaboração do planejamento e indicadas para aprofundamento, caso haja interesse.

I - Avaliação do produto educacional: Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica

Foram convidados a participarem da validação dezesseis pesquisadores do grupo de pesquisa Educação e Diversidade do Instituto Federal Goiano- Campus Urutaí, ou seja, todos os integrantes cadastrados nesta condição, dos quais seis aceitaram participar do processo avaliativo. Essa etapa foi fundamental para a validação do PE, permitindo a coleta de percepções críticas e sugestões para seu aprimoramento, assegurando sua adequação ao contexto e às necessidades do público-alvo.

Com o objetivo de garantir o anonimato dos participantes da avaliação, cada respondente foi identificado sequencialmente, utilizando a nomenclatura Avaliador 01, Avaliador 02 e assim sucessivamente até Avaliador 06. Essa forma de identificação foi utilizada nas respostas às questões discursivas do questionário de avaliação.

A primeira questão de caráter fechado buscava saber se O produto apresentado contribuir para a implementação da Educação para as Relações Étnico-raciais na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e consequentemente porque, os dados mostram que todos as respostas foram afirmativas, indicando o potencial do produto educacional na visão dos avaliadores. Nesta questão, julgamos entender o porquê do posicionamento dos respondentes e os dados mostram que os avaliadores 01, 02 e 03 percebem-no como instrumento que favorece a implementação das leis 10.639/2003 e 11.645/2008, contudo os demais avaliadores conseguem perceber maior abrangência e alcance do produto.

> Pois é um esforço conjunto e abrangente que envolve desde a formação de professores até a criação de materiais didáticos e a promoção de espaços de discussão e reflexão- (AVALIADOR 04). O documento é extremamente relevante e necessário. Além de estruturar um bom arcabouço teórico, contribui com a implementação da Lei ao apresentar possibilidades práticas que vão desde o fortalecimento de núcleos como os NEABIs, revisão de projetos políticos pedagógicos e a formação continuada de atores envolvidos no processo. (AVALIADOR 05). Porque a proposta envolve ações antirracistas que passam por diversos âmbitos no contexto da EPT, desde o diagnóstico, passando por instâncias administrativas, capacitação do corpo docente e, principalmente, por dar visibilidade e oportunidades a estudantes negros e indígenas.

A análise revela, ao nosso ver, que o produto educacional é reconhecido como relevante, embora os avaliadores atribuam a ele diferentes níveis de profundidade e abrangência quanto à sua capacidade transformadora no enfrentamento das desigualdades raciais na educação profissional.

Em síntese, os avaliadores reconhecem que as ações são bem planejadas, realistas e respaldadas por fundamentos teóricos e práticos, mas também sinalizam a importância do engajamento institucional para sua implementação bem-sucedida

Outro elemento que julgamos importante saber foi se as ações propostas no planejamento estratégico, na visão dos avaliadores são factíveis de ser alcançadas e porquê. Os dados mostrando similaridade com os dados da questão anterior assinalam por unanimidade que as ações propostas são factíveis de serem alcançadas.

As respostas evidenciam que as estratégias estão bem estruturadas, com objetivos, procedimentos e resultados claramente descritos, o que garante sua exequibilidade. O avaliador 02 afirma que as ações são "possíveis de serem implantadas e executadas". O avaliador 03 destaca que o produto articula leis já aprovadas, funcionando como uma ponte entre a teoria e a prática. Também foi apontado pelo avaliador 04 que o planejamento apresenta indicadores de desempenho, o que reforça sua viabilidade. Além disso, ressalta-se pelo avaliador 06 que as estratégias estão embasadas cientificamente e também nas vivências do grupo de pesquisadores, o que as torna adequadas à realidade da educação profissional e tecnológica.

Por fim, uma das respostas ressalta que a proposta traz uma sequência de atividades coerente e bem fundamentada, embora alerte que sua efetividade dependerá do comprometimento da equipe gestora: *"Porque traz umas sequências de atividades coerente e bem fundamentada. No entanto, vejo como factível, desde que haja comprometimento por parte da equipe gestora"* (AVALIADOR 06).

Ao nosso ver os avaliadores consideraram que as ações propostas no planejamento estratégico são factíveis, que forma bem estruturadas, com objetivos claros, embasamento científico, articulação com a legislação vigente e indicadores de desempenho, porém destaca-se que sua efetivação depende do comprometimento da equipe gestora.

Buscamos captar a percepção dos avaliadores quanto à clareza da linguagem e à replicabilidade do produto educacional, considerando as diretrizes da Área de Ensino da CAPES. De forma unânime, os avaliadores afirmaram que a linguagem utilizada é clara e de fácil compreensão, o que contribui significativamente para a apropriação do conteúdo por diferentes públicos.

No que se refere à replicabilidade, todos os avaliadores concordaram que o produto pode ser utilizado, adaptado ou ampliado por outras instituições além da Rede de Educação Profissional e Tecnológica e as justificativas consideram o produto tem características tais como: linguagem acessível, interdisciplinaridade, formato digital leve (PDF), estrutura detalhada em formato de passo a passo, e aplicabilidade tanto em instituições educacionais quanto em espaços laborais preocupados com as relações étnico-raciais, sendo assim, ao nosso ver o produto demonstra forte potencial de alcance e disseminação, com um modelo comunicacional eficiente e metodologicamente sólido. Entretanto, o texto analisado apresenta algumas fragilidades de coesão e estruturação argumentativa, que poderiam ser superadas com uma escrita mais formal e articulada, como nos aponto a resposta do avaliador 01: "*O PE dá total condição de ser aplicado, reaplicado e remixado por qualquer instituição educacional, bem como em ambientes laborais que se preocupem com as questões étnico-raciais"* (AVALIADOR 01).

Pedimos aos avaliadores uma análise das contribuições de um produto educacional para a promoção da educação antirracista, conforme a percepção destes considerando sai expertise em Educação e Diversidade e Educação Profissional e Tecnológica. Pudemos inferir de maneira geral que na visão deles que o material tem potencial para fomentar práticas antirracistas nas instituições educacionais, sendo destacadas diferentes dimensões de impacto.

Um primeiro grupo de respostas centram-se em descrever a capacidade do produto de impulsionar a visibilidade do debate racial e dar visibilidade para as ações afirmativas. O avaliador 02 aponta que o material contribui para *"trazer luz à temática, fomentar o debate e fortalecer a representatividade de pessoas negras, pardas e indígenas, além de ajudar a minimizar agressões racistas nas instituições*". Nessa linha, avaliador 04 destaca que o produto promove formação continuada de professores, elaboração de materiais didáticos e criação de espaços de debates, elementos-chave na construção de uma educação antirracista.

Um segundo grupo evidencia a estruturação estratégica do material, destacando seu caráter prático e articulado. O avaliador 05, por exemplo, ressalta que o documento associa teoria e prática de forma contínua, propondo ações organizadas em diferentes etapas, tais como diagnóstico, aplicação, monitoramento, todas alinhadas às legislações voltadas à educação afro-brasileira, indígena e quilombola. Já o avaliador 03 reforça o papel dos NEABIs, que ganham centralidade na proposta, sendo considerados como atores fundamentais na prática da educação antirracista.

Criticamente, a análise revela que o produto não apenas atende às exigências legais e pedagógicas, mas se apresenta como uma ferramenta concreta, articulada e politicamente

engajada no enfrentamento do racismo institucional com potencial transformador do material nas práticas educacionais inclusivas.

Considerando o olhar externo e de especialista invocamos saber dos avaliadores se eles pudesse propor alguma melhoria ou modificação no produto, qual seria sua(s) proposta(s), quais seriam. Podemos agrupar as respostas da seguinte forma:

a) avaliadores que reafirmam a qualidade do produto, contudo não propõe mudanças substanciais (avaliadores 01 e 05) para nós ao se limitarem a confirmar a qualidade do produto sem apresentar sugestões concretas de aprimoramento, perdem a oportunidade de contribuir para seu aperfeiçoamento.
b) Avaliadores que que sugerem a ampliação para outros públicos e formatos (avaliador 02), ao nosso ver esta alternativa no escopo desse trabalho tiraria no foco da nossa pesquisa que é a implementação da Educação para as Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.
c) Aqui o avaliador propõe aprimoramento metodológico e comunicacional, po exemplo o avaliador 03, **p**ropõe a criação de um documento complementar com passo a passo de implementação e avaliador 04**,** sugere que o tema não seja tratado como algo isolado e recomenda a inserção de imagens que apoiem a reflexão ao longo do material, para nós são sugestões validas, contudo pouco detalhadas

Por fim, para nós as contribuições dos avaliadores, apesar de serem em sua maioria favoráveis, revelam limitações na profundidade das análises, ao carecem de maior fundamentação técnica, pedagógica e estratégica, de críticas mais densas pode indicar uma leitura positiva do material, mas também um distanciamento do compromisso avaliativo crítico, o que pode ser um indicativo de não serem tão comprometidos com a Educação e Diversidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Planejamento Estratégico para a Implementação da Educação das Relações Étnico-Raciais na Educação Profissional e Tecnológica revelou-se ao nosso ver um produto educacional robusto, fundamentado em pesquisa rigorosa e orientado por marcos legais e teóricos que conferem legitimidade e aplicabilidade às ações propostas. Sua estrutura flexível, aliada a uma abordagem macropolítica e micropolítica, oferece caminhos concretos para a consolidação de práticas antirracistas nas instituições de EPT, contribuindo para a superação do racismo estrutural e institucional ainda presente nesses espaços.

A avaliação realizada por especialistas do Grupo de Pesquisa Educação e Diversidade reforça a relevância e a pertinência do produto, reconhecendo sua clareza, exequibilidade e potencial de replicabilidade. Embora as contribuições tenham sido, em sua maioria, favoráveis, observa-se certa superficialidade em algumas análises, com poucas sugestões aprofundadas de melhoria. Ainda assim, as observações que propõem ajustes metodológicos e comunicacionais tais como como a inserção de imagens e a criação de guias complementares indicam caminhos para o aperfeiçoamento futuro do material.

Em síntese, o produto educacional cumpre seu papel formativo, propositivo e transformador ao integrar teoria, prática e compromisso político com a justiça racial. Trata-se de uma ferramenta potente para subsidiar lideranças, gestores e educadores no enfrentamento das desigualdades raciais na educação profissional, fortalecendo a institucionalização de políticas de equidade e contribuindo para a construção de uma educação mais justa, plural e democrática.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** 6ª Edição. Editora Atlas S.A. São Paulo, 2008.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; SILVA, Marcos André B Vaz da; CAVALCANTI, Ricardo Jorge de S; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **ACTIO:** Docência em Ciências, v. 5, n. 2, p. 1-17, mai./ago. 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>Acesso em: 10 fev. 2021.

APÊNDICE 1 - DADOS DE IDENTIFICAÇÃO DA TESE OU DISSERTAÇÃO

Titulo		
Universidade		
Rede da IEs	() publica () Particular	
Nome do Programa		
Modalidade do Programa	() acadêmico () profissional	
Linha do Programa	Não encontrei	
Área	Educação	
Nível	() mestrado () doutorado () livre docência	
Região dos Pais		
Estado		
Ano de Defesa		
Financiamento	() Com- Agência () sem	
Nome Autor (a)		Sexo () masculino () Feminino
Autoclassificação Racial	Preto () () pardo () branco	() amarelo () indígena () não informou

Dados da Pesquisa

Objetivos	.	
Metodologia		
Instrumentos de coletas de dados		
Principais resultados		
Sugestões práticas pedagógicas para a Educação das		

Relações Étnico-raciais na Educação Profissional e Tecnológica.	
Lacunas nas pesquisas apontadas pelo autor	
Produto Educacional	() não tem () Tem

APÊNDICE II - QUESTIONÁRIO AVALIATIVO DO PRODUTO EDUCACIONAL

Olá, prezado (a) servidor (a)! Para que possamos validar o produto educacional apresentado, pedimos que responda as perguntas a seguir.

Fique tranquilo, apenas os pesquisadores responsáveis terão acesso a esse material. Agradecemos imensamente por sua contribuição!

1) O produto apresentado contribuir para aprimorar a atuação na CAPNE no Campus Paracatu? Justifique sua resposta.

2) As estratégias evidenciadas são factíveis?

3) A linguagem utilizada no produto é clara e de fácil compreensão?

4) O modelo em que o produto foi apresentado facilita sua utilização por outras instituições?

5) Quais as contribuições desse produto para a promoção da educação inclusiva?

6) Se pudesse propor alguma melhoria ou modificação no produto, qual seria sua(s) proposta(s)?

7) Qual a sua percepção sobre os objetivos do produto educacional? Eles são claros e alcançáveis?